Marcela Marrafon de Oliveira

Paquequer, São Francisco e Tietê:
as imagens dos rios e a construção da nacionalidade

Dissertação de Mestrado em História apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/ 02/ 2007.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca- orientador

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani- IFCH/ UNICAMP

Profa. Dra. Vânia Carneiro de Carvalho- Museu Paulista/ USP

Profa. Dra. Cristina Meneguello- suplente

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto- suplente

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Oliveira, Marcela Marrafon de

OL41p **Paquequer, São Francisco e Tietê : as imagens dos rios e a construção da nacionalidade / Marcela Marrafon de Oliveira. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

Orientador: Edgar Salvadori De Decca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Museu Paulista. 2. Rios. 3. Nacionalidade. 4. História - Literatura. I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Paquequer, São Francisco and Tietê : the images of the rivers and the construction of the nationality

Palavras-chave em inglês (Keywords): **Museu Paulista**
Rivers
Nationality
History - Literature

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (orientador)
Profª. Drª Maria Stella Martins Bresciani
Profª Drª Vânia Carneiro de Carvalho
Profª Drª Iara Lis Franco Schiavinatto (suplente)
Profª Drª Cristina Meneguello (suplente)

Data da defesa: 26/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em História

Resumo:

Esta dissertação analisa como a nacionalidade brasileira foi representada através das imagens- textuais, iconográficas e monumentais- dos rios. A natureza, sobretudo a natureza tropical, foi associada à identidade nacional, especialmente a partir do Romantismo. Com este pressuposto, elegeu-se como fontes de análise para este trabalho, obras clássicas de renomados autores brasileiros, como *O Guarani*, de José de Alencar; *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu; e *Relatos monçoeiros*, de Affonso Taunay.

O "território da memória" da nação através dos rios desenvolve-se nestas obras, originando fortes imagens textuais, porém adquire maior vivacidade por meio do monumento aos rios, erigido na escadaria do Museu Paulista, à época da direção de Affonso Taunay. Além da construção de ânforas com águas dos principais rios brasileiros, Taunay concebeu uma sala no Museu Paulista em que o rio Tietê figura como protagonista em telas que registram episódios das monções.

A eleição de determinados rios pelos autores reflete também a forma como entenderam a nacionalidade, que é compreendida, nesta pesquisa, como uma construção afirmada, contestada e reformulada ao longo do tempo, desde sua invenção.

Palavras-chaves: Rios- Nacionalidade- Literatura- História- Museu Paulista.

Resumé:

Cette dissertation analyse comment la nationalité brésilienne a été représentée à travers des images- textueles, iconographiques et monumentales- des fleuves. La nature, surtout la nature tropicale, a été associée à l'identité nationale, spécialement à partir du Romantisme. Avec ce présupposé, des oeuvres classiques des auteurs brésiliens renommés, comme *O Guarani*, de José de Alencar; *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu; et *Relatos monçoeiros*, de Affonso Taunay, ont été choisis comme sources d'analyse pour ce travail.

Le "territoire de la mémoire" de la nation à travers des fleuves se développe dans ces oeuvres, originant de fortes images textuelles, mais il acquérit plus de vivacité par le moyen du monument aux fleuves, qui a été erige dans le grand escalier du Musée Paulista, à l'époque où Affonso Taunay l'a dirigé. Outre la construction des amphores avec des eaux de principaux fleuves brésiliens, Taunay a conçu une salle dans le Musée Paulista où le fleuve Tietê figure comme protagoniste dans les tableaux qui enregistrent les épisodes des "monções".

L'élection de certains fleuves par les auteurs transmet aussi la manière dont ils ont compris la nationalité, qui est comprise dans cette recherche comme une construction affirmée, contestée et reformulée le long du temps, depuis son invention.

Mots-cléfs: Fleuves- Nationalité- Literature- Histoire- Musée Paulista.

Sumário

Agradecimentos 01
Abreviaturas 03
Introdução 05
Capítulo 1: O "romance das águas" 19
1.1. Literatura, natureza e nacionalidade 19
1.2. Cartas polêmicas 29
1.3. Incêndio e dilúvio: término e início de nova era 31
Capítulo 2: O sertão e os rios 43
2.1. Um "roteiro teórico" 43
2.2. Rios: caminhos e fronteiras 50
2.3. Os rios do sertão 55
Capítulo 3: O Tietê, as monções e a nacionalidade 69
3.1. "Gesta Brasiliae per Paulistas" 69
3.2. Sala das monções: a iconografia tieteana 83
3.3. Monumento aos rios, monumento à nacionalidade 106
Considerações finais 127
Fontes e referências bibliográficas 129
Anexos I (fotos) 145
Anexos II (Diário de navegação pelo rio Amazonas) 153

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram extremamente importantes para o desenvolvimento de meu trabalho de pesquisa: com sugestões de leitura, indicações de fontes, no acesso do material de estudo. Outras, embora não tenham interferido diretamente em minha pesquisa, tem um inestimável valor afetivo para minha vida. Algumas situam-se entre esses dois grupos. Registro aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que me acompanharam nestes três anos de desenvolvimento do mestrado. Fundamental assinalar que a responsabilidade pelas idéias contidas neste trabalho restringe-se à autora.

Antes de tudo, agradeço ao meu orientador, prof. Edgar Salvadori de Decca, que me acompanha desde minha pesquisa na iniciação científica. Seus incentivos sempre foram importantes para nortear este trabalho e minha atuação como pesquisadora.

A FAPESP, pela bolsa concedida que proporcionou dedicação exclusiva à pesquisa e o deslocamento necessário em busca de fontes.

Aos funcionários e professores do Museu Paulista, agradeço a extrema solicitude e o profissionalismo no trato com os pesquisadores. Em especial, agradeço à Tatiana Vasconcelos dos Santos, Adilson José de Almeida (setor de objetos), Hélio Nobre (seção de fotografia), profa. Heloísa Barbuy, profa. Vânia Carneiro de Carvalho, prof. Jonas Soares de Souza (Museu Republicano "Convenção de Itu") e, sobretudo, à profa. Miyoko Makino pelas orientações de leitura e amizade.

Ao sr. Pedro Tórtima, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Três pessoas, as quais ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas que sempre se mostraram prontas a resolver meus questionamentos e enviar trabalhos mesmo que via correio eletrônico: Rebeca Gontijo, Cláudia Moi e Márcio Santos.

Ao prof. Paulo Henrique Martinez, agradeço o contato permanente e a extrema gentileza em disponibilizar trabalhos.

Aos professores participantes de minha banca de qualificação: Leandro Karnal, por sua generosidade, e Maria Stella Bresciani, pela leitura atenta do texto e sugestões.

À Maria Lúcia Abaurre Gnerre, pelas conversas sobre o papel da natureza na história do Brasil, pelos trabalhos conjuntos na área de ensino (quando ensinando, aprendemos muito) e, sobretudo, pela amizade.

Ao Daniel Mesquita Pereira, Valderez Antônio da Silva, Sônia Chamon Pardim e Juliana Gutierrez, pela atenção dispensada e ajuda com os materiais de pesquisa.

Aos membros do Conselho Editorial da *Revista História Social*, especialmente à Viviane Gomes Ceballos e Vanessa Sial.

No desenrolar desta pesquisa em busca de fontes e contato com alguns dos rios pesquisados, situados em locais distantes, contei com a hospitalidade de amigos queridos e familiares. Assim, agradeço aos meus amigos cariocas Gabriela Froes, Ricardo Barros e José Machado. À minha prima Raquel Marrafon Nicolosi, pelas excursões científicas nos rios Paraná e Paranapanema, e por sua alegria contagiante que sempre torna a vida mais fácil de ser vivida.

Aos amigos do curso de pós-gradução em História da UNICAMP, que contribuíram em vários momentos com bibliografia, contato com pesquisadores, leituras de meus textos: Alessandra Bagatim, Amílcar Torrão Filho, Jefferson Queller, Jefferson Cano, Juliana Meirelles.

Aos amigos Thaís Rezende Sant'Ana, Nathalia Monseff Junqueira, Michel Mendes. Em especial à Viviane Wolf Cattozzi, pela força e presença em momentos difíceis.

À Vilma Carvalho, minha professora de francês, que fez de nossas aulas uma verdadeira terapia em períodos de finalização de relatórios. *Merci beaucoup, professeur!*

Aos meus familiares: meu pai, Luiz Carlos, e minhas irmãs, Patrícia e Carolina. À minha mãe, Sônia, que é presença marcante em minha vida e auxílio constante. À minha prima Mariana Sartori de Oliveira. À minha tia Fátima Marrafon, pessoa responsável pelo meu interesse pela leitura, incentivado por ela desde minha infância. Ao Junior, pelo carinho e ajuda com o trabalho.

Abreviaturas

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Revista do IHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Revista do IHGSP: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Introdução

A memória da infância leva-nos a recordar que desde cedo, aprendemos a entoar que ouviram do Ipiranga- um riacho-, às suas margens plácidas, um brado retumbante: o brado da Independência do Brasil. Brado este que foi aprisionado na famosa tela de Pedro Américo, *Independência ou Morte!*, em que em seu canto inferior direito foi representado o Ipiranga, e cuja guarda é de responsabilidade do Museu Paulista, edifício-monumento, fundado, por sua vez, próximo ao riacho, palco da indignação de D. Pedro I que o conduz a "libertar" o Brasil. Aprendemos também a recitar, pela poesia de Gonçalves Dias, que "nossos bosques têm mais vida", a entender que a exuberante natureza tropical nos caracteriza e distingue de outros povos, outras nações. A educação desempenha, portanto, papel a despertar sentimentos no jovem cidadão, que, nesses casos, associam-se à identidade nacional e à natureza.

Esta pesquisa visa compreender a formação de um "território da memória" em que a nacionalidade foi construída pela natureza, mais especificamente, através dos rios. Esse "território da memória", que tencionamos mapear, buscamo-lo em obras consagradas da cultura brasileira. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que localiza na palavra a base da representação de um Brasil pela memória potamográfica. Destacamos três textos para este trabalho: *O Guarani*, de José de Alencar; *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu; e *Relatos monçoeiros*, de Affonso Taunay. Nestas obras, encontramos fortes imagens textuais através das quais a nacionalidade foi retratada pelos rios.

Nacionalidade não será, de forma alguma, compreendida neste trabalho, através de uma perspectiva essencialista. Uma pesquisa no campo da história deveria sempre encaminhar seu estudioso a questionar especialmente conceitos que são tomados como naturais e, por vezes, imutáveis, levando-o a problematizá-los e, logo, desconstruí-los. Nacionalidade foi um termo que teve sua *invenção* a partir do século XIX, sobretudo com os movimentos românticos. Desde então, nunca mais saiu de cena, sendo afirmada, contestada, mas sempre *re*-formulada. De um ponto de vista mais extremo, pode-se concluir que a nação é mesmo ficção, que se apóia no desejo de muitos. "A nação nasce de

um postulado e de uma invenção. Mas só se mantém viva com a adesão colectiva a essa ficção"[1].

Sob a insígnia do nacionalismo, os séculos XIX e XX tiveram suas histórias marcadas por grandes guerras entre nações, em que o estrangeiro (não nacional) foi visto como inimigo, porque diferente. O avanço desses conflitos ocorria pelo território inimigo ou iniciava-se por causa do espaço nacional que fora ofendido pela presença estrangeira, demonstrando como a nação se apoiou, entre outros fatores, sobre um elemento natural: seu solo, sua terra[2]. Mas o sentimento pela nação não surgiu repentinamente, foi preciso construir um aparato educacional para suscitá-lo e perpetuá-lo. Em busca do sentido julgado "o verdadeiro" para a pátria, governos ditatoriais interferiram nos currículos escolares, determinando o que se ensinar, suprimindo o que era contrário aos seus propósitos. A educação é base para o amor à pátria. Os textos lidos na escola muito influenciaram para isso. Por vezes, esses textos eram obras-primas de intelectuais, que também desempenham função na constituição de uma idéia.

Desta forma, adotamos aqui obras clássicas a partir das quais podemos depreender o sentido atribuído para a nação e a modificação desse, que é visto em outros temas, outros locais, através de outros rios, de um autor para outro, de uma geração para outra. O primeiro capítulo é introdutório: analisaremos, através de um romance histórico, *O Guarani*, qual o projeto de nação proposto ali e qual o papel dos rios neste projeto. A partir de um texto ficcional, acreditamos poder depreender dele muitas das questões debatidas no contexto de Alencar e como este autor as trabalhou. *O Guarani* é considerado pelos estudiosos como o romance de gestação da nacionalidade e torna-se importante para esta pesquisa por revelar a construção da nação no Romantismo.

---

[1] THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais. Lisboa: Temas e debates, 2000, p.18.

Livro básico para todo aquele que desejar compreender os sentidos e questionar as identidades nacionais, Thiesse desconstruiu o conceito de nacionalidade, revelando sua formação e os aparatos que sustentam aquilo que se chama por nacionalidade.

[2] Simon Schama (*Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.28) atentou para o uso que as instituições modernas fazem dos elementos naturais para legitimação de seus pressupostos. Afirmou o autor: "muitas de nossas preocupações modernas- império, nação, liberdade, empresa e ditadura- têm invocado a topografia para conferir uma forma natural a suas idéias".

Já para a nacionalidade associada à religião, ver: DÉLOY, Yves. "A respeito do ressentimento identitário- religião, passado e nacionalismo ideológico na França (séculos XIX e XX). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, pp.507-28.

O segundo capítulo centrar-se-á em *Capítulos de História Colonial*, embora o intuito seja buscar a representação dos rios na obra, em geral, de Capistrano de Abreu, e entender como através da escrita da história, os rios compuseram a nacionalidade. Veremos como neste momento a nação já surge representada por outras questões, distintas das do período de Alencar. O texto de Capistrano de Abreu é ponto de transição nesta pesquisa.

Por fim, o terceiro capítulo tratará de *Relatos monçoeiros*, obra organizada por Taunay, discípulo de Capistrano, que seguiu muitas recomendações do mestre, todavia, comprometeu-se com outra concepção de nacionalidade, na qual trabalhou na construção de novos mitos. O rio Tietê foi tornado personagem célebre por Taunay em seus estudos históricos. Mas através de sua atuação como diretor do Museu Paulista, é que encontramos o ponto nevrálgico desta pesquisa: Taunay foi o responsável pela patrimonialização dos rios em nossa história. Foi ele que, de forma sintética, fez erigir no Museu Paulista um monumento aos rios, que simboliza também um monumento à nação. Neste sentido, a representação dos rios deixa o território da escrita para adquirir nova simbologia através de um monumento, inserido nas dependências de um museu de guarda da memória nacional.

Além das obras que escolhemos para estudo, outras, evidentemente, poderiam ser analisadas. No campo literário, vários livros reportaram-se aos rios. Um exemplo, *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog. Na pequena cidade de Blumental, chega um jovem amazonense, formado engenheiro, Geraldo, para resolver o problema de fornecimento de água para a cidade que sofria com o tifo. Trabalho aparentemente simples para o jovem que nascera às margens do grande Amazonas. Difícil seria enfrentar o preconceito de pessoas que criam na superioridade das raças.

Aos poucos, ambientando-se na cidade, Geraldo conhece a descendente de alemães Lore Wolff, por quem se apaixona. Um amor impedido, impossível. Os pais de Lore, sobretudo sua mãe, admiradores de Hitler, da superioridade da raça ariana, protestantes, só permitem que a filha se relacione com alguém que seja reflexo de seu porte físico, suas idéias e origem.

O rio, causa da ida de Geraldo a Blumental, não recebe nome. Tudo o que se sabe é que é "um rio que imita o Reno". Talvez, a comparação por si só seja suficiente: o Reno é dos rios mais lembrados na história pelas problemáticas, guerras e mortes ocorridas em função de uma fronteira natural e, acima de tudo, cultural. O mesmo acontece com o rio de

Blumental, que não se aparenta com o rio europeu apenas fisicamente, mas inclusive nos ódios, ressentimentos, idéias e separações entre os povos. O romance de Moog nos mostra o Brasil dos imigrantes (os alemães no Sul do Brasil), dos preconceitos entre as pessoas de diferentes regiões de um mesmo país (o Sul *versus* o Norte do país), o momento delicado do nacional-socialismo e a transposição de suas doutrinas para o Brasil.

De uma perspectiva mais mística, o rio, nas obras de Guimarães Rosa, traduz a sensibilidade humana, os mistérios da vida. A "essência" do Brasil localiza-se em seus textos no sertão, no homem que habita esse espaço físico, cultural, espiritual. *Grande-sertão: veredas*, a obra consagrada de Guimarães Rosa, dá visibilidade àquele que é chamado de "rio da unidade nacional", o São Francisco. Apesar do Urucuia, rio de águas verdes como a cor dos olhos de Diadorim, ser o preferido de Riobaldo, o São Francisco é a grande metáfora do romance. Na verdade, as metáforas são duas, o rio e o sertão[3]. O São Francisco é divisor de águas na vida da personagem principal. "O meu Urucuia vem, claro, entre escuros. Vem cair no São Francisco, rio capital. O São Francisco partiu minha vida em duas partes"[4]. Isso sem mencionar o rio, que de tão emblemático, apresenta até uma terceira margem[5].

Trabalhar, no campo da história, com o tema dos rios, por vezes, a muitos soou como uma tentativa esdrúxula, como se a pesquisa sobre a natureza se reservasse aos campos das ciências biológicas e exatas. Mas o que procuramos ressaltar foi justamente o contrário, ao indicar que textos fundadores da nacionalidade compreenderam-na através da natureza, ou melhor, da relação entre os homens e o meio natural. Nesse sentido, esta pesquisa não inaugura nova perspectiva, pois, já há algumas décadas, os historiadores têm atraído para discussão o tema da natureza, e revelado nova sensibilidade ao tratá-lo[6].

Não será nossa intenção nesta introdução classificar ou demarcar o início do debate historiográfico sobre a natureza, pois, por mais que enfrentemos momentos em que ele cai

[3] MENESES, Adélia Bezerra. "Matéria vertente:"Grande Sertão Veredas" de Guimarães Rosa e o Rio São Francisco". In: *Remate de Males*, Campinas, nº 22, 2002, pp.09-23.
[4] ROSA, João Guimarães. *Grande-sertão: veredas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984, p.237.
[5] Idem, "A terceira margem do rio". In: *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. volume II
[6] Na verdade, um recuo maior no tempo, ao início do século XX, quando importantes historiadores da chamada Escola dos *Annales*, como Lucien Febvre (este, autor de um livro sobre o rio Reno) e Fernand Braudel, iniciaram seus trabalhos de história, a geografia (não apenas em seu sentido mais simples de natureza, mas através de conceitos de uma ciência geográfica que se estabelece) acompanhou toda a análise que realizaram. A compreensão da representação da natureza, sob uma perspectiva histórica, ou o uso de categorias de outras ciências mais ligadas à análise do meio natural, como instrumentos para o trabalho dos historiadores, é, como visto, muito mais antiga e complexa.

no esquecimento, dando visibilidade a outros temas, temos consciência de que é uma discussão de tradição antiga, podendo mesmo se remontar aos gregos antigos (Heródoto, Estrabão). Assim, dentre as várias obras, podemos destacar os trabalhos de Antonello Gerbi. Este autor analisou textos de cientistas e naturalistas como Buffon, De Pauw, Hegel e as considerações que construíram sobre a natureza da América[7]. Gerbi demonstrou os juízos de valor vinculados à representação que esses europeus fizeram da natureza do Novo Mundo, tecendo visões de detração e exaltação sobre animais, plantas e, inclusive, sobre os nativos americanos. Contudo, essa representação da América, e que adquiriu fortes contornos e repercussão, esteve marcada também pela concepção de ciência desses cientistas que classificaram um universo novo para eles, a partir do mundo que conheciam, a Europa.

Em 1983, Keith Thomas publica *O homem e o mundo natural*, em que analisou quando e como se operou uma mudança de sentimentos e comportamentos do homem frente ao mundo natural que o circunda. Partindo da figura de George Macaulay Trevelyan, oriundo das classes altas inglesas, amante do mundo rural e membro do Patrimônio Nacional, Thomas investigou uma nova sensibilidade presente em homens que defendem as plantas e os animais e que desenvolveu-se no início do período moderno, 1500 a 1800, na Inglaterra.

Para este historiador inglês, tratar do mundo natural não é tão-somente analisar o que os homens pensavam sobre animais e plantas, mas, inclusive, o que pensavam sobre si próprios[8]. Imbuídos de uma visão antropocêntrica do mundo, em que o ser humano tem papel de destaque e percebe a natureza como disposta ao seu bel prazer, inicia-se um debate sobre qual seria a característica humana que distinguiria homens de animais. Aqueles humanos que não apresentavam certas características- como a civilidade, por exemplo-, eram considerados como mais próximos de um comportamento bestial, justificando, desta forma, sua escravização. Por outro lado, a transformação na relação entre os homens, altera seu relacionamento com a natureza, numa transposição de atributos humanos aos elementos

[7] GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
[8] THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.19.

naturais. “No século XVIII, quando as teorias educacionais se tornaram menos repressivas, o cultivo de árvores passou da ordem para a espontaneidade”[9].

Além disso, Thomas, por meio de uma visão marxista da história, percebeu sempre conflitos de ordem social na problemática da natureza. É a classe média urbana inglesa, disse ele, a primeira a se sensibilizar com a crueldade com que os animais eram tratados. Pessoas desse nível social abominavam a forma drástica com que trabalhadores do campo tratavam os animais. Ao mesmo tempo, a caça era atividade distintiva da aristocracia, sendo mais difícil de ser combatida, e o que explica o lento processo de mudança de atitude da *gentry* frente à causa animal[10].

O autor não deixou de apontar, assim como outros historiadores, que a observação do mundo natural não é neutra, mas está constantemente determinada por categorias mentais. A natureza, pode-se depreender de suas palavras, é, portanto, um conceito. Nesse sentido, é sempre o homem que cria discursos sobre a natureza, revelando, antes de tudo, seus pressupostos sócio-culturais por meio dos quais descreve o mundo e age nele:

> “Pois toda a observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais com que nós, os observadores, classificamos e ordenamos a massa de fenômenos ao nosso redor, a qual de outra forma permaneceria incompreensível; e é sabido que, uma vez apreendidas essas categorias, passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra maneira. O sistema de classificação dominante toma posse de nós, moldando nossa percepção e, desse modo, nosso comportamento”[11].

A grande contribuição da obra de Thomas foi assinalar que, no momento de intenso crescimento das cidades, desenvolvimento agrícola e industrial, foi quando se processou enorme desmatamento, que surgiram protestos contra a violência à natureza e manifestações à preservação, sobretudo da natureza em seu estado selvagem. A sociedade moderna, afirmou o historiador, da qual somos herdeiros, gerou uma “sensibilidade

[9] Idem, ibidem, p.264.
[10] Idem, ibidem, pp.171, 188 e 217.
[11] Idem, ibidem, p.62.

cindida", que opôs o progresso sob o qual se assenta à defesa de um mundo natural intocado pelo homem[12].

Um dos elementos naturais mais chamativos aos olhos humanos e que adquiriu maior visibilidade com o advento do alpinismo, a montanha, também recebeu um estudo por parte de um historiador. No ano em que se celebrou o bicentenário da conquista do Monte Branco, 1986, Philippe Joutard publicou *L'invention du Mont Blanc*. O título da obra por si próprio explica muito: antes de ser conquistado, através de sua primeira ascensão, o Monte Branco teve de ser descoberto, em outras palavras, inventado. Trata-se, portanto, de um trabalho que preocupou-se em entender a mudança de um olhar em direção à montanha, mais especificamente ao seu cume. Em resumo, o trabalho versou sobre o nascimento de nova sensibilidade. O autor esclareceu:

> "Point de départ des Alpes comme *terrains de jeu de l'Europe*, la première ascension du mont Blanc est aussi l'aboutissement d'un lent processus qui conduit les Européens à tourner leurs regards vers les sommets couverts *de glaces éternelles*, et à désirer les atteindre. Dans cette mutation de sensibilité, le mont Blanc, paradoxalement, n'entre en scène que fort tardivement.
> *(...)*
> Ainsi s'explique le titre donné à cet ouvrage: avant d'être 'conquis', le mont Blanc a été découvert au sens propre du terme; et cette 'invention' n'a précédé que de peu la première ascension"[13].

A obra centrou-se em analisar, portanto, como e porque a maior montanha da Europa torna-se tão tardiamente uma preocupação entre as elites. Entretanto, Joutard revelou ao leitor que a montanha já figurava com intenso interesse entre as pessoas da Renascença. Ao contrário dos estudiosos que atribuem ao século XVIII a descoberta da montanha, sobretudo tomando como ponto de partida *A Nova Heloísa*, Joutard afirmou que Rousseau foi apenas o difusor de um interesse, não o criador[14]. No fim da Idade Média, a montanha

[12] Idem, ibidem, p.339.
[13] JOUTARD, Philippe. *L'invention du mont Blanc*. Paris: Gallimard/ Julliard, 1986, pp.11-12.
[14] Idem, ibidem, p.12.

era símbolo, no imaginário, do espaço interdito ao homem comum, pois era morada de criaturas boas ou más (como os dragões, as almas que purgavam os pecados no alto das montanhas). Aos poucos, durante os séculos, o olhar que se volta para a montanha, focaliza-se nas geleiras. A partir dos séculos XVII e XVIII, na pintura em especial, a união do horror ao agradável transforma a geleira em algo curioso que se combina com o sentimento sobre a morte. "*[La]* glace conserve et donne l'immortalité. Les corps qu'elle rejette ont une éternelle jeunesse. La glace, source de mort, est aussi source de vie"[15]. Porém, somente quando o olhar se volta das geleiras para o cume das montanhas, é que se pode entender as tentativas de ascensão total do Monte Branco.

Em geral, Joutard refletiu sobre a importância da montanha ao longo dos séculos para melhor compreender como o Monte Branco entra em cena, de fato, apenas no final do século XVIII. A dois relevantes resultados chegou o autor: em primeiro lugar, a atração pela montanha não nasceu dentro de um clima romântico, como forma de reação à industrialização e urbanização. O fenômeno sobre a montanha, foi uma afirmação da modernidade conquistada: com a descoberta do Novo Mundo, exterior ao espaço europeu, houve também a descoberta de mundos interiores à própria Europa[16]. Em segundo lugar, constatou Joutard, uma relação entre o protestantismo e a montanha[17]. Todas essas questões que cercam o tema da montanha revelam, enfim, sobre a sensibilidade e a cultura humanas.

Alain Corbin, historiador francês, contribui com um estudo sobre a praia. Em *O território do vazio*, analisou a genealogia do desejo da beira-mar: como a praia, designada como "território do vazio" ou espaço indeciso de fronteira entre a terra e a água, constituiu-se como um espaço hedonístico, onde milhares de pessoas acorrem anualmente, num fenômeno familiar aos nossos tempos. Para que tal fato ocorresse, discursos e práticas produziram novos comportamentos que, por sua vez, constituíram um fenômeno

[15] Idem, ibidem, p.138.
[16] Idem, ibidem, p.197.
[17] Os argumentos do autor que levam a essa relação: "Elle *[la sensibilité catholique baroque]* privilegie le monde totalement humanisé où la nature ne joue aucun rôle: dans toutes ces églises, il n'y a pas une seule représentation des paysages extérieures! À l'inverse, les protestants, méfiants vis-à-vis des intermédiaires humains et plus ou moins iconoclastes, se sentiraient plus à l'aise dans une nature inhumaine. Et puis, la grandeur des sommets et des murs de glace face à la petitesse humaine, telle que les gravures la mettent em valeur, n'est-elle pas accordée à une conscience qui minimise la créature face à son créateur? La lecture assidue de l'Ancien Testament, ou le monde naturel est beaucoup plus directement présent que dans l'Évangile, ne serait-elle pas une bonne propédeutique à ce monde de la démesure?". (Idem, ibidem, p.200).

histórico[18], o qual o autor localiza entre 1750 e 1840. Foi nesse período que houve o despertar do desejo coletivo das praias, culminando no nascimento da praia moderna que conhecemos tão bem. As fontes usadas por Corbin foram variadas, de relatos médicos, diários de viagem, a obras literárias e pinturas, pois entende que ciência e estética estão ligadas, e nada melhor que discursos e representações distintas para se observar a emergência de um desejo. Nesta sua pesquisa, o autor trabalhou com mudanças e permanências e sinalizou crítica à noção de longa duração e ritmos temporais braudelianos que, segundo Corbin, devem ser superados pelos historiadores[19].

Se o autor localiza o advento do desejo da beira-mar entre 1750 e 1840, vários fatores contribuem para isso. Dentre eles: o romantismo, calcado na estética do sublime, cria em relação ao litoral nova sensibilidade e, até mesmo, figuras literárias, como o pirata e o corsário, que contribuirão para um imaginário da praia. Entretanto, um dos principais legados dos autores românticos foi ceder espaço para o povo litorâneo. Buscam penetrar em suas atividades, coletar suas histórias antes que se percam, mas, mesmo assim, esse indivíduo ou grupo retratado está marcado por pressupostos mentais que os escritores carregam consigo. Nesse momento de auge do romantismo, século XIX, há uma extensa literatura e pintura sobre a praia que leva à vulgarização do assunto. O tema do naufrágio deixa de ser o centro para entrar em cena a "digestão feita pela praia", ou seja, o enterramento na areia. Desta forma, a atenção não está mais no mar, mas sim no estirâncio. Constitui-se também novo fascínio sádico. Por fim, Corbin, ao buscar compreender o nascimento de nova sensibilidade e prática, não deixou de assinalar a questão social presente. Constatou que a freqüentação das praias, pelos balneários, foi, inicialmente, prática da alta aristocracia, que ditava a moda. Aos poucos ela foi se tornando um desejo coletivo e, neste momento, a aristocracia procura se diferenciar cada vez mais das classes inferiores, alternando os meses de visita aos balneários e construindo espaços reservados para sua circulação.

No debate historiográfico sobre a relevância da natureza, a obra de Simon Schama figura como uma das mais importantes. *Paisagem e memória* (1995) revelou a presença marcante de mitos antigos em nossa visão moderna sobre a natureza. Schama demonstrou,

[18] CORBIN, Alain. *O território do vazio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.301.
[19] Idem, ibidem, p.301.

de maneira próxima à de Thomas, como vimos, que a natureza é um conceito, construção cultural sobre a maneira de olharmos e representarmos o mundo natural. "Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas"[20].

Esta obra se propôs a escavar, a partir de questões conhecidas nossas e atuantes no mundo de hoje, as camadas de lembranças e representações que compõem a memória social sobre elementos como a mata, a água e a rocha, e que, na maioria das vezes, não decodificamos de imediato. Assinalando a natureza como construção cultural, Schama destacou, dentre inúmeros outros exemplos:

> "Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do Congresso, em 1864, que designou Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação, durante a guerra que assinalou o momento da Queda no Jardim Americano. Tampouco a natureza venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra como Thomas Starr King, fotógrafos como Leander Weed, Eadwaerd Muybridge e Carleton Watkins, pintores que usam tintas como Bierstadt e Thomas Moran e pintores que usam palavras como John Muir para representá-la como o parque sagrado do Oeste; o local de um novo nascimento; uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana. A topografia do local, estranhamente sobrenatural, com prados reluzentes atapetando o vale até as escarpas de Cathedral Rock, o rio Merced serpenteando pelo capinzal, presta-se muitíssimo bem a essa visão de um paraíso terrestre democrático. E o fato de os visitantes terem de *descer* para o fundo do vale só acentua a sensação religiosa de estarem entrando num santuário"[21].

Na citação, a idéia de natureza- selvagem, no caso- teve seus mentores, imbuídos de propósitos culturais e políticos próprios. Logo, a natureza não é uma entidade autônoma,

[20] SCHAMA, S. Op. Cit., 1996, p.17.
[21] Idem, ibidem, p.17.

apesar de já existir antes do desenvolvimento do ser humano e apresentar seu ciclo vital[22], mas o fato é que a nossa idéia de meio natural é construção e acumulação de camadas culturais que formam a maneira de compreendermos e interferirmos na natureza. A história do conceito de natureza, ao ser desvendada, revela que nossas ações e sentimentos frente a ela têm raízes profundas, ao mesmo tempo, em que outras formas da relação homem-cultura-natureza se perderam ou ressignificaram ao longo dos séculos.

Além de demonstrar a vinculação entre cultura e natureza, o trabalho de Schama objetivou nos convencer do caldo mitológico que nos cerca em nossa relação com o mundo natural, embora sejamos ensinados a entender os mitos como atraso e passado. "Pois, embora esses textos geralmente afirmem que a cultura ocidental evoluiu, abandonando seus mitos de natureza, estes, na verdade, nunca desapareceram. Se, como vimos, toda a nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas- da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada-, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem; resta saber onde procurá-los"[23].

Os historiadores sempre assinalam que por mais que o passado os inquietem, são as questões suscitadas em seu presente que os fazem volver aos tempos idos. Nesta perspectiva, esta pesquisa também pode ser lida à luz das preocupações atuais com o meio ambiente. O Brasil é o país de maior recursos hídricos do mundo. Que papel terá sido reservado a seus rios na escrita de sua história? A despeito da lastimável situação atual de poluição de muitos e dos maiores rios brasileiros, o que parece indicar não haver uma intimidade entre os homens e a natureza, da qual dependem e sobre a qual projetam representações, como a nação foi simbolizada por essas "estradas móveis", na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda? Qual a ligação que perceberam nossos mais importantes autores entre os homens e os rios? Como representaram essa ligação na tentativa de explicar o que entendiam por nacionalidade, construindo, assim, imagens

[22] Idem, ibidem, p.17.
[23] Idem, ibidem, p.24. Um dos exemplos mais interessantes que o autor comenta sobre a busca por mitos de origens, refere-se à procura frenética e obsessiva de soldados da SS que, no outono de 1943, invadem um *palazzo* da família Balleani, na Itália, com o objetivo de encontrar um manuscrito do texto do historiador romano Tácito, escrito por volta de 98 d.C. Em *Germânia; ou, sobre a origem e situação dos germanos*, Tácito desenhou o perfil dos germanos como um povo forte, que se preservou como filho da natureza, além de serem uma raça pura por não constituírem casamentos inter-raciais (ver pp.85-91).

textuais? Como através dos rios, podemos também entender que a nacionalidade não é um conceito natural? Estes são alguns dos questionamentos aos quais procuraremos elucidar. Não é nosso intento oferecer ao leitor uma resposta única, mas iniciar um problema e mapear a relevância dos rios na construção da identidade brasileira.

“O outrora ovante Sena! Nem murmura!
Como humilde atravessa estas arcadas!
Não sois assim, da minha Pátria oh rios!
Oh Paraná, oh túmido Amazonas!”

Gonçalves de Magalhães, Suspiros poéticos e saudades

1. O "romance das águas"[1]

1.1. Literatura, natureza e nacionalidade

Buscar, em obras clássicas da literatura e historiografia brasileiras, um "território da memória"[2] em que a nacionalidade se constituiu através da imagem dos rios, é, certamente, encontrar em *O Guarani*, o ponto de partida para esta pesquisa[3]. No entanto, um trabalho de história que inicia sua reflexão tendo como material de análise um romance, não deve se eximir de esclarecer os pontos convergentes e divergentes entre literatura e história, que foi imensamente discutido nas últimas décadas.

Aos olhos de muitos, a literatura ainda deve ser analisada somente por críticos literários, apesar das várias discussões já surgidas para debater os aspectos em comum do trabalho do historiador e do escritor de ficção. Portanto, essa discussão situa-se ainda em um campo minado. Por outro lado, renomados historiadores e literatos, do Brasil e do exterior[4], têm proposto inquietações como: o que há de histórico na literatura? O que há de literário na história? É possível ler a história como se fosse literatura, e a literatura como

[1] A expressão é de ORTIZ, Renato. "*O Guarani*: um mito de fundação da brasilidade". In: *Ciência e Cultura*, vol. 40, nº3, março/ 1988, p.269.

[2]DECCA, Edgar Salvadori de. "A sociedade rústica como modelo sociológico e território literário". In: DÉLOYE, Yves; HAROCHE, Claudine (orgs). *Maurice Halbawchs. Espaces, mémoires, psychologie collective: la permanence d'interrogations cruciales*. Publicacion de la Sorbonne, 2003.

[3] O objetivo deste capítulo é analisar o papel dos rios em *O Guarani* e a explicação do surgimento da nação através deste romance, exclusivamente. Certo é que uma análise mais acurada se realizaria com a abordagem de outros romances de Alencar, em que pode-se, então, melhor compreender sua visão sobre a nacionalidade. Para tanto, remete-se o leitor a estudos como NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre campo e cidade: olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Tese (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999, pp.219 e ss. Naxara observou que o próprio Alencar concebeu sua obra como "espelho do desenvolvimento da nação" (p.20), delineando um processo da infância à maturidade. Através dos romances ditos regionalistas, como *O Gaúcho*, *O Sertanejo*, Alencar salientou as características de cada região, sem, contudo, distanciar-se do ideal de *unidade*, marcado pelo sentimento de pertencimento à nação (p.240). O projeto de Alencar, podemos acrescentar, visava demonstrar como as partes (regiões) compunham o conjunto (nação).

[4]Podemos citar um exemplo através do grupo *Clíope*, que surgiu em 1994, por ocasião do 48º Congresso de Americanistas em Estocolmo, reunindo grupos que antes atuavam isoladamente. Congrega importantes estudiosos do Brasil, França, Itália e Alemanha, que se dedicam ao estudo e debate dos cruzamentos entre a história e a literatura, o que se expressa pelo próprio nome do grupo: *Clíope*, aglutinação de *Clio*, a musa da História, e *Calíope*, a musa da Poesia. A perspectiva não é de diluição dos dois campos, mas, ao contrário, sinalizar as especificidades, ao mesmo tempo em que se observa a complementaridade entre o discurso histórico e o literário.

uma "quase história", como nos propõe Ricouer? Concordaríamos com White[5] que entende a história como mais um discurso narrativo? Quais os pontos específicos de cada campo? Quais os entrecruzamentos entre eles? Qual o significado atribuído no passado e o que queremos atribuir no presente às idéias de "verdade", "simbólico", "tempo", "texto", "imaginário", "real"?

O estudo de Lepenies[6] inseriu-se neste debate sobre a formação dos gêneros, embora dando destaque para a literatura e sociologia (e não história). Contudo, elementos analisados pelo autor referem-se a uma discussão maior e mostram como da narrativa ficcional surgiram outros campos do conhecimento. Ele analisou como ocorreu o nascimento da sociologia, seu embate com a literatura e sua impossibilidade de se tornar uma ciência natural, visto que seu objeto de estudo era a sociedade, que não obedece às rígidas leis estabelecidas em laboratório. Para o autor, a sociologia ficaria como uma "terceira cultura" entre a literatura e as ciências naturais, das quais busca se diferenciar para se afirmar como ciência autônoma. Neste debate esteve presente a discussão sobre a razão *versus* a cultura dos sentimentos, características que diferenciariam ciência de literatura[7], no impasse entre a Ilustração e a Contra-Ilustração.

Essas indagações suscitam vários elementos dos discursos histórico e literário, que envolvem o conceito sobre ciência, verdade e ficção. No caso da história, há tempos já se percebeu a distinção entre a "passeidade"[8]- entendida como o "real acontecido"- e a narrativa histórica- ou seja, o discurso sobre este "real". Na elaboração deste discurso já se decodifica a presença da natureza fictícia, bem como os dados da passeidade que chegam ao historiador são representações do que se passou, repletas de intencionalidades. Isto rompe com a dicotomia documento/ fato/ verdade *versus* ficção/ imaginário. Assim sendo, a forma de se trabalhar a narrativa, que é um dado comum e essencial tanto para o historiador como para o literato- e os elementos agregados (ou não) a ela- é o que produz a

[5] WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.
[6] LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
[7] Lepenies considerou a obra de Buffon como uma das mais emblemáticas neste debate. Buffon era visto como um grande cientista à sua época, e elogiado não tanto pelo que escrevia, mas pela maneira como o fazia, ou seja, seu estilo narrativo. Todavia, com a renovação do conceito de romance neste período, e o início da distinção entre literatura e ciência, os livros de Buffon passam, então, a ser tomados como *romances* científicos (LEPENIES, W. Op. Cit., 1996, pp.12-14).
[8] LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p.10.

diferença entre os campos. Na literatura é o próprio texto o que conta, portanto ela é mais livre, todavia não se desconsidere os dados para a contextualização do discurso literário, o que o aproxima da história neste ponto, gerando leituras cruzadas. Porém, na história, os procedimentos e métodos de constituição de seu discurso fazem-se presentes e são diversos dos da narrativa literária. O historiador, para a elaboração de seu texto, depende de arquivos, métodos de pesquisa e critérios de cientificidade. Mesmo retrabalhando, reorganizando e conferindo nova significação aos seus documentos de pesquisa, o historiador deve estar de acordo com os critérios de seu ofício, fato que explica o porquê de sua tarefa não ser tão livre quanto a do literato.

O elemento ficcional permeia a construção do texto, tanto na narrativa literária quanto na histórica, na forma de dar coerência aos dados/fatos. Como afirmamos acima, o historiador precisa da testagem, comparação, embora sua subjetividade entre na seleção e organização das idéias e fatos. O literato ou estudioso da literatura, ao mesmo tempo em que presencia uma série de elementos de seu tempo com os quais trabalha, dialoga e/ou diverge, é mais livre na composição dos textos, sendo-lhe permitido dar vazão às fantasias. Do mesmo modo como a relação destes profissionais frente aos discursos apresenta nuanças distintas, o mesmo ocorrerá com a leitura destes. Como todo texto é escrito para ser lido, a presença do leitor é fundamental e distinta frente a uma obra de história e outra de literatura. Na primeira, a relação é mais fechada (aquele que lê não pode entender o que bem quiser, assim como aquele que produziu o texto não pôde escrever o que bem pretendeu): o autor, numa posição de maior distância, direciona e confere uma explicação a seu leitor, o qual, por sua vez, pode também testar a argumentação do historiador e medir seu grau de imaginação na composição dos elementos discursivos. É possível fazer um certo julgamento na leitura do texto histórico, porque há parâmetros estabelecidos para a atividade da história. Já o leitor do texto literário tem uma proximidade maior com o autor, é uma relação mais aberta com o livro que se lê, ou seja, há um leque maior de interpretações.

Também pode-se pensar na relação entre as narrativas histórica e literária e seu vínculo com um projeto social. Ambas auxiliam a construir uma memória social, embora guardadas as diferenças entre a forma e objetivo que procuram, pois almejam obter comportamentos e formas de pensar desejadas. Nesse sentido, acabam por socializar os

indivíduos, criando laços de coesão social, enfim, construindo um sentimento de identidade.

De acordo com esses questionamentos, elegemos *O Guarani* como texto fundador de nosso tema de pesquisa. *O Guarani* foi, de início, escrito diariamente em 1856 por Alencar para o folhetim *Diário do Rio de Janeiro*, tendo sua publicação em livro em 1857. Este romance de Alencar construiu expressivas imagens textuais sobre os rios. Não é sem fundamento que Ortiz[9] se referiu ao livro de Alencar como o "romance das águas". Basta iniciar a leitura para perceber que as primeiras palavras, o "narrador-paisagista"[10] não as destinou para caracterizar o tempo da história, tampouco personagens humanos, mas sim para descrever o Paquequer e, em seguida, o rio Paraíba do Sul. Entretanto, este último rio terá papel de destaque no desfecho do romance, reservando-se a cena principal das linhas iniciais da história ao Paquequer. A descrição é deveras longa:

> "De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio d'água que se dirige para o Norte, e engrossado com os mananciais, que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.
> É o Paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito"[11].

De um tímido fio d'água, transforma-se o Paquequer em rio caudal. Nasce na Serra dos Órgãos e deságua no Paraíba: por estas duas referências, o autor já situa a localidade onde se desenvolverá o romance, o Rio de Janeiro. Anuncia-se também a relação entre o Paquequer e o majestoso Paraíba, melhor descrita na passagem que se segue:

---

[9] ORTIZ, Renato. Op. Cit., 1988, p.269. A expressão nomeia este capítulo por seu poder sintético e a vinculação com a proposta deste trabalho.
[10] Para usar um termo de SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador a viagem.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.37.
[11] ALENCAR, José de. *O Guarani*. In: Ficção completa e outros escritos- volume II. Romance histórico: O Guarani. As minas de prata. Guerra dos mascates. Lendas indianistas: Iracema. Ubirajara. Rio de Janeiro, GB, Companhia Aguilar Editôra, 1964, p.27.

> "Dir-se-ia que vassalo e tributário dêsse rei das águas *[Paraíba]*, o pequeno rio *[Paquequer]*, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sôbre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor" [12].

O rio Paquequer, que tornara-se volumoso por seus mananciais, perante o Paraíba ("rei das águas"), apequena-se e, humildemente, inclina-se feito seu vassalo. Toda sua rapidez e agilidade, comparáveis aos animais selvagens da floresta, transformam-se em calmaria e mansidão próprias de um lago. Desta forma, a descrição do Paquequer parece ser feita num vai-e-vem de pequenez e grandiosidade. Duas comparações, alusivas a situações sócio-históricas distintas, impõem-se: o Paquequer-vassalo frente ao suserano Paraíba, o escravo Paquequer e seu senhor Paraíba. A comparação com uma ordem social medieval revela o peso desse momento histórico entre os românticos, por outro lado, a menção à ordem escravocrata demonstra vinculação direta com o tempo de Alencar, embora o escritor não tenha considerado o negro como partícipe da constituição da nação, como veremos adiante. Registra-se apenas a alusão das relações de dominação, quer de vassalagem, quer de escravidão, entre os elementos da natureza[13]. Porém, não é a imagem de um rio dominado que o autor quer que guardemos do Paquequer:

> "Não é neste lugar que êle deve ser visto; sim três ou quatro léguas acima de sua foz, onde livre ainda, como o filho indômito desta pátria da liberdade.
>
> Aí, o Paquequer lança-se rápido sôbre o seu leito, e atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pêlo esparso pelas pontas de rochedo e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, foge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas fôrças e precipita-se de um só arremêsso, como o tigre sobre a prêsa.
>
> Depois, fatigado do esfôrço supremo, se estende sôbre a terra, e adormece numa linda bacia que a natureza formou, e onde o recebe como em um leito de noiva, sob as cortinas de trepadeiras e flôres agrestes.

[12] Idem, ibidem, p.27.
[13] MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p.23.

A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras"[14].

O rio que há pouco fora apresentado ao leitor como submisso do Paraíba, já não apresenta-se mais como vassalo. Alencar quis que retivéssemos na memória a imagem de um Paquequer livre, que se rebela e busca sua independência, podendo ser o que realmente é, não tendo de se curvar ao rei Paraíba. Desta forma, não poderíamos pensar o Paquequer como metáfora do Brasil e o Paraíba, da Europa[15]? A pátria da liberdade, referida no final do último parágrafo acima transcrito, não pode ela mesma ser representada por este "filho indômito" que luta por se separar de uma influência maior (Paraíba-Europa) que o quer apequenar e subjugar?

Quando se liberta do Paraíba, o Paquequer ganha movimento novamente. Torna-se rápido como o tapir, lança-se de arremesso como o tigre. Como se percebe, a descrição do Paquequer é rica em comparações. No primeiro trecho transcrito acima[16], o rio foi comparado a uma serpente, que traça um caminho sinuoso. O recurso da comparação foi muito utilizado por Alencar, mais que as metáforas[17]. Alencar buscou elementos da própria natureza para caracterizar o rio: elemento natural, exalta-o a própria natureza em suas qualidades. É ela também que o recebe e protege depois de tanto esforço pela liberdade. Na natureza que se assemelha aos cuidados da mãe pelo filho, percebe-se, segundo Bosi, também a dominação pelos elementos naturais ora transfigurados em arquitetônicos. "O processo europeu de dominação vai assimilar os dados da natureza: desenhará na selva formas góticas e clássicas fazendo o rio correr no meio de *arcarias* de verdura e de *capitéis* formados por leques de palmeiras"[18].

[14] ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.27.
[15] Devo esta sugestão à profa. Izabel Andrade Marson.
[16] Ver página 20.
[17] MORAES PINTO, Maria Cecília de. *A vida selvagem: paralelo entre Chateaubriand e Alencar*. São Paulo: Annablume, 1995, pp.242-3. A autora assinalou que, em relação às imagens dos textos indianistas de Alencar, as comparações são marcantes e estão mais presentes que a metáfora.
[18] BOSI, Alfredo. "Imagens do Romantismo no Brasil". In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.240.

A longa descrição do Paquequer foi embasada em uma fonte histórica. Alencar o afirmou em nota de rodapé: quem quiser conferir a exatidão da descrição do rio e seu entorno, deve recorrer aos *Anais do Rio de Janeiro*, de B. da Silva Lisboa[19], pois lamentava que no momento em que escrevia *O Guarani* (1856), as plantações de café já tivessem transformado o cenário de seu romance, cuja trama se desenvolve no ano de 1604. Por isso Alencar sublinhou que a vegetação "ostentava outrora todo seu luxo e vigor". No texto de Lisboa, encontramos:

> "As águas que despejam para fora das serras, na compreensão do termo da cidade, vêm da serra dos Órgãos. É memorável o rio Paquequer, o qual se divide com o Macacú tendo o seu nascimento na mesma serra, no mais alto dela, e onde a cordilheira é mais elevada. O seu curso vai do norte até o rio Paraíba, onde entra caudaloso, atraindo e ajuntando no seu curso todas as águas da serra em distância de 10 léguas, navegável duas. Desde o seu princípio correm sucessivas e engraçadas cascatas, que precipitam as suas águas sôbre as lindas bacias e fontes, que, lavando um grande lagedo, toma a forma de cinco chafarizes. Estas bacias são lindamente levantadas, circuladas de suas orlas de diversas côres. E suas águas vão-se precipitando em outros profundos tanques, uns seguidos, e após êstes, outros com cristalizações de crisólitas e de pingos dágua de vários tamanhos, fórma e raridade. Aquele rio segue depois sereno e navegável, com copiosa quantidade de saborosos peixes, que se chamam jundiás, piabanhas, traíras e piaus"[20].

A menção ao texto histórico revela a preocupação de Alencar com dados reais para compor o romance histórico[21], todavia o autor use a fonte como base e crie a partir dela. Trata-se de um texto ficcional mais que histórico. Alencar abandonou o estilo de Lisboa,

[19] Balthazar da Silva Lisboa nasceu em 6 de janeiro de 1761, na Bahia, e faleceu em 14 de agosto de 1840, no Rio de Janeiro. Formou-se doutor em direito civil e canônico em Lisboa. Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Escreveu obras sobre a natureza brasileira (suas madeiras, árvores, botânica). O primeiro tomo dos *Annaes do Rio de Janeiro* foi editado em 1834.

[20] LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e C', Rio de Janeiro, 1834. Tomo I. Reimpressão: Rio de Janeiro: Serviço de Museus da Cidade do Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1941, p.42.

[21] Não só a descrição do Paquequer é prova da preocupação de Alencar com elementos históricos. D. Antônio de Mariz é uma personagem histórica; além disso, os costumes indígenas relatados no romance são embasados nas descrições deixadas por cronistas acerca dos hábitos dos índios.

por vezes sóbrio- de simples demarcação geográfica-, por vezes de uma adjetivação simplista, para compor uma narrativa que engrandece o Paquequer.

É de suma importância ressaltar que as longas descrições de elementos naturais nos romances de Alencar não são, como querem alguns autores, meros cenários ou pano de fundo. O papel da natureza, sobretudo no Romantismo brasileiro, é fundamental na história que se conta. Os românticos, imbuídos da missão de escrever romances que narrem o surgimento da nação ou aquilo que lhe é peculiar, vêem na exaltação da natureza uma forma de despertar emoções patrióticas no leitor. Como se esses autores indicassem que a natureza singular é elo de ligação entre aquele que escreve e o que lê, pois ambos pertencem à mesma terra, à mesma nação. Formam-se a partir das condições deste solo. Estamos de acordo com as sugestivas palavras de Volobuef:

> "No tocante à descrição da Natureza no romantismo brasileiro, podemos concluir que o refrão constante é das páginas fartamente cobertas de imagens exuberantes, majestosas, ofuscantes, em que florestas, rios, planícies e montanhas banham-se no esplendor do Sol tropical. São imagens destinadas a fazer bater no peito do leitor um coração cheio de orgulho pela sua pátria e a suscitar em seu cérebro a forte confiança no brilhante futuro da nova nação"[22].

Volobuef desenvolveu pesquisa sobre a prosa de ficção do Romantismo a partir da literatura comparada. Embora em seu estudo, a autora tenha se centrado nos casos brasileiros e alemães, muitas questões sobre o movimento romântico foram esclarecidas. Duas observações, colhidas a partir de seu texto, devem ser aqui explicitadas. Em primeiro lugar, a autora destacou que o Romantismo deve ser compreendido como um movimento amplo e complexo. Indicado na maioria das vezes por seu caráter subjetivista, há que se ressaltar também que foi um movimento rebelde, de crítica social[23]. É fundamental também

[22] VOLOBUEF, Karin. *Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na* Alemanha *e no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.240.

[23] Idem, ibidem, p.12. Um exemplo sobre a crítica tecida pelo Romantismo refere-se mesmo às relações amorosas privilegiadas nos romances, marcadas tão-somente pelo sentimento entre um homem e uma mulher, quando na sociedade do século XIX muitos casamentos eram forjados por interesses econômicos.

não compreender a análise do Romantismo brasileiro e alemão, no caso, através da idéia de "empréstimo": como se um fosse devedor/dependente do desenvolvimento do outro. Pelo contrário, nos vários países onde o Romantismo surgiu, sempre houve adaptações, transformações, sendo impossível, portanto, falar em cópia[24].

Outra observação que podemos depreender do trabalho de Volobuef, diz respeito ao papel da natureza no Brasil e na Alemanha. Sob a perspectiva da literatura comparada, a autora constatou importantes divergências na função atribuída à natureza entre os dois países. Resumidamente: na prosa de ficção do romantismo alemão, a natureza faz-se presente para descrever os sentimentos do narrador (natureza intangível). No caso do Brasil, a significação é oposta, pois a descrição é feita com o intuito de copiar ou imitar a natureza[25]. Ou seja, aqui ela está em primeiro plano e determina, muitas vezes, as ações das personagens (natureza tangível).

Desta forma, podemos depreender que, além do papel político de defesa do nacionalismo pelos autores românticos- como Alencar-, a descrição mimética da natureza visa demonstrar que o indivíduo é fruto das condições do meio[26], por isso, ela não pode ser tão-somente "pano de fundo". O próprio Alencar nos confirmou isto:

---

[24] Idem, ibidem, p.15. Estamos de acordo com a autora de que não há cópia. Mesmo que se tenha a intenção de imitar, a releitura de um texto/ autor, sempre termina em uma nova obra, diferente daquela que foi tomada como base.

No entanto, lembramos o trabalho de Casanova que sublinhou a necessidade de se considerar a nação como inter-nacional e, portanto, a forma de se trabalhar as literaturas nacionais, considerando-se sempre a produção de outros países.

"Nada é mais internacional, de certa forma, que o Estado nacional: ele só se constrói em relação a outros Estados e muitas vezes contra eles. Em outras palavras, não é possível descrever qualquer Estado, nem aquele que Charles Tilly chama 'segmentado', isto é, em formação, nem, a partir de 1750, o Estado 'consolidado' (ou Estado nacional), ou seja, o Estado no sentido moderno, como uma entidade autônoma, separada, que encontra em si mesma o princípio de sua existência e de sua coerência. Cada Estado constitui-se, ao contrário, por suas relações, isto é, em sua rivalidade, em sua concorrência constitutiva com outros Estados. O Estado é uma realidade relacional, a nação é inter-nacional" (CASANOVA, Pascale. *A República mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, pp.55-6).

Logo, as literaturas de cunho nacionalista também devem ser compreendidas em relação aos movimentos de outros países, quando se contrapõem a eles. Por exemplo, a literatura alemã que se formou justamente afirmando suas raízes regionais em oposição ao cosmopolitismo francês.

[25] VOLOBUEF, K. Op. Cit., 1999, p.118.

[26] Idem, ibidem, pp.233-4.

> "Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa"[27].

A função da natureza, especialmente dos rios, em *O Guarani*, deve-se a dois aspectos, segundo demonstrou Marco. O primeiro refere-se a uma "concepção teatral do enredo", com a construção plástica do cenário. O segundo aspecto indica "a elaboração do espaço como elemento revelador da feição das personagens e dos conflitos narrativos"[28]. O rio Paquequer e sua característica faceira refere-se a Ceci: sua meninice, o banho no rio, o descanso e passeio com Isabel no dia de domingo[29]. Na relação entre o Paquequer e o Paraíba, a autoridade se impõe, delineando o perfil de Dom Antônio de Mariz, fidalgo leal e justo, mas severo com aqueles que merecem[30]. Contudo, a maior afinidade entre o rio e as personagens exercita-se entre o Paquequer e Peri. O rio que lança-se ligeiro como o tapir, arremessa-se como o tigre, encontra em Peri o equivalente à sua força. "E nesta face do rio, o leitor vê despontar Peri, o guerreiro goitacá, personagem que se encarrega de conduzir pelo romance o caráter e o movimento do Paquequer"[31]. Mas é sobretudo por serem dois elementos nativos que rio e indígena, herói do romance, complementam-se.

No desenrolar da trama de *O Guarani*, os rios parecem não mais se destacar. Tornam-se apenas referências para localizar o solar de D. Antônio de Mariz e outros eventos da história[32]. No fim do romance, como analisaremos, o rio reaparece com função determinante para o desfecho dos acontecimentos.

---

[27] ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.27.
[28] MARCO, V. Op. Cit., 1993, p.21.
[29] Idem, ibidem, p.23.
[30] Idem, ibidem, p.24.
[31] Idem, ibidem, p.26.
[32] "No pequeno jardim da casa do Paquequer" (ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.41), "Já se vê pois a razão por que Álvaro tinha tantos desejos, como dizia o italiano, de chegar ao Paquequer em um sábado" (p.53), "Se um ramo arrastado pela correnteza passava, se um pouco de limo das águas despegava-se da margem pedregosa do rio, se o fruto de uma sapucaia pendida sôbre o Paquequer estalava prestes a cair, o índio, veloz como o tiro de seu arco, lançava-se e retinha o côco no meio da sua queda, ou precipitava-se n'água e apanhava os objetos que boiavam" (p.65).

1.2. Cartas polêmicas

Sob o pseudônimo Ig, Alencar escreveu, em 1856, uma série de cartas para o *Diário do Rio de Janeiro*. Eram cartas de crítica ao poema *Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, nas quais Alencar explicitou suas idéias sobre a literatura brasileira, a função da poesia e sugeriu como poderiam ser melhorados trechos falhos do poema que atacou. Consideramos que os argumentos desenvolvidos por Alencar nessas cartas induzem a crer que *O Guarani* seja uma resposta, em prosa, a *Confederação dos Tamoios*. Explicar-nos-emos.

Em primeiro lugar, a proximidade temporal entre a polêmica gerada pelas cartas de Alencar (1856) e a publicação de *O Guarani*. Certamente, o autor estava ainda muito marcado pelas discussões e críticas surgidas. Em segundo, há várias sugestões que Alencar faz ao poema de Magalhães que são, depois, trabalhadas em seu romance. Comentaremos dois aspectos analisados.

Primeiramente, e este é o ponto que mais nos interessa para a pesquisa, Alencar afirmou que a poesia é irmã gêmea da pintura e da música, uma não existe sem a outra. Ao ler uma poesia, busca-se a cor da cena e a melodia do som.

> "A poesia, a pintura e a musica são tres irmans gemeas que Deus creou com um mesmo sorriso, e que se encontrão sempre juntas na natureza: a fórma, o som e a côr são as tres imagens que constituem a perfeita encarnação da idéia; faltando-lhe um d'esses elementos, o pensamento está incompleto.
>
> Para mim, meu amigo, essa assimulação *[sic]*, ou antes essa união da poesia, da musica e da pintura, é tão clara, que encontro sempre na historia o mesmo gênio nas suas tres grandes revelações; que sinto igual impressão lendo um livro, vendo um quadro ou uma estatua, e ouvindo uma opera"[33].

[33] ALENCAR, José de. "Cartas sôbre a Confederação dos Tamoios". In: CASTELO, José Aderaldo (org.). *A polêmica sobre "A confederação dos Tamoios"*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Secção de Publicações, 1953, p.25.

Indagamo-nos, diante desta passagem, se uma aproximação semelhante não poderia se estender à prosa. A prosa também comporia uma imagem, exprimiria uma melodia. Tal fato explicaria as longas descrições da natureza, das personagens nos romances, sobretudo históricos, de Alencar. Tornar-se-ia mais simples compreender a descrição do Paquequer e Paraíba. Ademais, associada a esta concepção de poesia, encontra-se, pois, a exaltação da natureza americana (em sua forma, cores e som). Em vários momentos, Alencar criticou Magalhães por invocar a natureza tropical de maneira fria. Esta natureza do Brasil deveria ser a própria inspiração do poeta:

> "Digo-o por mim: se algum dia fosse poeta, e quizesse cantar a minha terra e as suas bellezas, se quizesse compor um poema nacional, pederia a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéas de homem civilisado.
>
> Filho da natureza embrenhar-me-ia por essas mattas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sól erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslisar-se no azul do céo; ouviria o murmúrio das ondas e o écho profundo e solemne das florestas.
>
> *(...)*
>
> Brasil, minha pátria, porque com tantas riquezas que possues em teu seio, não dás ao gênio de um dos teus filhos todo o reflexo de tua luz e de tua belleza? Porque não lhe dás as côres de tua palheta, a fórma graciosa de tuas flôres, a harmonia das auras da tarde? Porque não arrancas das azas de um dos teus passaros mais garridos a penna do poeta que deve cantar-te?"[34].

Para Alencar, a natureza do país apresentava originalidade. O poeta deveria percebê-la e cantá-la, selecionar o que há de mais peculiar, entrar em contato com o objeto a ser descrito: ele mesmo forneceu a inspiração para o poeta sensível. Na caracterização da natureza já se apresenta o cunho nacionalista[35].

---

[34] Idem, ibidem, p.05.

[35] Lembramos que Chateaubriand é, dos escritores, o mais citado por Alencar como aquele que melhor cantou a natureza. A propósito dos rios, as imagens aquáticas foram bem destacadas por Chateaubriand, como analisou Moraes Pinto (Op.Cit., 1995, p.227). Em *Atala-René*, o rio Meschacebé foi ricamente descrito. Vejamos:

"Este último río *[Meschacebé]*, en un curso de más de mil leguas, riega una deliciosa comarca que los habitantes de los Estados Unidos llaman el Nuevo Edén, y a la que los franceses dieron el dulce nombre de Luisiana. Otros mil ríos tributarios del Meschacebé: el Misuri, el Illinas, el Arkansas, el Ohío, el Wabache y el Tenaso la enriquecen con su limo y la fertilizan con sus aguas. Cuando todos estos ríos aumentan su caudal

Outro aspecto que julgamos desenvolvido em *O Guarani* e que Alencar comentou em suas cartas, diz respeito à composição do herói e da figura feminina[36]. Aimbire não era um herói por incompetência do poeta, afirmou Alencar, que não soube oferecer-lhe sentimentos intensos e ações grandiosas[37]. Em contrapartida, em *O Guarani*, Peri era o senhor do romance: venceu a natureza e os adversários, tomou a cena para si. Com relação às figuras femininas, a mesma crítica recaiu sobre Potira e Iguassu: "é uma mulher como qualquer outra; as virgens indias do seu livro podem sahir d'elle e figurar em um romance arabe, chinez, ou europeu"[38]. Já Ceci e Isabel, a loura e a morena, foram minuciosamente descritas, pares opostos inclusive, tal como Lady Rowena e Rebeca em *Ivanhoé*. Isso sem mencionar Iracema, "a virgem lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira".

1.3. Incêndio e dilúvio: término e início de nova era

No fim de *O Guarani*, um incêndio. Os Aimorés destroem o solar dos Mariz, ao mesmo tempo em que são destruídos com ele. É o término do domínio português no Brasil.

---

con las lluvias del invierno, cuando las tempestades derriban bosques enteros, los árboles desarraigados se amontonan en los manantiales. Pronto el fango los cimenta, las lianas los enlazan, y arraigando por todas partes, acaban consolidándose estos despojos. Arrastrados por las ondas, entre espumas, descienden al Meschacebé. Este río los acoge, los empuja al golfo de Méjico, los encalla en bancos de arena y acrecienta así el número de sus desembocaduras. A veces eleva su voz al pasar por los montes y extiende sus aguas desbordadas en torno a las columnas de los bosques y a las pirámides, tumbas de los indios. Es el Nilo de los desiertos" (CHATEAUBRIAND, François-René de. *Atala- René*. Argentina: Ediciones Nuevo Siglo S. A., 1995, pp.07-08).

O Meschacebé, neste romance citado, foi também mote para abordar a vida e os conflitos enfrentados pelas personagens. Além do Meschacebé, o Niágara e suas cataratas tiveram representação na obra de Chateaubriand.

O trabalho de Moraes Pinto remete o leitor a uma série de comparações entre elementos das obras indianistas de Chateaubriand e Alencar. Este escritor brasileiro fora criticado por seus contemporâneos, como Joaquim Nabuco e Franklin Távora, por imitar Chateaubriand. Todavia o trabalho de Moares Pinto revelou essencialmente as diferenças entre os trabalhos de Alencar face aos de Chateaubriand, tanto em relação aos assuntos tratados, quanto aos recursos estilísticos (ver MORAES PINTO, M. Op. Cit., 1993, pp.274-5).

[36] Não podemos deixar de mencionar que, além destes dois aspectos que analisamos, Alencar tomou como documento os *Annaes do Rio de Janeiro*, tal como acusou Magalhães de transformar em poema o trabalho de B. da Silva Lisboa.

[37] ALENCAR, J. Op. Cit., 1953, pp.39-40.

[38] Idem, ibidem, p.20.

O fogo acaba com uma era, em seguida a água abre um novo tempo. O conflito da trama se estabelece por Dom Diogo, filho de Dom Antônio de Mariz, ter matado, acidentalmente, uma índia Aimoré. Os pais da índia retornam à sua tribo e, relatando o incidente, incitam seus semelhantes à vingança. Paralelamente a esses acontecimentos, outro grupo de vilões, liderados pela cobiça de Loredano, que deseja Cecília para si, agem de forma a complementar a destruição de Dom Antônio e sua família.

A figura principal que será destruída pelo incêndio provocado pela vingança dos Aimorés é Dom Antônio de Mariz. Ele é o representante do império português em terras da colônia. Com a morte de Dom Sebastião, na batalha de Alcacerquibir, e a conseqüente tomada de Portugal pela Espanha, liderada por Filipe II, Dom Antônio e sua família mudam-se para uma sesmaria concedida por Mem de Sá, às margens do Paquequer. Dom Antônio recusa-se a prestar seus serviços a Filipe II e jura eterna lealdade ao reino português:

> "Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal que nunca desmentiu a fé do juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro!"[39].

Com a destruição do solar, Peri salva Ceci do incêndio da casa de seus pais. Refugiados na mata, em uma canoa no Paraíba, Peri sente o tempo mudar. Senhor da selva, o indígena decifra os sinais da natureza e pressente o anúncio do dilúvio.

> "Era alta noite; sombras espessas cobriam as margens do Paraíba.
> De repente um rumor surdo e abafado, como de um tremor subterrâneo, propagando-se por aquela solidão, quebrou o silêncio profundo do ermo.

[39] ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.30.

> Peri estremeceu; ergueu a cabeça e estendeu os olhos pela larga esteira do rio, que, enroscando-se como uma serpente monstruosa de escamas prateadas, ia perder-se no fundo negro da floresta.
>
> O espelho das águas, liso e polido como um cristal, refletia a claridade das estrêlas que já desmaiavam com a aproximação do dia; tudo estava imóvel e quêdo.
>
> O índio curvou-se sobre a borda da canoa, e de novo aplicou o ouvido; pela superfície do rio rolava um som estrepitoso, semelhante ao quebrar-se da catadupa precipitando-se do alto dos rochedos"[40].

Nesta passagem, extraída do último capítulo do romance, "Epílogo", o rio Paraíba volta à cena. Sua caracterização é negativa e incita uma atmosfera de receio no leitor. Ao caminho sinuoso, feito serpente[41], comparado ao Paquequer no início da história, contrapõe-se uma nova imagem de serpente, porém agora "monstruosa", relacionada ao Paraíba. A descrição sobre a alteração dos movimentos do Paraíba não finda aí. Ela é longa e será comentada aqui apenas em alguns de seus trechos mais significativos, de forma a ressaltar a importância do papel do rio no desfecho da obra.

Em seguida ao trecho acima, o rio demonstra toda rebeldia de suas águas:

> "Nesse momento o rio arquejou como um gigante estorcendo-se em convulsões, e deitou-se de novo no seu leito, soltando um gemido profundo e cavernoso.
>
> Ao longe o cristal da corrente achamalotou-se; as águas frisaram-se; e um lençol de espuma estendeu-se sôbre essa face lisa e polida, semelhante a uma vaga do mar desenrolando-se pela areia da praia.
>
> Logo todo o leito do rio cobriu-se com esse delgado sendal que se desdobrava com uma velocidade espantosa, rumorejando como um manto de sêda.
>
> *(...)*

[40] Idem, ibidem, p.271.

[41] Segundo Augusto Meyer ("Nota preliminar". In: ALENCAR, J. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958, pp.14-5), a imagem do rio-serpente e do movimento ágil e brusco desse animal comparado ao rio era recorrente nos textos de Alencar.

"Era esta imagem muito do seu gosto. Em *As Minas de Prata*, no capítulo intitulado "A Esfinge do Drama do Deserto", poderá ver o leitor. "Corre aos saltos o caudaloso rio, que de repente, tolhido no arrojo por uma mole de granito, empina e boleia-se como um indômito corcel, precipitado do alcantil, montanha abaixo". Em *O Tronco do Ipê*, repete *a serpente-rio* no seguinte passo: "Às vêzes tardo e indolente, outras rápido e estrepitoso, com a crescente das águas que o intumesciam, assemelhava-se o Paraíba na calma, como na agitação, a uma píton antediluviana coleando através da antiga selva brasileira".

> Não havia tempo para fugir; a água tinha soltado o seu primeiro bramido, e erguendo o colo, precipitava-se furiosa, invencível, devorando o espaço como algum monstro do deserto.
>
> *(...)*
>
> Dir-se-ia que algum monstro enorme dessas jibóias tremendas que vivem nas profundezas da água, mordendo a raiz de uma rocha, fazia girar a cauda imensa, apertando nas suas mil voltas a mata que se estendia pelas margens.
>
> Ou que o Paraíba, levantando-se qual novo Briareu no meio do deserto, estendia os cem braços titânicos, e apertava ao peito, estrangulando-a em uma convulsão horrível, toda essa floresta secular que nascera com o mundo"[42].

Novas comparações são feitas em relação ao rio: ora ele é como gigante, ora como monstro, ora jibóia. O Paraíba lança gemidos e gritos e é, por fim, Briareu, o gigante, filho do Céu e da Terra, dono de uma força sobre-humana. Esta é uma das poucas comparações que Alencar fez aludindo à mitologia greco-romana.

Peri conduz Ceci, sua senhora, para o alto de uma palmeira, localizada às margens do Paraíba, para que se salvem da inundação provocada pelas águas do rio. Talvez, o leitor seja induzido a pensar que o dilúvio é uma referência ao texto bíblico[43]. Porém, não foi na Bíblia que Alencar se inspirou para compor a cena. Trata-se do dilúvio presente em mitos indígenas. O próprio Peri narra a Ceci a lenda de Tamandaré, o Noé indígena[44]. Nas cartas

---

[42] Idem, ibidem, p.272-3.

[43] Na Bíblia, possivelmente o dilúvio seja, das simbologias da água, a mais conhecida. No entanto, outras referências são encontradas. O rio do Jardim do Éden que se parte em quatro braços, originando Fison, Geon, Tigre e Eufrates (Gn 2, 10-14). O rio Jordão, fonte de batismo de Cristo (Mt 3, 13-17). Enfim, a água, símbolo de purificação e vida, presente até o último dos livros, o Apocalipse. "Pois o Cordeiro que está no meio do trono será o pastor deles; vai conduzi-los até às fontes de água da vida" (Ap 7, 17).

O historiador francês Alain Corbin, em *O território do vazio*, estudou o papel do mar e a simbologia do dilúvio nos textos da Bíblia, ressaltando os livros do *Gênesis*, dos *Salmos* e o *Livro de Jó*. Sua análise sublinhou o aspecto negativo atribuído ao mar em várias passagens da Bíblia, e o dilúvio como "instrumento da punição" e "lembrança da catástrofe" (CORBIN, A. *O território do vazio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.12 e ss.).

[44] " 'Foi longe, bem longe dos tempos de agora. As águas caíram, e começaram a cobrir tôda a terra. Os homens subiram ao alto dos montes; um só ficou na várzea com sua espôsa.

Era Tamandaré; forte entre os fortes; sabia mais que todos. O Senhor falava-lhe de noite; e de dia êle ensinava aos filhos da tribo o que aprendia do céu.

Quando todos subiram aos montes, êle disse:

- Ficai comigo; fazei como eu, e deixai que venha a água.

Os outros não o escutaram; e foram para o alto; e, deixaram êle só na várzea com sua companheira, que não o abandonou.

Tamandaré tomou sua mulher nos braços e subiu com ela ao ôlho da palmeira; aí esperou que a água viesse e passasse; a palmeira dava frutos que o alimentavam.

a *Confederação dos Tamoios*, Alencar observou que o mito indígena do dilúvio estava presente no poema de Gonçalves de Magalhães[45] e também em *Caramuru*, de Santa Rita Durão[46]. Eram os cronistas , lembrou o romancista , que atentaram aos autores sobre as

---

A água veio, subiu e cresceu; o sol mergulhou e surgiu uma, duas e três vêzes. A terra desapareceu; a árvore desapareceu; a montanha desapareceu.

A água tocou o céu; e o Senhor mandou então que parasse. O sol olhando só viu céu e água, e entre a água e o céu, a palmeira que boiava levando Tamandaré e sua companheira.

A corrente cavou a terra; cavando a terra, arrancou a palmeira; arrancando a palmeira, subiu com ela; subiu acima do vale, acima da árvore, acima da montanha.

Todos morreram. A água tocou o céu três sóis com três noites; depois baixou; baixou; até que descobriu a terra.

Quando veio o dia, Tamandaré viu que a palmeira estava plantada no meio da várzea; e ouviu a avezinha do céu, o guanumbi, que batia as asas.

Desceu com a sua companheira, e povoou a terra'" (ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.274).

[45] Mais um ponto em comum entre o poema de Gonçalves de Magalhães e a história de *O Guarani*.

[46] ALENCAR, J. Op. Cit., 1953, p.28.

Em *Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia*, publicado em 1781, Gupeva era o indígena que liderou o ataque contra os náufragos que acompanhavam Diogo Álvares, em 1510. Foi pelos lábios de Gupeva, no canto III, quando se efetivou sua conversão, que Durão narrou o dilúvio e a participação de Tamandaré na salvação dos homens.

"XLVIII
O primeiro homem na geral lembrança,
A tradição dos velhos mais antigos,
Antes do grão dilúvio não alcança:
Sabemos só que uns homens inimigos,
Do forte braço na falaz confiança,
Encheram todo o mundo de perigos
E deram causa que o dilúvio extenso
Num pego sepultasse a terra imenso.
XLIX
Do renovado mundo o patriarca
Desde o alto monte, onde escapou, descendo,
Depois que a grã canoa imensa barca,
Em que ao alto subiu, foi fundo tendo,
Na prole, imensa dominou monarca,
E as várias tribos dividido havendo
Por continentes e ilhas no mar fundo,
De toda a gente é pai que habita o mundo.
L
Precise o justo velho grão castigo,
E os homens exortando à penitência,
Nem à vista do próximo perigo
Chamá-los pôde à justa obediência:
Cansado então Tupã da paz amigo
Do cruel latrocínio e da violência,
Quis por vingar-se o Padre onipotente
Com águas apagar a chama ardente.
LI
Faz que se abram do céu, que águas encerra,
As catadupas, como imensos rios,
E que a face inundando-se da terra,
Se afoguem bons e maus, justos e impios.
Os elementos em desfeita guerra

lendas indígenas, sobretudo a do dilúvio[47].

O mito do dilúvio, segundo os estudiosos, é recorrente em muitas narrativas e tem uma série de elementos que o compõe[48]. Sobre o dilúvio em lendas indígenas, Herbert Baldus[49] narrou a briga entre os irmãos Tamendonare e Aricoute que fez com que sua aldeia subisse para o céu. Tamendonare, enraivecido, bateu violentamente no chão e, assim, nasceu uma fonte d'água que tudo inundou. Esses dois irmãos foram obrigados a se refugiar nas montanhas e lá subiram em árvores. Quando a inundação cessou, restaram

---

Confundem-se em medonhos desafios;
Cai um mar desde o céu, e na mesma hora
Manda a terra do centro outro mar fora.
(...)
LIII
Iam entanto os homens miserandos
De um monte a outro por fugir das águas,
E sem destino algum bandos e bandos
Correndo gritam com piedosas mágoas:
E os céus deprecam, que os escutem brandos;
Mas a ira de Tupã com justas fráguas
Fulminando centelhas e coriscos,
Faz maiores os danos do qu
(...)

LV
Tamandaré, porém, de Tupã amigo,
Enquanto a grã procela horrível soa,
Salva o náufrago mundo pelo abrigo
Que aos filhos procurou na grã canoa:
E a barca, por memória do castigo,
Elevada deixou sobre a coroa
Das altas serras, que na fama claras,
Têm nome semelhante aos das Araras."

(DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp.100-103).

É sempre comum os críticos de literatura mencionarem juntamente com o poema épico de Santa Rita Durão, a obra de Basílio da Gama, *O Uraguai* (publicado em 1769). Lembramos que este último poema, considerado um dos textos precursores sobre o indianismo, celebrou em seu próprio título o nome de um rio.

[47] Também Alencar se baseou num cronista, Simão de Vasconcelos, para a descrição do dilúvio em *O Guarani* (ver: MARCO, V. Op. Cit., 1993, pp.88-9).

[48]Ver COUFFIGNAL, Robert. "Dilúvio", in: Dicionário de mitos literários. BRUNEL, P. (org). Brasília: UnB, 1997. (pp. 228-31).

"No entanto, embora a narrativa conhecida como 'o Dilúvio' não tenha a elegância da narrativa do Jardim do Éden, tem o mesmo rigor lógico: Uma FALTA inicial (...) é reparada pelo extermínio de todos os seres vivos (...)- reconhecemos aí a PROVA PRINCIPAL dos contos e mitos; um Doador anuncia a um homem (Noé) um ADJUVANTE, que podemos qualificar de MÁGICO: a arca (...) é o que devemos considerar como PROVA QUALIFICANTE; finalmente o herói realiza uma TAREFA DIFÍCIL (...) que lhe vale um RECONHECIMENTO, comprovado por um trocadilho com seu nome: 'YHWH sentiu o perfume do apaziguamento' 8,21 (ou as letras desse termo: N, O, AH evocam o próprio nome de Noah=Noé)." (p. 228).

[49]BALDUS, H. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia da Editora Nacional, 1937.

apenas Tamendonare e Aricoute com suas mulheres. Deles advieram dois povos diferentes, os Tupinanbás e os Tominú[50]. Baldus também observou variações na narração do mito entre diferentes tribos: em algumas, um incêndio universal sucedia o dilúvio, enquanto em outras ocorria o inverso[51]. Do mesmo modo, o dilúvio poderia acontecer pela cheia de um rio, ou por chuvas.

No romance alencariano: pela força, Peri arranca a palmeira, permitindo que ele e sua senhora escapem da inundação[52], boiando pelas águas. Agora, o presente e o futuro pertencem ao índio e à descendente de europeus. A possível fusão das duas raças fará nascer o filho do solo brasileiro. O re-arranjar de um novo tempo, proposto pelo romance, após o dilúvio, apresenta um cunho político significativo, como afirmou Ortiz:

> "O Guarani, como os mitos primitivos, encontra na figura do incesto (união fraternal de Ceci e Peri) o artifício para a fecundação de uma nova ordem, mas ele é sobretudo um romance das águas, onde a noção de lavagem das impurezas estrutura a narrativa do início ao final. A estória abre com uma descrição do rio Paquequer, com suas águas calmas, suas curvas sinuosas, e termina com o rio revolto, inundando a paisagem que havia sido tão cuidadosamente elaborada pelo autor. Ao sair de seu leito, ele se revolta contra o massacre da civilização, e sepulta, no fundo de suas águas, os índios aimorés, que serão tragados pela correnteza. Sobram Peri e Ceci, que, como numa arca de Noé, têm agora o espaço e o tempo suficientes para engendrar a nação brasileira"[53]

[50] Idem, ibidem, p.207.
[51] Idem, ibidem, pp.207-08.
[52] Lembrou Rachel de Queirós que a família de Alencar, que ouvia a leitura de seus manuscritos, reagiu mal ao desfecho da obra *O Guarani*, devido à morte de Peri e Ceci no incêndio do solar. Desta maneira, Alencar teria alterado o fim do romance, salvando os dois personagens do incêndio e elaborando o dilúvio.

"Tal foi a mágoa das primas ouvindo a leitura do último capítulo, com tal pranto acolheram elas o destino trágico da donzela e do seu amante, e tais rogos fizeram ao autor que os salvasse da desdita, que o *primo José* comoveu-se e prometeu escrever um desenlace feliz no qual se salvariam o índio e a moça loura. Daí a origem daquele final inesperado a enchente do Paraíba, o desenraizar da palmeira e a salvação do casal de namorados que 'some no horizonte". (*Iracema*, Edição do Centenário, p.253).
Apud MORAES PINTO, M. C. Op. Cit., 1995, p.182, nota 69.
[53] ORTIZ, R. Op. Cit., 1988, p.269.

É o romance de gestação da nacionalidade, que, pela pena de José de Alencar, não concretizou a proposta de von Martius[54], excluindo da formação da raça brasileira o elemento africano. Alencar silenciou sobre a condição do negro no Brasil e sua participação na constituição do povo brasileiro, como havia proposto von Martius em sua tese sobre a população brasileira composta pela mescla das três raças: o indígena nativo, o branco (europeu) colonizador e o africano. Segundo nos indicou Naxara, Alencar não apenas negligenciou o papel do negro, como o depreciou, construindo passagens preconceituosas em alguns de seus livros[55]. Ao mesmo tempo em que desenvolveu-se, no século XIX, a classificação da natureza, produziram-se estudos sobre a classificação dos homens em diversas raças, ressaltando a superioridade de uns (os brancos) e a inferioridade de outros (negros e demais etnias), de forma, também, a justificar a dominação e exploração entre os povos. Em *O Guarani*, observamos a importância atribuída a duas raças na formação da nação, destacando-se a figura do índio.

> "Dois mitos, entre outros, foram importantes para se pensar o Brasil e seu povo para o estabelecimento das origens e identidade no século XIX: o das três raças formadoras da nacionalidade (o mestiçamento entre brancos, negros e índios); e o de um passado ancestral mítico, idealizado na figura do índio, que se misturando ao português teria formado a nova nacionalidade, com a exclusão do negro no plano ideal, e que caracterizou o pensamento indianista romântico. Representações que se interpenetram,

[54] MARTIUS, C. P. Von. "Como se deve escrever a Historia do Brasil". In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Janeiro de 1847, nº 24, pp. 389-411.

Von Martius foi o ganhador do concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre o tema "como se deve escrever a história do Brasil". Martius sugeriu que a história brasileira era marcada pela influência e feitos das três raças presentes no país, após sua conquista e colonização, a saber: a indígena, a européia e a negra.

[55] NAXARA, Márcia. Op. Cit., 1999, p.240. A autora referiu-se a duas passagens de *As minas de prata*, em que Alencar demonstrou a sua aceitação da mestiçagem, cujo destino é o branqueamento, mas revelou nítido desprezo pelo negro.

Para Moraes Pinto (Op. Cit., 1995, p.272), há outra explicação sobre o silêncio de Alencar em relação ao negro e a escolha do índio para herói. Escreveu a autora:

"Na euforia dos primeiros anos de sua autonomia política, o Brasil precisa de heróis. Como não pensar no índio? No índio que recusara a escravidão e fora senhor deste país, bem antes da chegada do branco; no índio que era assunto de fácil mitização, tal a distância temporal e mesmo espacial que já o separava do mundo civilizado. Isso explica porque esse herói não foi o negro, dócil ao jugo dos senhores brancos, indispensável à economia escravista, executor dos trabalhos manuais, sempre penosos para povos latinos, como os portugueses e espanhóis. Além do mais, o negro viera da África, não era autóctone".

Não estamos de acordo com a autora quando afirma serem os negros seres dóceis que aceitaram o jugo opressor dos brancos passivamente. As inúmeras rebeliões escravas demonstraram que a situação não era essa e que os africanos escravizados agiam e rebelavam-se em busca de sua liberdade.

em especial se considerarmos o momento de valorização da crença no progresso, mesmo que tomado com nuances diferenciadas; nas teorias e doutrinas raciais; na influência do meio na formação dos povos; na evolução linear do mundo e no crescente desenvolvimento em direção à civilização.

Nas duas formulações encontramos a incorporação imprescindível da natureza tropical como ambiente e moldura em que se desenrola a história da nossa formação. Homem e natureza, sociedade e natureza imbricados para se pensar a origem e desenvolvimento da nação"[56].

Toda esta discussão, característica da primeira fase do Romantismo[57], encontrou ressonância, senão mesmo base, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual participaram nossos mais ilustres autores[58]. O IHGB fora idealizado para maior conhecimento do território brasileiro- sua geografia- na intenção de se mapear sua natureza e demarcar suas fronteiras, essenciais para a nação insurgente. Além disso, a escrita da história nacional foi tarefa primordial desenvolvida pelos sócios do Instituto[59]. Francisco Adolpho Varnhagen é indicado como o historiador principal desta fase inicial do IHGB, tendo sido o estudioso que desenvolveu em sua *História Geral do Brasil* os princípios de von Martius[60].

Neste contexto de construção da pátria e do Estado brasileiros, a literatura, juntamente com a história, teve função essencial na composição de mitos de origem e de indivíduos apaixonados por sua pátria, mais imaginária que real, muitas vezes. *O Guarani* desempenhou bem esta missão. O rio, que reaparece na história no fim do romance, como

[56] Idem, ibidem, pp.84-5.

[57] De forma geral, consagrou-se classificar o movimento romântico no Brasil em três fases: o primeiro momento (do qual Alencar fez parte) de coloração nacionalista; em seguida, um período marcado pela introspecção e melancolia; por fim, fase de tendência republicana e abolicionista. Os marcos e mesmo a divisão destas fases são motivo de polêmica entre os críticos, não sendo nosso intento aqui, abordar a discussão, mas apenas assinalar a divisão mais comum.

[58] Alencar, Capistrano de Abreu, Affonso Taunay, Sérgio Buarque de Holanda.

[59] Em análise dos artigos da *Revista do IHGB*, entre os anos de 1838 a 1938, Schwarcz constatou um predomínio dos artigos sobre história, em contraposição a 18% dos textos de geografia (referentes a questões territoriais e de demarcação de limites) e 16% de biografias (sobre heróis da história nacional). Dos artigos de história, a maioria versava sobre história colonial (temas do descobrimento, a emancipação política de 1822, questões políticas envolvendo a colônia e o império). Para Schwarcz:

"Essa tendência estaria vinculada à concepção de história difundida no local, que, interessada em fundar mitos de origem conformadores da identidade nacional, buscava-os em momentos remotos da história do país, para dessa forma ganhar foros de legitimidade" (SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, 1989, p.26).

[60] Ainda sobre von Martius: Naxara (Op. Cit., 1999, p. 89- nota 82) estudou seu romance, *Frey Apollonio, um romance do Brasil*, escrito mais de uma década antes do projeto para o IHGB. A trama desenrola-se na floresta da Amazônia e valoriza o índio e o branco na formação da nação.

vimos, através da inundação provocada pelo dilúvio, é também o grande agente que encaminha a trama. No início da trama, os rios descritos demarcam a localidade e possibilitam o contato entre as personagens. No desenvolvimento do romance, às margens do Paquequer, os conflitos acontecem. Por fim, no desenlace, o rio encaminha a conciliação entre as raças[61]: o índio e a branca, o pagão[62] e a cristã, para composição da nação do futuro.

[61] Walter Scott foi outra grande influência para José de Alencar. Podemos, inclusive, estabelecer paralelos entre *O Guarani* e *Ivanhoé*. Um deles diz respeito justamente à estrutura da trama narrativa: o conflito entre povos de origens diversas (por vezes, rivais), que terminam por se conciliar através do enlace de duas personagens, e, conseqüentemente, resultando na unificação e pacificação.Em *Ivanhoé*, a união de normandos e saxônios acontece pelo casamento de Ivanhoé e Lady Rowena:

"Além dos membros das duas famílias, compareceram ao casamento tanto normandos como saxônios de alta linhagem. O povo recebeu o acontecimento *[o casamento de Rowena e Ivanhoé]* com demonstrações gerais de regozijo, pois era uma garantia de paz e harmonia futuras entre as duas raças, as quais, desde essa época, se misturavam tanto que, hoje, já não é mais possível distingui-las. Cedric viveu o suficiente para ver essa fusão quase completa, pois, à medida que os dois povos se aproximavam e se uniam pelo casamento, os normandos iam-se tornando menos desdenhosos e os saxônios menos rústicos. Mas não foi senão durante o reinado de Eduardo III que a língua mista, agora chamada inglesa, passou a ser falada na corte de Londres, e que o espírito de hostilidade entre normandos e saxônios também desapareceu completamente" (SCOTT, W. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p.551).

[62] No fim da história, Peri aceita ser batizado para conquistar a afeição de Ceci. Todavia, sua conversão ao cristianismo não é mais que um ato para agradar sua amada:

"- Por quê? perguntou a menina com ansiedade. Não és tu cristão como Ceci?

- Sim; porque era preciso ser cristão para te salvar; mas Peri morrerá selvagem como Ararê.

- Oh! não, disse a menina, eu te ensinei a conhecer Deus, Nossa Senhora, as suas virgens e seus anjinhos. Tu viverás comigo e não me deixarás nunca!

- Vê, senhora: a flor que Peri te deu já murchou porque saiu de sua planta; e a flor estava no teu seio. Peri na taba dos brancos, ainda mesmo junto de ti, será como esta flor; tu terás vergonha de olhar para êle" (ALENCAR, J. Op. Cit., 1964, p.266).

"Rio soberbo! Tuas águas turvas
Por isso descem lentas, peregrinas...
Adormeces ao pé das palmas curvas
Ao músico chorar das casuarinas!
Os poldros soltos-retesando as curvas,-
Ao galope agitando as longas crinas,
Rasgam alegres-relinchando aos ventos-
De tua vaga os turbilhões barentos.

E tu desces, ó Nilo brasileiro,
As largas ipueiras *alagando,*
E das aves o coro alvissareiro
Vai nas bálcãs teu hino modilhando!
Como pontes aéreas- do coqueiro
Os cipós escarlates se atirando,
De grinaldas em flor tecendo a arcada
São arcos triunfais de tua estrada!..."

Castro Alves, "A cachoeira de Paulo Afonso".

"Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio *é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é* vereda*. E algum ribeirão"*

Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas.*

2. O sertão e os rios

2.1. Um "roteiro teórico"[1]

Capistrano de Abreu, conterrâneo de José de Alencar e admirador de seus escritos, foi um historiador que, ao mesmo tempo em que aprendeu muito com os autores românticos, desenvolveu-lhes julgamentos veementes, assinalando nova fase na historiografia. Isto se resumiu nos tributos que rendeu e nas críticas tecidas à obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, historiador característico do Romantismo[2]. Na obra de Capistrano, a natureza apresentou, indiscutivelmente, um papel fundamental na compreensão da história do Brasil. Ao narrar a história, a geografia, que, a partir do século XIX, também adquiria estatuto de ciência, marcou presença em seus textos. Abordaremos esta questão, neste segundo capítulo, através da representação dos rios em trabalhos produzidos por Capistrano e que consolidaram sua trajetória intelectual.

Em 1883, Capistrano de Abreu escreveu um texto intitulado *O descobrimento do Brasil- seu desenvolvimento no século XVI*, para concorrer à vaga de professor de História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II. Ao abordar o descobrimento do país no século XVI, três temas lhe foram caros: o litoral, o sertão, e povoamento e população. Foi ao discorrer sobre o sertão, questão central da história do Brasil, como veremos com este autor, que tornou-se evidente a importância dos rios por mencionar diretamente o assunto, enquanto que em outros textos seus, bem mais famosos[3], o rio já aparecerá implícito na explicação e na forma de narrar a história. Inquietos por notícias de uma geografia fantástica[4], os

[1] A expressão é de Capistrano de Abreu. Ver ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil: seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976, p.68.

[2] Ver, por exemplo: PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimentos de Capistrano: a história do Brasil "a grandes traços e largas malhas"*. Rio de Janeiro: PUC, 2002. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, pp.23-40.

[3] Como os capítulos "Os caminhos antigos e povoamento do Brasil", presente no livro de mesmo nome, e "O sertão", de *Capítulos de História Colonial*.

[4] "Falavam-lhes em montanhas tão altas que as aves não podiam transpô-las; em rios que, de chofre, desapareciam para surgir muitas léguas além; em lagoas abundantes em pérolas; em um lago imenso de que manavam o Amazonas, o S. Francisco e o Prata" (ABREU, Capistrano de. Op. Cit., 1976, p.63).

Teodoro Sampaio ("O sertão antes da conquista". In: *Revista do IHGB*, v. V, 1899-1900, pp.79-94) analisou com maiores detalhes esta "geografia fantástica" entre os conquistadores do Brasil (sobretudo o caso dos rios, como as lendas em torno do São Francisco) e sua importância, na medida em que através de seus

europeus que chegam ao Brasil logo se lançam às "internações", que desenvolverão o fenômeno dos bandeirantes. Na penetração para o interior do país, Capistrano nos afirmou claramente que foram os rios "os caminhos que *[os bandeirantes, os exploradores]* seguiram de preferência"[5]. O interesse em se adentrar para o interior já aparece desde a divisão do território em capitanias hereditárias. Os povoados dos donatários eram no litoral, mas seu grande interesse estava no sertão, onde o terreno era indeterminado e podiam ampliar seus domínios. Segundo Capistrano, o devassamento do sertão pelos donatários foi comprovado por diversos fatos: "a proibição de viagens entre as capitanias pelo interior, promulgada desde 1548; a fundação de S. Paulo, de Mogi das Cruzes, da Paranaíba, logo no século XVI ou começos do século XVII, o grande número de bandeiras procedentes das capitanias, etc"[6].

As entradas e bandeiras- estas últimas eminentemente de caráter exploratório- eram as grandes responsáveis pelo desbravamento, do qual grandes roteiros foram produzidos, entrementes pouquíssimos tenham se conservado. Da leitura e comparação dos roteiros mais antigos com os surgidos posteriormente, Capistrano de Abreu nos propôs uma sistematização por meio de um "roteiro teórico" [7], atentando para os seguintes elementos naturais, protagonistas recorrentes em diversos desses roteiros:

> "As montanhas foram sempre a balisa, o farol que tiveram à vista aqueles homens empreendedores.
>
> Os rios foram os caminhos que seguiram de preferência.
>
> Não é preciso explicar o motivo por que as montanhas figuraram de modo tão importante nas primitivas explorações do interior: a sua fixidez invariável, a sua visibilidade a grande distância são fatos patentes. Além disso uma montanha domina

---

sonhos, os homens trilharam novos caminhos. Sobre o desconhecido e a imaginação humana, afirmou Sampaio:

"E seria acaso uma chimera para os contemporaneos de Cortez, de Cabral, de Pizarro e de Alvarado correr aventuras, dar azas á imaginação, crear Potosis em todos os sertões, e El Dorados onde quer que o deschonhecido [sic] lhes podia deparar a elles os mais assignalados prodigios?

A historia é testemunha de como a humanidade se tem excedido a si mesma perseguindo uma chiméra. Colombo nos deu a America, um novo mundo, correndo atrás de uma phantasia que a realidade não confirmou. *(...)*.

Sonhos, chimeras, ficções innumeraveis, tudo é vão e praticamente incomprehensivel, e todavia é com isso que o mundo caminha" (Idem, ibidem, p.94).

[5] ABREU, Capistrano de. Op. Cit., 1976, p.68.

[6] Idem, ibidem, p.76-7.

[7] Idem, ibidem, p.68.

grande parte do país, e dela pode fazer-se um reconhecimento prévio do espaço a percorrer, uma recapitulação rápida do espaço percorrido.

Quanto aos rios, as vantagens são talvez maiores.

Margeando um rio não há meio de uma pessoa se perder. O rio garante a água, condição indispensável de vida, facilita a alimentação, diretamente pelo peixe que contém, indiretamente pela caça que vem beber no seu leito. Em país habitado por inimigos, é um fosso, que de um lado dificulta muito os ataques. Enfim, se subir contra a corrente não é fácil e exige grande esforço muscular, é certo que na direção da corrente a viagem é facílima e quase dispensa esforço.

Na realidade tal é a importância dos rios nesta parte da nossa história que as bandeiras devem classificar-se não pelo ponto donde partiram, mas pelos rios que margearam ou navegaram"[8].

Há muito o que se discutir nesta passagem sugestiva. Em primeiro lugar, chama-nos a atenção que, ao pensar um "roteiro teórico" das bandeiras, Capistrano assinalasse a relevância de dois elementos da natureza, estabelecendo uma comparação entre a montanha

[8] Idem, ibidem, pp.68-9. Esta passagem, que revela a importância que Capistrano atribuiu aos elementos naturais, especialmente às montanhas e aos rios no processo de colonização, pode ser identificada, inclusive, nos *Capítulos de História Colonial*. As palavras utilizadas foram outras, mas o sentido permanece:

"Se encontravam *[neste trecho, tratou dos bandeirantes]* algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões" (ABREU, C. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p.128-9.

Novamente, ao abordar o tema das bandeiras, Capistrano registrou que os rios foram caminhos escolhidos para o adentramento de regiões ainda desconhecidas; quando, no entanto, o caminho era de terra, eles serviam como guias. Por "balizavam-se pelas alturas", percebemos que os pontos mais elevados, como as montanhas, indicavam-lhes direções. Capistrano ainda antecipou um assunto que será bem desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda, sobre as trilhas indígenas que os bandeirantes aproveitaram. Assinalada a relevância dos rios, dos montes, das trilhas para a interiorização, Capistrano salientou que as matas eram evitadas: provavelmente por serem fechadas, dificultavam a ação. Prado Júnior foi categórico ao apontar o papel de impedimento do povoamento pelas florestas. Este autor marxista, em estudo sobre a formação de São Paulo, observou como a cidade nasceu em uma clareira natural.

"A floresta sempre foi, nas primeiras fases do povoamento de um território, inimiga do homem. Particularmente a floresta tropical, que é a nossa, exuberante e impenetrável. O aproveitamento da terra depende aí de grandes e difíceis trabalhos preliminares de desbravamento e de um combate sem tréguas contra o avanço da vegetação florestal. Os descampados oferecem, pelo contrário, a vantagem de um terreno limpo e já preparado para a instalação humana. O meio biológico da floresta tropical não é favorável ao homem, que por isso a evita. Não é sem razão que nas zonas tropicais a floresta aparece não raro como refúgio de populações inferiores, expulsas por outras mais fortes e superiores das regiões menos desfavorecidas. É o caso, entre outros, dos Semangs, refugiados nas matas tropicais da Malásia, dos Vedas, no Ceilão, dos Puas, em Bornéu, dos Bambutis, no Congo. A não ser no caso particular em que é justamente o solo florestal que se procura, pelas suas condições naturais de fertilidade, os estabelecimentos humanos se dirigem de preferência para as regiões sem mata" (PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp.13-4).

e o rio. Embora aponte suas características diferentes, predomina uma visão positiva desses elementos para o autor, pois são dois aliados para a ação do homem. Seus "perfis" só oferecem vantagens para o ser humano, todavia o rio se destaque nas facilidades oferecidas frente a montanha.

No trecho citado, a montanha é lembrada por sua fixidez e visibilidade, características que permitem ao viajante seguir seu rumo confiante. A montanha parece servir como uma bússola, aponta o norte, o sentido, para que aquele que a olha não se perca. Ao mesmo tempo em que fornece a noção do espaço percorrido ou daquele a percorrer. Já o rio oferece as necessidades mais básicas à sobrevivência do homem: a água, o alimento; pode ajudar na proteção contra os inimigos; bem como é um veículo seguro de penetração pelo território. Segundo o autor: "Margeando um rio não há meio de uma pessoa se perder". Cremos que anos mais tarde, esta frase se sofistica a ponto de em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Capistrano afirmar que "não há fio de Ariadne comparável a um rio"[9]. O autor comparou a função dos rios ao fio de Ariadne que salvou Teseu do labirinto do Minotauro, na mitologia grega, oferecendo-lhe o caminho exato para que não se perdesse. Desta forma, Capistrano construiu uma interessante expressão metafórica acerca dos rios.

Na passagem citada acima, no entanto, uma característica do rio, contrastante com a fixidez da montanha, não é mencionada: o seu movimento. Pelo movimento, não estaria o rio muito mais próximo de um comportamento humano, às vezes revolto, às vezes calmo?[10]. Em resumo, há duas questões presentes na passagem de Capistrano sobre estes

---

[9]Abreu, C. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975, p.97. A afirmação é feita ao se comentar a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho. Escreveu o autor:

"Na primeira viagem foi ponto de partida para Tourinho a capitania de Porto Seguro, donde já o tinham precedido Espinhosa e Carvalho. É muito natural pois que o caminho preferido fosse o Jequitinhonha.

Se Tourinho o tivesse seguido fielmente como era costume, não se teria perdido, porque não há fio de Ariadne comparável a um rio; por conseguinte a sua marcha à ventura deixa concluir que ele se aportou deste caminho natural, talvez nas zonas em que as cachoeiras amiudadas tornaram difícil a navegação.

(...)

A admitir-se a sugestão aqui representada, compreende-se o motivo por que Sebastião Tourinho escolheu na segunda viagem o rio Doce por ponto de partida".

[10]Esta indagação nos surge da leitura dos livros de Capistrano, mas sobretudo, do filme de Herzog, *Aguirre, a cólera dos deuses*. É através do rio que Aguirre e seus companheiros avançam em busca de um "Eldorado". Se podemos comparar o movimento do rio ao comportamento humano, o rio pode também modificar a atitude do homem frente ao seu movimento: no filme, as pessoas na jangada, por vezes têm de domar um rio revolto, e seus humores/ comportamentos se alteram, o medo, as discussões se intensificam neste período. Por vezes, em contrapartida, o rio está calmo, e uma pasmaceira torna-se geral!

dois elementos naturais: a facilidade que podem oferecer à sobrevivência humana, como já comentamos, e a função histórica destes elementos enquanto facilitadores da colonização do país. Neste ponto, a discussão do autor volta-se aos rios- mais que às montanhas- e às bandeiras, já que afirmou que estas devem ser lembradas pelos rios que margearam ou navegaram, e segue até o final do capítulo a comentar somente as vias fluviais. Mas, seriam todos os rios fundamentais, ou existiriam alguns que se sobressairiam? A resposta é direta:

> "Todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; há, porém, alguns que excedem a todos: o Tietê, o Paraíba, o S. Francisco e o Amazonas. Como este *[Amazonas]* só começa a aparecer no século seguinte, deixa-lo-emos de parte"[11].

De fato, o Amazonas, ou "rio-mar", só será abordado por Capistrano a partir de 1580-1640, período da União Ibérica, pois julgava que neste momento diminuíra o problema das fronteiras e a atenção se concentrara na Amazônia[12]. Quanto aos outros três rios de importância histórica, destaca especialmente o Tietê, em seguida o São Francisco; já sobre o Paraíba, teceu apenas algumas palavras. De acordo com Capistrano, o Tietê encontrava-se numa posição excepcional, comparada à do São Francisco, sobretudo pelas bandeiras. Daí adviria o fato de muitos considerarem paulistas e bandeirantes como sinônimos[13]. O Tietê foi o caminho tomado para Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio

---

Nesta associação entre rios e homens, Sérgio Buarque de Holanda, em *Monções*, como analisaremos no capítulo 3 desta dissertação, observou a mudança na psicologia dos monçoeiros a partir da experiência da navegação dos rios. Mello Nóbrega, autor de *História do rio Tietê* (São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.09) recordou que Maurice Pardé (*Fleuves et rivières*) concebeu os rios com caráter tão complexo quanto o dos homens. Além disso, Davis Morris (*Rivers and valleys of Pennsylvania*), autor lido e comentado por Euclides da Cunha, em *À margem da história*, analisou o ciclo vital dos rios, tal qual as fases que o homem vivencia do seu nascimento à morte: infância, adolescência, maturidade, decrepitude.

[11] ABREU, C. Op. Cit., 1976, p.69.

[12] Esta afirmação encontra-se tanto em "Formação dos limites" (ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.206); quanto na última parte do capítulo "Os caminhos antigos e povoamento do Brasil" (ABREU, C. Op. Cit., 1975, p.70).

[13] ABREU, C. Op. Cit., 1976, p.69.

"A preponderância do Tietê é tamanha que geralmente são considerados sinônimos paulista e bandeirante. Isto é, porém, uma injustiça. Ser *[sic]* característico de tais expedições é a insígnia sob que marchavam, então os paulistas são provavelmente os únicos bandeirantes, pois não consta que alhures usassem de bandeira. Se o que há de fundamental é o fim e o resultado,- o fim, isto é, a captura de índios e a

Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso. Ele contava com condições naturais que facilitavam seu importante papel. Eram elas: a proximidade com o mar; a direção de sua corrente, pois os colonizadores não tinham de subi-lo, e sim de descê-lo; e o sistema de suas vertentes que o punha em contato com outros rios (Paraíba, Paraná, afluentes do Paraguai, para citar alguns).

Quando descem o Tietê, os paulistas podem chegar ao Paraná, onde encontram dois saltos (o Urubupungá e o das Sete Quedas) que resolvem transpor pelos afluentes do lado esquerdo e direito do rio Paraná, percorrendo outros caminhos "que exerceram grande influência sobre a direção das bandeiras e sobre a formação territorial do Brasil"[14]. Logo, é por um empecilho natural (os dois saltos) somado à determinação dos bandeirantes que novas partes do território são descobertas.

O São Francisco não apresentava condições tão favoráveis quanto o Tietê, pois era preciso subi-lo contra a corrente, e porque apresentava uma cachoeira, a de Paulo Afonso. Todavia, tinha características compensatórias, como a posição de sua vasta bacia e a "vegetação de seu sertão, em geral de carrasco, catinga e mato ralo, que não opunha às internações os mesmos embaraços que a mata virgem"[15]. Denota-se, nesta passagem, aquilo que já havíamos observado anteriormente: se para Capistrano alguns elementos naturais auxiliaram na internação do Brasil, outros foram entraves naturais, como as matas[16].

Assim sendo, o rio se configura como uma chave-explicativa para a conformação do território nacional nos textos de Capistrano de Abreu, sobretudo neste "roteiro teórico" que propôs já em 1883. Antes mesmo de apresentar seu texto para disputar a vaga de professor

---

procura de objetos de valor; o resultado, isto é, a exploração inconsciente do território, então quase todas as províncias têm bandeirantes. Basta lembrar os nomes de Pedro Teixeira, Costa Favela, Palheta, Dias d'Ávila, Domingos Afonso Certão, Tourinho, etc".

[14] Idem, ibidem, p.70.

[15] Idem, ibidem, p.71.

[16] Ao lado das matas, os índios também representaram entraves para o adentramento do Brasil, segundo várias passagens dos textos de Capistrano. Se os rios desempenharam papel de facilitadores na interiorização, na maior parte das vezes, Bottmann (*Padrões explicativos na historiografia brasileira*. Campinas, SP: [s.n.], 1985. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, pp.75-6) chamou a atenção para os casos em que isso não ocorreu. Segundo a autora:

"Nessa história *[a narrada até o capítulo"Franceses e espanhóis", de* Capítulos de História Colonial*]*, por ora predominantemente litorânea, cabe destacar um ponto, secundário no Capítulo, relevante na obra: o papel dos rios.

Como frisado em relação ao primeiro Capítulo, o rio é uma figura de destaque na composição geográfica do autor. Porém, se é de destaque, não o é sempre nem necessariamente do ponto de vista da integração territorial. Pelo contrário, apresenta-se muitas vezes como obstáculo. Aqui, com esse duplo caráter, os rios dão a marca visível da ocupação das terras, numa forte imagem sintética: 'pelos vaus pode-se traçar a borda da primitiva ocupação litorânea'".

no Colégio Pedro II, em 1882, Capistrano publicou um artigo na *Gazeta de Notícias*, sob o título "Sobre o Visconde de Porto Seguro". Em meio às críticas e alguns reconhecimentos que teceu sobre Varnhagen, o autor acabou por sugerir uma divisão da história do Brasil em seis períodos[17]. O segundo período, que é o que nos interessa na pesquisa, compreende o momento que vai de 1614 a 1700, quando começa a "internação"[18] pelos rios. Nota-se no artigo, uma preocupação em se demarcar períodos que parece se desfazer no capítulo "O sertão" (1883). Em poucas linhas do artigo, Capistrano formulou comentários sobre o valor histórico dos rios para a entrada no sertão. O Amazonas, Tietê e São Francisco são os mais comentados. Percebe-se que, tanto neste artigo, quanto na tese sobre o descobrimento, há um tema privilegiado para se tratar dos rios, o sertão.

O capítulo "O sertão", que analisamos, além de representativo de uma mudança significativa na obra de Capistrano de Abreu[19], é fundamental quanto à representação dos rios por dois motivos: ao traçar um "roteiro teórico", analisa diretamente a importância dos rios, sinalizando qual sua finalidade histórica. Além disso, apresenta uma tipologia dos rios, isto é, alguns são mais importantes que outros, o que nos leva a perseguir esta sua pista em outros textos. Continua com a mesma opinião? Como, então, representa o Tietê, o Paraíba, São Francisco e Amazonas?

---

[17]ABREU, C. "Sobre o Visconde de Porto Seguro". In: *Ensaios e estudos*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Poderíamos nos indagar se esta divisão da história do Brasil em seis períodos não se deve a Capistrano de Abreu estar, ainda neste momento, um tanto ligado às teorias cientificistas, que buscam uma sistematização e leis gerais. Segundo Wehling, a obra de Capistrano divide-se em duas fases. A primeira, cientificista, vai de 1874 a 1883. A segunda, de 1883, quando entra no Colégio Pedro II, até o final de sua vida, época marcada pela redução das teorias apriorísticas sobre as explicações (ver: WEHLING, Arno. *De Varnhagen a Capistrano: historismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: 1992. Tese (em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, p.143).

[18]Na realidade, como discutimos no início deste trabalho, Capistrano de Abreu afirmou na tese de 1883 que a internação começara bem antes de 1614, quase que concomitantemente às explorações costeiras.

[19]Segundo Wehling (Op. Cit., 1992): *"Na sua tese sobre* O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI (...) *é a documentação que comanda a sua investigação científica"* (p.347). Mais adiante, comenta que esta tese *"é a conversão de Capistrano ao documento"* (p.387). A tese sobre o descobrimento representaria uma mudança na trajetória de Capistrano: se na primeira fase ele- ainda que não tanto quanto seus contemporâneos- se prendia a teorias cientificistas em suas análises, a partir de 1883, é a análise documental que guiará suas explicações. De fato, por todo o capítulo "O sertão", Capistrano comenta suas fontes (Gabriel Soares de Sousa, Knivet, Frei Vicente do Salvador). O "roteiro teórico" que sugere é apenas uma tentativa de sistematização de tudo o que encontrou de mais recorrente na documentação (os roteiros das bandeiras e entradas) que estudou.

2.2. Rios: caminhos e fronteiras

O capítulo "Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil", título que dá nome ao livro que o comporta, foi primeiramente publicado no *Jornal do Comércio*, em 1899. Há uma diferença, portanto, de dezesseis anos entre este estudo e o capítulo que analisamos anteriormente, porém sua preocupação em se entender o sertão persiste. Quais foram os caminhos percorridos e como se deu o povoamento do interior do país? Eis a grande questão a que Capistrano de Abreu tentou responder.

O capítulo é repleto de detalhes, colhidos evidentemente da documentação que o autor usou. São roteiros de viagens dos conquistadores (como João Velho do Vale, Fernão Dias Pais) aos missionários (como Anchieta, Frei Vicente do Salvador), passando pelo até hoje enigmático[20] *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhy*, bem como tratados de limites, utilizados na última parte do capítulo. A documentação é a base das afirmações do historiador, ao mesmo tempo em que dialoga com autores contemporâneos a ele[21].

Quanto ao problema que se propõe analisar- as linhas gerais do povoamento-, Capistrano conclui que existiram quatro pólos fundamentais de povoamento. Foram eles: Pernambuco, São Vicente, Bahia (Salvador) e Maranhão. De Pernambuco, que juntamente com São Vicente foram os dois primeiros focos de povoamento, partiram importantes investidas para outras regiões do Nordeste do país até o Amazonas. São Vicente é narrado assinalando-se a formação das cidades e comunicação com outras partes do território (como o Mato Grosso), destacando seu apogeu até a queda, para, logo em seguida, em poucas

[20] Embora Capistrano tivesse uma suspeita sobre o autor deste roteiro. Em carta a Rio Branco, de 15 de julho de 1890, podemos ler:

"Nos seus estudos tem encontrado alguma cousa sobre João Pereira Caldas, Governador do Piauí e Maranhão e depois comissário da demarcação do Norte? No terceiro vol. do Patriota vem com o título de Roteiro do Maranhão a Goiás um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos da nossa sociedade. Suspeito que Caldas é o autor; mas para demonstrá-lo precisaria de ter alguns elementos para a sua biografia, elementos de que não disponho" (RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL, 1954. v.I, pp.131-2).

Sobre o Roteiro do Maranhão a Goiás, consultar: GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. Campinas, 2006. Tese (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

[21] Ver, por exemplo, a discussão com Aníbal Falcão (ABREU, C. Op. Cit., 1975, nota 1, pp.30-1); Teodoro Sampaio (nota 4, pp.42-3); bem como as próprias citações sobre Varnhagen feitas no corpo do texto.

linhas, Capistrano afirmar que São Paulo se reergue e perdura hegemônica. Sobre Salvador, são destacadas a presença de engenhos na mata do recôncavo e as facilidades que a caatinga ofereceu para a criação de gado, que logo se espalha pelas margens do São Francisco. Quanto ao Maranhão, um tanto isolado pelas condições naturais, no século XVII, acaba por definir um caminho para a Bahia e Pernambuco. Neste momento, faz breves comentários sobre o Ceará e Piauí. O Sul e a região da Amazônia são comentados pelo autor no último item do capítulo, que abordaremos posteriormente.

Os rios têm grande destaque por todo o capítulo. Figuram inumeráveis deles, dos pequenos aos grandes, em tamanho e importância histórica. Ao lado dos caminhos terrestres, os caminhos fluviais são muito comentados por Capistrano. Em várias passagens, a mata densa e a presença de índios se apresentam como obstáculos para a penetração para o interior, que puderam ser vencidos seguindo o curso de rios[22]. Todos os quatro centros de povoamento têm um rio importante. Obviamente, aquele que se destaca é o São Francisco, pois atravessa a região de dois desses centros, a Bahia e Pernambuco. Desde a fundação da capitania de Pernambuco os povoadores se voltam para a conquista do São Francisco. Na região da Bahia, como já havíamos mencionado, a criação de gado vai tomando as margens do São Francisco e povoando o território.

Em São Vicente, mais especificamente em Piratininga, o Tietê e o Paraíba do Sul são os "teatros prováveis das primeiras bandeiras"[23]. Contudo, as bandeiras não são tratadas neste capítulo, pois são antes de tudo despovoadoras, na medida em que retiram índios dos locais onde habitam e os bandeirantes não se fixam em ponto algum do território que descobriram[24]. O autor estabeleceu uma distinção entre bandeirantes e conquistadores: aos primeiros, sabemos que foi extremamente crítico de sua ação, aos segundos, colocou-os, de certa forma, como a antítese dos bandeirantes[25]. A opinião de Capistrano sobre as bandeiras merece destaque, pois não deixou de ressaltar o caráter violento e de massacre deste movimento, sendo que um de seus discípulos, Affonso Taunay, construiu outra concepção do bandeirantismo, engrandecendo-o, como analisaremos no próximo capítulo. A partir da

[22] Um exemplo: "Por todo ele *[território entre o Sul da Bahia e a capitania de Santo Amaro]* se estendia mata grossa e enredada, que vedava passagem. A via única de penetração somava-se em rios encachoeirados, que era possível vencer e foram de fato vencidos" (Abreu, C. Op. Cit., 1975, p.28).
[23] Idem, ibidem, p.34.
[24] Idem, ibidem, p.35.
[25] Idem, ibidem, p.35.

região de São Vicente, Capistrano apontou que com a devastação do ouro em Cuiabá, os rios são caminhos importantes de contato com outras regiões, sendo o Tietê a ponta de lança dessa rota fluvial:

> "Pelo Tietê abaixo até a barra, pelo Paraná até o Pardo, por este até a balança das águas com o Paraguai, pelo Coxim, pelo Taquari, pelo Paraguai, pelo São Lourenço, pelo Cuiabá, atingiu-se a descobertos em que o ouro se apanhou às arrobas. E logo transposta a chapada e espontados os rios que correm ao Amazonas e ao Prata, chegou-se às cabeceiras do Guaporé, desceu-se para o mato grosso do Jauru, ou avançou-se para o alto Paraguai"[26].

De rio em rio, os paulistas avançam. Na realidade, a passagem citada acima refere-se ao movimento das monções, embora Capistrano não o mencione[27] . Quanto aos paulistas, parece que Capistrano delineou seus perfis como um tipo bastante diferente dos outros, no mínimo, mais empreendedores. As pessoas de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, tanto quanto os fluminenses, afirmou o autor, não se atreviam como os paulistas a penetrar no sertão. Contudo, na segunda metade do século XVIII, à época do governador D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, os "paulistas não sabiam mais sertanejar nem minerar"[28].

No final da análise dos quatros pontos de povoamento, Capistrano afirmou que no princípio do século XVIII, o país já se encontrava ligado através das vias terrestres ou fluviais, imperfeitamente todavia. Mas questionou-se se este conjunto formava uma nacionalidade[29]. Para o historiador, a situação se complicava pelo centro que achava-se além-mar, contudo, com a vinda da família real para o Brasil, o processo de unificação ganhou contornos mais nítidos[30]. No entanto, Capistrano não concebia a nacionalidade

[26] Idem, ibidem, p.36.
[27] A palavra "monção" aparece uma única vez neste capítulo de Capistrano (Op. Cit., 1975, p.39). O movimento monçoeiro será tratado com minúcia e especificidade de fato com Sérgio Buarque de Holanda (ver capítulo 3 desta dissertação).
[28] Idem, ibidem, p.40.
[29] ABREU, C. Op. Cit., 1975, p.67.
[30] Idem, ibidem, p.67.

como finda em seu próprio tempo (fim do XIX e início do XX), porém em vias de se efetivar:

> "Capistrano está convencido de que vive no momento histórico em que o processo de formação da nação, iniciado nos tempos coloniais, chegaria ao seu termo. Por outro lado, por estar ainda em curso, correria o risco de um desvio que poderia levar a sociedade não na direção de uma posição autônoma no concerto das nações, mas na da sua subordinação e, mais grave, com o risco da própria dissolução de uma herança acumulada de três séculos"[31].

A preocupação de Capistrano com a formação da nacionalidade, vista como ainda em curso no momento mesmo em que escreve seus textos de história, baseava-se também na crise que o Império brasileiro vivia e na expansão do imperialismo internacional em fins do século XIX[32]. Essas questões de seu presente o fez tornar ao passado para melhor compreender o surgimento de um sentimento nacional, que começou, segundo ele, quando a população se percebeu como distinta dos portugueses[33] e da metrópole.

No último item (VII) de "Os caminhos antigos e povoamento do Brasil", os rios assumem outro significado: de caminhos tornam-se fronteiras, representação esta que também está intrinsecamente ligada à nacionalidade. De fato, este item, com algumas modificações e acréscimos, é o capítulo "Formação dos limites", presente em *Capítulos de História Colonial*[34]. Realmente, o título condiz com a discussão que o autor desenvolveu. A principal questão é a disputa de limites entre Portugal e Espanha e, conseqüentemente, os diversos tratados que são criados para estabelecer fronteiras. Embora não se dê muita

[31] PEREIRA, D. Op. Cit., 2002, p.75.
[32] Idem, ibidem, p.123.
[33] Idem, ibidem, p.80.
[34] Porém, segundo Pereira (Op. Cit., 2002, pp.94-5) este último item sobre os tratados e as fronteiras não fazia parte da publicação original do texto, sendo acrescido pela Sociedade Capistrano de Abreu. Nas palavras de Pereira, encontramos:

"Originalmente, os artigos tinham o título de 'Revistas Históricas', foram publicados no *Jornal do Comércio* em agosto e setembro de 1899 e tudo indica que desta primeira versão não fazia parte o item 7 publicado pela Sociedade Capistrano de Abreu, que é uma reprodução, com acréscimos e retificações, do capítulo X- 'Formação dos limites'- dos *Capítulos de História Colonial*, escrito quase seis anos depois".

visibilidade, os limites com a França e a Holanda também são mencionados no final do capítulo.

É chegado o momento de se referir ao rio Amazonas, já que pela união das coroas, os espanhóis tinham muito mais interesse no Norte. Com o fim da união, funda-se na margem do Prata, a Colônia de Sacramento, donde deveria frutificar um ponto de povoamento, mas inúmeros conflitos são travados por seu domínio. A luta pela posse dos rios se torna constante e os vários tratados que são estabelecidos os determinam como fronteiras.

Segundo o Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750:

> "A linha meridiana, até então vigente pelo menos nos instrumentos públicos, seria substituída por limites naturais, tomando por balizas as paragens mais conhecidas para que em tempo nenhum se confundissem, nem dessem ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis. Salvo mútuas concessões inspiradas por conveniências comuns para os confins ficarem menos sujeitos a controvérsia, caberia a cada parte o que atualmente possuísse.
>
> Maior importância que às terras se prestou ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencessem à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar pelo canal. Para ficar com a navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a colônia do Sacramento pelas missões do Uruguai. Encarregadas de assentar os limites iriam duas tropas de comissários, uma pelo Amazonas, outra pelo Prata" [35].

Também pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), os rios e as serras são considerados limites naturais importantes para se estabelecer fronteiras, pois eram pontos mais confiáveis que as linhas imaginárias de antigos tratados. Nota-se, pela passagem citada acima, que a atenção se concentra, em meados do século XVIII, no Sul e Norte do país, pois duas comissões se encarregam dos rios da Prata e Amazonas. No entanto, muito antes desse período, os franceses já lançavam "vistas cobiçosas"[36] sobre o Amazonas.

[35] Idem, ibidem, p.73. A mesma citação encontra-se em *Capítulos de História Colonial*, 2000, p.209.
[36] Ibidem, p.82. Em *Capítulos de História Colonial* (2000) a expressão usada é "olhos cobiçosos" (p.218).

Capistrano, neste item, salientou bem, através da discussão sobre a criação e anulação dos diversos tratados, que o olhar humano, movido por interesses, é que constrói fronteiras, tendo como base, na maioria dos casos, os elementos naturais. Esses limites, portanto, são convenções humanas, não dados pré-determinados, como se existisse uma natureza própria desses elementos. Desta forma, os limites se configuram como fronteiras móveis, passíveis de alteração e mudança de significados. Por outro lado, a preocupação de Capistrano com as fronteiras do passado da história pátria esteve ligada também à sua inquietação com os limites do Brasil em seu próprio tempo: como, por exemplo, os limites do Norte entre Brasil e Guiana Francesa, só resolvido em 1900 pela intervenção do Barão do Rio Branco[37].

Desta forma, acreditamos que os rios, nestes artigos de 1899, representam duas funções distintas, porém complementares. A primeira como *caminhos* e a segunda como *fronteiras*, sendo ambas expressivas da nacionalidade. A conquista do território é feita por homens que sabem (ou aprenderam) a domar a natureza (e seus empecilhos) e se aproveitar do que ela podia lhes oferecer como vantajoso. Na maior parte das vezes, salvo quando apresentam fortes corredeiras e saltos intransponíveis, os rios são vias fáceis de penetração para o sertão, tornando-se, por isto, objetos de disputa e cobiça. Servem também como fronteiras para as convenções humanas (os tratados), delimitando os limites do território nacional.

2.3. Os rios do sertão

Em 1907, Capistrano de Abreu publicou seu livro mais famoso, os *Capítulos de História Colonial*. Segundo afirmação acertada de Bottmann, os *Capítulos* não são apenas divisões de uma obra, mas verdadeiros capítulos da História do Brasil[38]. Esta obra de história se inicia com as descrições geográficas do país: cartografia imaginada, o autor pintou com as palavras um mapa físico do território brasileiro. Capistrano delineou os contornos do Brasil de seu momento histórico, ao mesmo tempo em que sugeriu quão

[37] PEREIRA, D. Op. Cit., 2002, pp.78-9.
[38] BOTTMANN, D. Op. Cit., 1985, p.24.

importante seria ter conhecimento da natureza, do palco geográfico no qual os acontecimentos históricos e o povoamento se desenrolaram. Ao lado dos detalhes físicos, no final do capítulo primeiro, "Antecedentes indígenas", o elemento indígena, visto como associado à natureza, fora descrito.

Quanto aos rios, salientou a importância histórica do Tietê e São Francisco[39], os atributos geográficos do Amazonas[40]. Para Bottmann, este primeiro capítulo já anuncia a grande relevância do papel dos rios na história pátria relatada por Capistrano: "são eles *[os rios]* a verdadeira parte do cenário onde e através da qual se desenrolará a história colonial"[41]. Os rios são dos elementos da natureza aqueles que mais exercerão influência sobre as atividades dos homens. Ainda para a autora, Capistrano além de mencionar uma tipologia dos rios, elegendo o São Francisco, "imagem de quase todos os rios do Brasil"[42], como o principal, vale-se de "critérios utilitários"[43] na relação entre estes e os homens, acenando para a economia política, o aproveitamento dos recursos.

De todos os outros capítulos que se seguem na obra, nenhum é superior em importância e extensão como "O sertão". É neste capítulo que os rios adquirem maior significado na obra e aparecem na composição da história narrada. Percebemos a inquietação e persistência do tema do sertão para Capistrano de Abreu, que se configurou já na tese do concurso para o Colégio Pedro II, como analisamos anteriormente, e prosseguiu com os "Caminhos antigos e povoamento do Brasil". Em relação ao pequeno capítulo de 1883, muitas informações são acrescidas, mesmo porque há um grande período de tempo que os separa, em que o autor certamente amadureceu muitas idéias através do contato com mais e novos documentos. Muitas personagens e fontes se repetem, sobretudo, se compararmos este capítulo a "Os caminhos antigos e povoamento do Brasil". Seria um trabalho interessante um estudo comparativo minucioso entre estes dois capítulos, já que até passagens se repetem.

O significado do sertão, para Capistrano, deve-se ao fato de aí podermos encontrar as características essenciais de nossa nacionalidade. As questões primordiais da história do Brasil não poderiam ser buscadas na história litorânea, mas sim no interior. Foi o próprio

[39] ABREU, C. Op. Cit., 2000, pp.33-4.
[40] Idem, ibidem, pp.35-6.
[41] BOTTMANN, D. Op. Cit., 1985, p.40.
[42] ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.35.
[43] BOTTMANN, D. Op. Cit., 1985, p.41.

autor que iniciou "O sertão", opondo a tenuidade do litoral à riqueza histórica dos acontecimentos do interior. "A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo"[44].

Este capítulo se subdivide em cinco partes, cujos temas são: São Vicente; Maranhão; o gado vacum; as minas de ouro e a mudança na psicologia dos colonos, frente aos reinóis, a partir do século XVII, e os conflitos decorrentes dessa transformação. Nesta parte da obra, Capistrano escreveu sobre as bandeiras, porém nunca deixando sua crítica ao movimento de lado[45]. Cumpriu o que dissera em sua tese do concurso de 1883, de que as bandeiras deveriam ser lembradas pelos rios que margearam ou navegaram. Ao propor um "esquema" do movimento, os rios são sempre citados como caminhos tomados para o interior.

> "À parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte esquema: os bandeirantes, deixando o Tietê, alcançavam o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E.F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiaí e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaiará, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e do Parnaíba, as de Goiás e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins"[46].

[44] ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.127.

[45] Entre outras críticas, perguntou-se:

"Compensará tais horrores *[os cometidos pelos bandeirantes]* a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?". (ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.131). E ainda:

"As bandeiras no século XVI devastaram sobretudo o Tietê, cujos numerosos Tupiniquins depressa desapareceram, e o alto Paraíba, chamado rio dos Surubis em Piratininga, segundo informa Glimmer; com o tempo foram-se alongando os raios do *despovoamento e depredação, característico essencial e inseparável das bandeiras*". (Idem, ibidem, p.129- grifo nosso).

[46]Idem, ibidem, p.129.

Os rios são também mencionados por se lembrar das reduções jesuíticas. Segundo Capistrano, o movimento paulista para o sertão choca-se com o movimento paraguaio em busca do mar. Diante disso, descreve a criação de reduções próximas aos rios para o trabalho de catequese.

O rio Amazonas é citado quando o autor se reporta ao Maranhão. Chama-se a atenção do leitor para o fato de que ingleses e holandeses navegam e se estabelecem no Amazonas no início do século XVII. Os portugueses tentam, timidamente, tomar posse da região. "A penetração no Amazonas prosseguia lentamente: pela margem setentrional tratara-se apenas de eliminar os entrelopos; ao Sul a aldeia Maturu, na margem direita do Xingu, também chamado Parnaíba, durante algum tempo permaneceu o posto mais ocidental; ante as flechas envenenadas do gentio do Tapajós estacaram as entradas"[47].

O rio de grande destaque é o São Francisco, pelo gado que acompanha seu curso e promove o povoamento. Se a penetração para o interior, em São Paulo se fazia pela "caçada humana e desumana"[48] das bandeiras; na Amazônia por rios caudalosos e desimpedidos; em outras regiões a solução encontrada foi o gado vacum[49]. Não só o gado se instalava às margens do São Francisco[50], mas muitas tribos indígenas ainda povoavam seus arredores. Estas tribos precisaram ser "pacificadas", por guerras, para não impedir a ocupação do território[51].

---

[47] Idem, ibidem, p.140.

[48] Idem, ibidem, p.150.

[49] Além de proporcionar o povoamento, o gado está diretamente relacionado à descoberta das minas, para Capistrano de Abreu, pois era uma possibilidade de alimentos para os mineiros que tinham de adentrar o sertão. Também no item sobre as minas os rios estão presentes: indicam minas de ouro em suas margens, servem como caminhos que possibilitam chegar a outras regiões ou alcançar outros rios.

[50] A própria documentação usada é rica em detalhes:

> "Sobre a extensão de terras ocupadas pelo gado vacum oferece-nos dados positivos o maravilhoso Antonil-Andreoni:
>
> 'Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio de S. Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima até a barra que chamam de Água-Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas (...). Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio da Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Paramirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vasabarris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários, que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais..." (Idem, ibidem, p.156).

[51] Sobre a dificuldade que os indígenas ofereciam à colonização e devastação do interior, é necessário observar com cuidado seu papel. Algumas vezes, Capistrano sugeriu que os caminhos dos índios foram utilizados para a penetração, como, posteriormente afirmará Holanda, sobre o uso de técnicas e saberes indígenas pelos portugueses (ver *Monções* e o debate do capítulo 3 desta dissertação).

Para Bottmann[52], no capítulo da tese de 1883, Capistrano realizou "elogio incondicional ao Tietê", enquanto que apenas nos *Capítulos de História Colonial* houve a sagração do São Francisco. Talvez, tal fato ocorra no capítulo de 1883 pelo autor tratar das bandeiras e associá-las mais ao Tietê que ao São Francisco. Contudo, a preferência de Capistrano pelo "rio da unidade nacional" já existia neste momento (1883). Isto se comprova por uma carta escrita a Leandro Bezerra Monteiro, no mesmo ano de sua tese para o concurso. Afirmou o autor:

> " 'Há muito tenho a suspeita, que aqui vai transformada em convicção, de que Sergipe representa papel importante no aproveitamento do Rio S. Francisco, que considero o rio quase santo da história do Brasil, porque serviu de ligação entre o Sul e o Norte, não foi povoado por causa das minas, tão estéreis quanto brilhantes, não viu as suas margens manchadas pelo extermínio e tráfico dos pobres índios, e foi o primeiro centro de criação de gado, um dos grandes fatores do caráter brasileiro.
>
> *(...)*
>
> Outra explicação: o meu entusiasmo pelo Rio S. Francisco está muito arraigado; pode ser desarrazoado, mas está incurável. Se o Rio Tietê foi o caminho para Mato Grosso e confins do Paraná, se o Rio Paraíba foi o caminho das Minas Gerais; se o Moji-Guaçu foi o caminho de Goiás; se o Amazonas foi causa de pertencer-nos grande parte do território a oeste, o S.Francisco fecundou parte de Minas, Goiás, Bahia e Sergipe, levou ao Cariri, deu-nos o Piauí e aumentou parte do Maranhão- Pastos Bons- que a princípio só por êle se comunicava. Parece-me portanto que os cearenses pertencemos quase tanto ao S. Francisco como ao Ceará"[53].

Na carta de Capistrano, o São Francisco, também chamado por vários outros autores de "Nilo brasileiro", já aparece como o rio da integração nacional, tal como é conhecido em nossos dias. As palavras são claras: foi elo de ligação entre diversos Estados brasileiros, auxiliou na conquista de outros (como o Piauí e parte do Maranhão), foi centro de uma das fases mais importantes da história brasileira, segundo o autor, a criação de gado. Assim, o rio que recebeu nome de santo, apresenta, para Capistrano, características quase santas pela história que se desenvolveu às suas margens: permitiu o elo entre partes do território que

[52] BOTTMANN, D. Op. Cit., 1985, p.118 (nota 04).
[53] CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969, pp.116-8.

formarão a nação brasileira posteriormente, e não serviu de palco das maiores atrocidades da história do Brasil. Portanto, em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano apenas desenvolveu uma idéia já há muito tempo associada ao rio São Francisco. Aliás, a principal questão da história do Brasil, para o autor, encontrava-se mesmo no povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba[54].

Também Euclides da Cunha- que, sobre os rios, afirmou ser o Amazonas o menos brasileiros de todos[55], por arruinar as terras que o margeiam-, em cuja obra-prima se referiu ao sertão, associou o São Francisco às minas, aos índios e ao gado. "Bateram-lhe *[no rio]* por igual as margens o *bandeirante*, o *jesuíta* e o *vaqueiro*"[56]. Em *Os Sertões* (1902), obra anterior aos *Capítulos de História Colonial*, o escritor comparou o Tietê e o São Francisco, ressaltando a superioridade deste último, e foi além, atribuindo ao São Francisco o mérito de ser um "unificador étnico"[57].

> "Ora, sob esta tríplice disposição *[do rio São Francisco]*, é um diagrama da nossa marcha histórica, refletindo, paralelamente, as suas modalidades variáveis.
>
> Balanceia a influência do Tietê.
>
> Enquanto este, de traçado incomparavelmente mais próprio à penetração colonizadora, se tornou o caminho predileto dos sertanistas visando sobretudo a escravização e o descimento do gentio, o São Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e na região média, a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia.
>
> (...)
>
> Vedado *[o povoamento]* nos caminhos diretos e normais à costa, mais curtos porém interrompidos pelos paredões das serras ou trancados pelas matas, o acesso fazia-se pelo São Francisco. Abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, levando os homens do sul ao encontro dos homens do norte, o grande rio erigia-se desde o princípio com a feição de um unificador étnico, longo traço de união entre as duas sociedades que se não conheciam"[58].

[54] RODRIGUES, J. H. Op. Cit., 1954, p.112. A passagem está em carta ao Barão de Rio Branco, em 09 de abril de 1887, em que se lê: "... de modo a implicar a questão para mim mais importante da história Pátria- o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba".
[55] CUNHA, Euclides da. *Á marjem da Historia.* Porto: Chardon, 1922, p.13.
[56] CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000, p.84.
[57] Capistrano se referiu ao São Francisco como ponto de encontro entre pernambucanos, baianos e paulistas (ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.226).
[58] Idem, ibidem, pp.83-5.

Para Sevcenko[59], Euclides da Cunha analisou os representantes das três[60] regiões do país: os fanáticos, retirantes e vaqueiros do Norte; os bandeirantes e monçoeiros do Sul; e o seringueiro e caucheiro da Amazônia; mas além de associar as zonas geográficas à população, relacionou-as aos cursos d'água: assim, temos que o Norte é representado pelo São Francisco, o Sul pelo Tietê e a Amazônia pelo rio-mar[61].

Vicente Licínio Cardoso conferiu a Euclides a "paternidade do descobrimento"[62] da importância do rio São Francisco, muito mais que a Capistrano que se referiu ao rio como "condensador de gente"[63]. Este autor, por sua vez, também abordou o papel do rio para a história e lhe forneceu o título de "rio sem história". Esta expressão fora tomada emprestada daquela usada por Euclides- autor que Cardoso muito admirou- ao tratar da Amazônia como terra sem história[64]; por outro lado, referiu-se à pouca atenção dispensada pelos historiadores brasileiros ao São Francisco. Através de Cardoso, a idéia do São Francisco como rio da unidade nacional se intensificou. A nacionalidade, na opinião de Cardoso, era fenômeno complexo e composto de vários elementos, porém, sua base assentava-se no rio São Francisco, elo de união entre o centro do Sul (Rio, São Paulo e Minas) e o centro do Norte (Bahia e Pernambuco), e base física da unidade do Império brasileiro.

> "Porém, quanto mais reflexiono, mais acredito que de pouco teria valido aquela força de *centralização coesiva*, se não tivesse o trono representado a sua função histórica movimentando-se num *tablado geográfico* dentro do qual fora feita a união dos centros básicos, de norte e sul, mal unidos e mutuamente mal amparados ao longo da costa imensa sem ligações estáveis.
>
> (...)
>
> Mas insisto sobre a função histórico-geográfica do São Francisco, porque aquela união interior tecida pelo grande rio foi a base primeira que permitiu posteriormente, ao sul e, ao norte, a dilatação de nossa unidade política, dentro do Império, desde as campinas rio-grandenses até ao tremedal imenso e formidável do Amazonas"[65].

[59] SEVCENKO, Nicolau. "Euclides da Cunha e o círculo dos sábios". In: *Literatura como missão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, pp.138-9.
[60] À época de Euclides, as divisões regionais do país eram três: Amazônia, Norte e Sul.
[61] SEVCENKO, N. Op. Cit., 1983, p.139.
[62] CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p.132.
[63] Idem, ibidem, p.19.
[64] CUNHA, E. Op. Cit., 1922.
[65] CARDOSO, V. L. Op. Cit., 1979, pp.20 e 26.

Certamente o rio São Francisco despertara a atenção no Império, fato comprovado pelas inúmeras expedições subsidiadas pelo governo, ávido por conhecer seus trechos navegáveis[66], mas imbuído, inclusive, do ideal de mapeamento do território que se tencionava construir como nação, como vimos através da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[67]. Estes três autores- Capistrano, Euclides da Cunha e Cardoso- vivenciaram esse contexto e seus textos contribuíram para elevar o rio em importância histórica, sendo, talvez, material relevante para a posteridade, como substrato teórico valioso que endossa o movimento, iniciado nos primórdios do século XXI, em que se buscou promover o São Francisco à categoria de patrimônio natural e cultural da humanidade[68].

Este rio do sertão, defendido por Capistrano, demonstra-nos que o sertão, em seus textos, apresenta características bem delimitadas: em primeiro lugar, ele aparece como oposto ao litoral, porém, como local geográfico de certa forma definido, referindo-se, sobretudo, à região que hoje denominamos de Nordeste brasileiro (e neste ponto se aproxima de Euclides da Cunha). Para Capistrano, no sertão se deveria procurar a nacionalidade brasileira, o desenvolvimento de caracteres próprios a uma cultura e povo do Brasil que se diferenciava daqueles ainda marcados por aspectos europeus, encontrados na costa. Ademais, o autor considerou o tema do povoamento do sertão como negligenciado pela historiografia e se via como o primeiro a estudá-lo[69].

De fato, o sertão constituiu-se, com Capistrano e nos autores posteriores a ele, como o grande enigma da nacionalidade brasileira. O tema adquiriu intensa discussão não apenas no campo da história, mas também no da literatura, sociologia, discurso médico[70], e, ulteriormente, no cinema. No entanto, historiar o conceito, ou mesmo a origem do conceito sertão, não é tarefa simples. Nos séculos XVI e XVII, o termo, muito mais que contraste a litoral, era usado como oposto a região colonial, ou seja, o espaço das leis e de mando da

[66] MESQUITA, Elpidio de. "História do rio São Francisco". In: *Revista do IHGB*, 1927, v. V, t. especial, pp.303-13.
[67] Ver capítulo 1.
[68] MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Rio São Francisco: patrimônio cultural e natural*. Texto e fotos de Márcio Santos. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2003.
[69] PEREIRA, D. Op. Cit., 2002, pp.73 e 97.
[70] Referimo-nos às expedições sanitaristas no interior do Brasil.

Igreja[71]. No século XIX, o sertão assumiu, pelos discursos que o representaram, dois sentidos: um, bem ligado à concepção que carregamos atualmente, do espaço do semi-árido nordestino; outro, do ambiente de sociabilidade marcado pela civilização do couro[72]. Além disso, o sertão pôde ser associado ao local distante do poder público e da civilização, ou o contrário. "O dualismo sertão/ litoral apresenta duas faces. Numa delas, o pólo negativo é representado pelo sertão- identificado com a resistência ao moderno e à civilização. Na outra, o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação"[73].

A oposição litoral *versus* sertão é nítida na obra de Capistrano, sobretudo em *Capítulos de História Colonial*: fica clara a distinção entre uma história litorânea (da costa), cujas características são de tenuidade e forte influência da metrópole em seus caracteres, em oposição a uma história do interior, ou do sertão, em que esta sim merece atenção do historiador, pois aí se configura algo novo e próprio do Brasil. Isto se observa na organização mesma dos *Capítulos de História Colonial*: os oito primeiros capítulos[74] se referem à história da costa e não se igualam em importância e volume ao nono, "O sertão", como já afirmamos anteriormente.

---

[71] LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p.57.

[72] Esta é a posição que Souza (*A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997) atribuiu a Capistrano de Abreu. A autora recordou o seguinte trecho de *Capítulos de História Colonial* (2000, p.153):

"De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz".

Em "Três séculos depois", de *Capítulos de História Colonial*, fica clara a associação entre as zonas criadeiras de gado, tanto às margens do São Francisco, quanto na região rio-grandense, e o modo de vida que surge em decorrência dessa atividade econômica (ver pp.226-33).

[73] LIMA, N. Op. Cit., 1999, p.60. A autora discutiu de forma interessante e objetiva os significados atribuídos ao sertão ao longo do tempo e suas implicações políticas decorrentes.

Um exemplo do dualismo litoral/ sertão, pode ser observado em *O sertanejo*, de José de Alencar. O romancista construiu uma imagem positiva do sertão, de habitantes puros e inocentes, em oposição ao litoral marcado pelas excentricidades européias.

[74] A saber: "Antecedentes indígenas", "Fatores exóticos", "Os descobridores", "Primeiros conflitos", "Capitanias hereditárias", "Capitanias da coroa", "Franceses e espanhóis", "Guerras flamengas".

As características do povo que se forma no interior do país estão ligadas, segundo Capistrano, à influência da natureza. Em conclusão aos *Capítulos de História Colonial* e indagando-se sobre a formação de um sentimento de nacionalidade, afirmou:

> "Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular- eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos"[75].

A referência ao poder do meio ambiente sobre o homem é nítida no trecho acima. Para Capistrano, as condições oferecidas pelas diversas regiões do Brasil moldaram também a economia que se desenvolveu: por isto, na baixada amazônica, segundo o autor, "o predomínio da água e o da mata restringiam as ocupações agrícola e pastoril"[76], que aconteceram em outras áreas. Esta importância atribuída à natureza no influenciar as atividades e mesmo características do homem proveio da leitura que Capistrano fez do geógrafo alemão Ratzel, que formulou a antropogeografia, ou seja, a ciência que vincula as condições do meio e a história dos homens. Segundo Ratzel:

> "Examinamos assim quatro formas de influência da natureza sobre o homem: 1º) Uma influência que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda e duradoura; primeiramente ela age sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica; e só mais tarde passa assim ao âmbito da história e da geografia, isto é, quando se estende a povos inteiros. 2º) Uma influência que direciona, acelera ou obstacula a expansão das massas étnicas. Esta determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. 3º) Uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e a reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros

[75] ABREU, C. Op. Cit., 2000, p.242.
[76] Idem, ibidem, p.222.

> povos e portanto a perda das próprias características. 4º) Finalmente uma influência sobre a constituição social de cada povo que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e pois a obtenção da riqueza por meio da troca"[77].

Nos textos de Capistrano é perceptível a marca da natureza na composição da história, sobretudo no que se refere aos rios, como buscamos demonstrar. Em relação ao capítulo "O sertão", de maior significado nos *Capítulos de História Colonial*, acreditamos que há a consolidação de temas ao se tratar do sertão. São Vicente e as bandeiras, Maranhão e os caminhos que o ligam com outras partes do país, o gado, as minas, são temas que já se encontram em "Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil" e novamente foram abordados aqui. Em todos estes temas os rios são mencionados, e em abundância. Servem como via de penetração e convidam ao povoamento, talvez pelas facilidades mais elementares de sobrevivência do homem, já anunciadas na tese de 1883. Interessado em entender como se formou o país, com as características e limites que conhecia na sua época, Capistrano parte em busca das linhas de conquista e povoamento do território, em que os rios figuram como uma importante chave-explicativa, assinalando a função da natureza na história pátria.

[77] MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). *Ratzel: geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990, pp.59-60.

"Água do meu Tietê,
Onde me queres levar?
-Rio que entras pela terra
E que me afastas do mar..."

Mário de Alencar, "Meditação sobre o Tietê"

3. O Tietê, as monções e a nacionalidade

3.1. "Gesta Brasiliae per Paulistas"

Affonso d'Escragnolle Taunay recebeu o título de "o grande historiador das bandeiras paulistas". Dedicou-se este autor ao tema das bandeiras por sugestão de seu mestre Capistrano de Abreu[1]. Da vasta obra historiográfica de Taunay, uma se destaca pelo tratamento e atenção conferidos ao papel do rio na história. Trata-se de *Relatos monçoeiros* (1953). As monções, assunto do livro, foram expedições que percorreram rios paulistas e do centro do Brasil, desenvolvendo-se no século XVIII, como veremos adiante. A obra organizada por Taunay divide-se em duas partes: uma considerável introdução composta pelo historiador, em que discute a importância dos caminhos fluviais[2], e, em seguida, uma série de relatos de viajantes que são publicados. Os relatos, apesar de serem chamados monçoeiros, nem sempre o são, como é o caso do de D. Luiz de Céspedes Xeria, que figura na obra pois foi o primeiro, segundo parecer de Taunay, a legar um documento oficial cartográfico do rio Tietê[3]. A importância dos *Relatos monçoeiros* se revela através de outra obra de suma significação, *Monções*, quando Sérgio Buarque de Holanda, na segunda

[1] Capistrano de Abreu indicou a Taunay o tema das bandeiras e o século XVII como peças-chave para se compreender a história de São Paulo e para desenvolver uma pesquisa original. Em carta a Taunay, recomendou fortemente:

"A sua idéia de escrever uma história dos capitães-generais de S. Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII! Deixe este encargo ao ... ou ao ... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da *Revista* com tão desenxabido assunto.

Reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar". (RODRIGUES, José H. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL, 1954. v.I, p.276).

[2] Na realidade, as considerações sobre o rio desta introdução se repetem em outros textos de Taunay. Ver, por exemplo: TAUNAY, A. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, t.II, pp.107-176.

[3] O relato de Céspedes Xeria, "Carta do Capitão General Governador do Paraguai, Dom Luis de Céspedes Xeria a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná", foi escrito em 1628, sendo, portanto, muito anterior ao período do movimento monçoeiro, como discutiremos adiante.

Dentre os relatos de viagem merecidamente chamados monçoeiros, está o *Diário da navegação*, de Teotônio José Juzarte. A especialidade deste texto, segundo Taunay, provinha de ser ele um dos relatos mais interessantes e ricos em detalhe sobre a vivência e materialidade das expedições monçoeiras. Os pormenores mencionados por Juzarte acerca de assuntos nosológicos, climáticos, anedóticos, excede, em muito, os dados legados por outros documentos das monções, que, em sua maior parte, se reportaram a elementos práticos e de pouca valia para quem se dedique a entender melhor o cotidiano de uma expedição.

edição de seu trabalho, insere informações e citações colhidas a partir do livro organizado por Taunay[4].

Relatos monçoeiros são uma evidente homenagem a um rio em específico, o Tietê. Taunay não permitiu ao leitor dúvida alguma quanto à relevância desse rio para a construção territorial do Brasil: seu tom grandiloqüente, sua narrativa heroificante transformaram o rio Tietê em uma das principais personagens da história nacional. A despeito de estudiosos que consideraram o São Francisco, por exemplo, como via mais antigamente utilizada pela navegação e de maior importância para a conquista do país, Taunay combateu em favor do rio paulista:

> "Entende João Ribeiro que o São Francisco se sobrepõe ao Tietê como importância no conjunto dos anais da devassa do território e da formação do Brasil.
> Muito embora o grande caudal de Paulo Afonso assuma papel do maior relêvo em nossos fastos primevos não conta em sua história episódio algum que se compare em magnitude, ao da conquista das terras além paranianas, à qual o Tietê serviu de base.
> E sob o ponto de vista da exigência de sacrifícios impostos aos navegadores de um e outro, a posição recíproca de ambos permite, ao nosso ver, estabelecer-se uma proporção inversa avaliável pela relatividade dos volumes de descarga dos dois caudais"[5].

Para o sergipano João Ribeiro, após a conquista de São Vicente e Espírito Santo é que foi colonizado o Rio de Janeiro; Sergipe e Alagoas colonizam-se depois da Bahia e Pernambuco; o mesmo ocorre no sul do país onde a colonização do trecho de Laguna ao Rio Grande do Sul acontece somente com a posse da colônia do Sacramento. Desses fatos, depreendeu Ribeiro que "a colonização periférica do Brasil dependeu da *necessidade do território contínuo*"[6]. A colonização interna e o povoamento do país ocorreram devido a três princípios gerais, segundo este autor. O primeiro seria o estrangeiro: o francês que ocupava o Maranhão impeliu o português, que se estabelecera na Paraíba, a ocupar o Ceará.

[4] Veja-se, por exemplo, os inúmeros acréscimos nos capítulos reformulados de *Monções* (segunda edição), a partir dos dados de *Relatos monçoeiros*.
[5] TAUNAY, Affonso (introdução, coletânea e notas). *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1953, p.16.
[6] RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editôra Paulo de Azevedo, 1960, p.137.

O segundo princípio geral dizia respeito à condição industrial do Brasil: enquanto o país foi agrícola, a penetração pelo interior foi mínima; a interiorização se acelerou com a criação de gado e a descoberta de minas. O terceiro princípio referia-se ao rio São Francisco e foi a este que Taunay se reportou na passagem acima transcrita. Explicou Ribeiro a importância do rio para a conquista, povoamento e civilização do país:

> "- O terceiro *[princípio geral]* é que, excluído o mar, caminho de todas as civilizações, o *grande caminho da civilização brasileira* é o rio de S. Francisco; é nas suas cabeceiras que pairam as grandes bandeiras, e daí se expande e ondula o *impulso das minas*; é no seu curso médio e inferior que se expande e propaga o *impulso da criação*, os dois máximos fatores do povoamento. As suas ondulações extremas desde S. Paulo (ligado a Minas) até o Piauí (ligado a Pernambuco) abraçam o que hoje se poderia chamar o *Brasil brasileiro*"[7].

Como vimos, Taunay discordou da opinião de Ribeiro sobre a preponderância do São Francisco. Além disso, o aclamado historiador das bandeiras paulistas salientou que tendo o São Francisco uma navegação bem mais calma, devido aos seus "trechos desimpedidos", em oposição à navegação dificultosa de um rio repleto de obstáculos aos mareantes, como o Tietê, as conquistas que pelo primeiro se efetuaram não poderiam ser equiparadas à grandeza das do segundo. Os paulistas, "acostumados a fazer mais do que promete a força humana"[8], tiveram de se esforçar para vencer os empecilhos geográficos do Tietê e obter milhões de quilômetros quadrados ao Brasil, como sempre observou Taunay.

Theodoro Sampaio foi desses autores que também ressaltaram a superioridade do Tietê na expansão pelo território. Sua argumentação baseava-se na geografia de características distintas entre o Norte e o Sul do país. Interessante de se notar, é que essas diferenças, o autor sublinha-as justamente através dos rios. Segundo Sampaio, o Norte fora um dos "teatros mais ingratos" para a expansão brasileira, que só pôde se efetuar pelo Amazonas, caso contrário, estancaria no vale do São Francisco. Nessa região, o colonizador

[7] Idem, ibidem, pp.137-38.
[8] TAUNAY, A. Op. Cit., 1953, p.10.

preferiu o litoral, fronteira com o sertão, pois seus cursos d'água, que conduziam ao mar, eram por demais violentos. Já no Sul, a geografia mais generosa auxiliou a colonização. Nas regiões sulinas, pelo cume das montanhas, o homem observava o "íntimo" de seus sertões. O clima, ausente de secas, também colaborava. Mas os principais agentes auxiliadores na ação do desbravamento foram os rios, que rumavam para o interior[9].

A geografia, de acordo com Sampaio, determinou as características da conquista dos espaços Norte e Sul do Brasil. Através das condições naturais, o autor percebeu haver uma predestinação em relação aos papéis desenvolvidos por cada região. "O destino de cada uma das duas metades da colônia, diante do problema da conquista, estava pois perfeitamente assignalado na constituição geographica dos respectivos territorios. O paulista, pelo seu *habitat*, tinha de ser o *bandeirante* por excellencia. A conquista dos sertões estava no seu destino historico"[10].

Para a concretização dessa sina há muito traçada para o futuro dos paulistas, o Tietê foi o maior responsável. Sampaio o considerou como o mais importante ponto de partida para um sistema fluvial que levava ao interior. O Tietê, "estrada admirável" nas palavras do autor, equiparava-se ao Amazonas e ao Prata como vias colaboradoras do avanço pelo território. Porém, nem o rio-mar, nem o Prata, "excedia o Tieté nas condições propicias para uma expansão guerreira, como tinha de ser a que os paulistas depois realizaram"[11]. Dessa forma, percebe-se que Sampaio e Taunay estavam de comum acordo quanto à relevância máxima dos paulistas e de seu rio.

Os *Relatos monçoeiros* narram as monções, cuja originalidade, Taunay não atribuiu apenas à história nacional, mas à própria história universal[12]. Às monções, Taunay se referiu por meio de duas expressivas e interessantes expressões metafóricas: "via anfíbia" e "via dolorosa".

---

[9] SAMPAIO, Theodoro. "O sertão antes da conquista". *Revista do IHGB*, v. V, 1899-1900, pp.86-87.
[10] Idem, ibidem, p.87.
[11] Idem, ibidem, p.87.
[12] "Criara-se o episódio das monções, *(...)*, assumido ímpar originalidade não só em nossos fastos nacionais como nos do Universo" (Idem, ibidem, p.13).

Em outro texto de sua autoria, Taunay ponderou esta afirmação ao lembrar-se da Rússia. "E apenas, talvez, quando muito apagado simile no transbordamento da Russia alem dos Urais na imensa e quase deserta Siberia de fins do seculo XVI, conquistada, com a unica expedição de Ermak, não é exagerado dize-lo". (TAUNAY, A. "O bandeirantismo e os primeiros caminhos do Brasil". In: *Curso de bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p.08.

> "E, com efeito: em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram e associaram-se tão típicas, tão originais, quando as que caracterizaram esta via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequenas jornadas terrestres: a estrada das monções entre os pontos terminais de Araraitaguaba e Cuiabá, separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com a mínima solução de continuidade constituida por alguns quilômetros do varadouro de Camapuan.
>
> Foi esta via dolorosa o recuador, por excelência, das lindes luso-espanholas para o âmago da América do Sul"[13].

"Via anfíbia": de fato, as monções tiveram relação tanto com a água, quanto com a terra. Embora fossem expedições fluviais por excelência, em alguns casos, o percurso obrigava a marcha por terra. Os obstáculos dos rios (cachoeiras, corredeiras, itaipavas), os momentos de descanso ou caça pelas margens, bem como o abastecimento de víveres na fazenda de Camapuã, forçavam abandonar os rios e seguir por terra. Nessa situação, as canoas, transportes dos quais dependiam as monções, eram levadas à sirga, quando não abandonadas definitivamente, devendo-se posteriormente serem construídas outras novas. "Via dolorosa": expressão que relembra a Paixão de Cristo, também se aplica com propriedade ao movimento monçoeiro, já que as viagens, normalmente do Porto de Araritaguaba a Cuiabá, exigiam grandes esforços. Além da navegação nem sempre fácil, somavam-se os ataques dos índios Paiaguás e Guaicurus, a presença dos mosquitos que assolavam os tripulantes próximos ao pantanal, a carência de alimentos que se estragavam durante a viagem. Todos esses aspectos, necessários serem enfrentados nas monções, faziam dessas, certamente, vias dolorosas, em que, por vezes, culminava na morte de mareantes.

Taunay atribuiu vários títulos ao Tietê: "rio das entradas", "caudal das anhumas", "rio de Anhemby", "rio das bandeiras paulistas"[14], embora tenha se referido a ele, na maior parte, como "rio das monções". As monções foram uma das fases das bandeiras, segundo constata-se pela obra de Taunay. Na *História geral das bandeiras paulistas*, as monções figuram como simples capítulo dentre o grande movimento do bandeirismo. De fato, o Tietê aparece glorificado ao tratar do movimento monçoeiro, não sendo, contudo, ignorado

[13] TAUNAY, A. Op. Cit., 1953, p.13.
[14] Observar essas menções em: TAUNAY, A. "À glória das monções". In: *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926, p.88, 96, 85, 101, respectivamente.

como importante via nas bandeiras. Fazemos menção a este assunto, pois através de Sérgio Buarque de Holanda, um debate sobre a utilização dos rios, em especial o Tietê, nas bandeiras, torna-se explícito. Holanda apoiou-se em constatação de Alfredo Ellis Júnior, para quem o Tietê fora desconhecido dos bandeirantes.

> "Ao Sr. Alfredo Ellis Junior cabe, aparentemente, o mérito de ter sido o primeiro a mostrar o quanto é ilusória a crença de que as vias fluviais tiveram uma ação decisiva sobre esse movimento. Em seu livro *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, à página 44, diz-se, sem muito exagero, o seguinte: 'Outro grande erro, do qual não têm escapado mesmo muitos historiadores de certo renome, consiste na suposição de que o movimento expansionista das bandeiras se deu pelas vias fluviais. O Tietê, o velho Anhembi, que à primeira vista parece ter sido o grande caudal que determinou o bandeirismo, foi desconhecido de grande parte do movimento'"[15].

As monções foram compreendidas por Holanda de forma um pouco distinta da de Taunay. Holanda, com sua obra *Monções*, ofereceu maior visibilidade a esse movimento e pôde assinalar as diferenças entre as monções e as bandeiras. Uma única semelhança, ou ponto de contato entre os dois movimentos, estaria em "uma espécie de zona obscura onde ambas se encontram e se confundem"[16], tornando-se complicado afirmar quando e como finda um movimento e se inicia o outro, parecendo serem um prolongamento. O fato que marcou o início das monções, a descoberta das minas do Coxipó-Mirim (em 1719), antecedeu em alguns anos a jornada aos Goiazes, do segundo Anhangüera, possivelmente a última empresa bandeirante de porte. No entanto, para Holanda, as monções poderiam

[15] HOLANDA, Sérgio B. *Monções*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.21 (nota 3) e p.214 (nota 23). Capistrano de Abreu que, como analisamos anteriormente, sublinhou que as bandeiras deveriam ser entendidas pelos rios que navegaram ou margearam, em carta a Affonso Taunay, em 17 de junho de 1920, demonstrou saber que o Tietê tinha sua importância questionada no movimento das bandeiras:

"Meu princípio é este: corrigir os erros, pôr os fatos em dia, deixar intactas as idéias, corrigindo-as em notas, se me parecerem erradas. Uma conversa com Gentil deu-me que pensar; contesta ele que o Tietê fosse caminho das bandeiras, antes das que levaram a Mato Grosso.

Não sei se ele tem razão; acho que não terá, mas prová-lo parece difícil porque ponho em dúvida o que sempre acreditei implicitamente; pega-me desprevenido". (RODRIGUES, J. Op. Cit., v.1, 1954, pp.312-13).

[16] HOLANDA, S. "As monções". In: *Curso de bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p.128.

mesmo ser omitidas ao se tratar da história das bandeiras, já que formavam capítulo à parte. Esse historiador distanciou-se, além disso, da análise de Taunay, na forma de narrar e no sentido atribuído aos temas: não aludiu aos fatos históricos de maneira a glorificá-los e heroificá-los.

Uma distância temporal e de gerações separa as diferentes concepções entre os autores. Taunay participou de uma fase de mitificação das bandeiras e heroificação dos bandeirantes; Holanda pertenceu a outra geração, mais crítica à anterior, em que os mitos são questionados. Não significa que a importância de São Paulo fosse desmerecida, em Holanda, afinal, suas obras mostram uma preocupação constante com este Estado e com a própria cidade. No entanto, criticou aqueles que insistiram em afirmar que os homens que enfrentaram o sertão o fizeram intencionalmente para dilatar as fronteiras do país, especialmente a iconografia que retratou essas personagens. A ida ao sertão, segundo Holanda, tivera um propósito mais simples e triste: a luta contra a pobreza que os assolavam, impulsionou o enfrentamento de desconhecidas terras[17]. Ora, a opinião de Taunay sempre fora a de que os sertanistas, imbuídos de extrema coragem, alargaram as fronteiras do Brasil, cumprindo, desta forma, sua missão.

As condições naturais também se fizeram presentes na argumentação de Holanda para explicar a diferença das atividades e do desenvolvimento do Norte e do Sul do país. Tentando entender quais as modificações ocorridas nos portugueses ou seus descendentes que vieram explorar as terras brasílicas, e assim desvendar as "raízes" da sociedade brasileira, Holanda assinalou a influência do meio e da convivência com os habitantes nativos na modificação dos costumes dos adventícios. No planalto de Piratininga, vencida a grande Serra do Mar, a situação aproximou os portugueses dos nativos, tornando-se estes os guias dos primeiros nas entradas pelas matas, e arrefecendo-se antigos hábitos da metrópole, para melhor adaptação às condições do meio. Duas características opostas essenciais entre o Norte e o Sul se formaram: a sedentarização e o movimento. O Norte, desenvolvido por meio das grandes lavouras, criou indivíduos sedentários. O Sul, onde as condições reclamavam outras atividades, ofereceu caminhos, que levaram ao movimento[18].

[17] HOLANDA, S. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986, p.26.
[18] Idem, ibidem, pp.25-6.

Bandeiras e monções: caminhos terrestres ou fluviais? A questão é categoricamente respondida por Holanda. À época das bandeiras, os caminhos utilizados foram os terrestres, enquanto que nas monções, optou-se pelas vias fluviais.

> "Naquela *[a primitiva bandeira]*, os rios constituem, efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha se tornou impossível. Nas monções, ao contrário, a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem (na fazenda de Camapoã, por exemplo), constitui exceção a essa regra"[19].

A posição de Holanda quanto ao uso dos rios é explícita. Não ignorou ele, contudo, que o Tietê já tivesse sido navegado antes do fim das bandeiras, porém sua navegação aprimorou-se e intensificou-se a partir de um desenvolvimento de sistema de comunicações com o centro do país. Fato que só se iniciará com as monções. Soa curioso o fato de uma região, como o Brasil, possuidora de vasta rede hidrográfica, ter seus rios aproveitados tão tardiamente, especialmente quando sua colonização foi feita por Portugal, povo apto na navegação de oceanos[20]. Nas monções, o Tietê será o iniciador de um movimento dependente de extensa rede hidrográfica que será possível de ser atingida justamente através do rio paulista. Partindo a navegação do Tietê, chega-se ao Paraná, e partir daí outros rios são navegados, tendo-se o cuidado de levar em consideração as características dos rios e das regiões por onde correm, na tentativa de evitar descaminhos ou perigos para as expedições, como os ataques dos índios.

---

[19] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, pp.72-3.

[20] Holanda acredita que a explicação reside em certa incapacidade dos povos de origem ibérica para o aproveitamento dos rios.

> "Se, apesar de tantas facilidades, não se pode afirmar que os caminhos fluviais fossem os preferidos dos nossos sertanistas, a causa disso deve ligar-se, talvez, a certa incapacidade dos povos de origem ibérica para seu aproveitamento. É conhecida a passagem de Sarmiento, onde se descreve o desdém soberano do gaúcho argentino pelo rio, considerado um obstáculo à livre expansão dos seus movimentos. O neto dos aventureiros peninsulares, que enfrentaram galhardamente todos os riscos da travessia marítima, sente-se como prisioneiro, nos estreitos limites de uma canoa" (Idem, ibidem, p.20).

Se nas monções os rios foram os caminhos percorridos, as embarcações tornaram-se artigos imprescindíveis. Como os paulistas tiveram maior contato com os nativos, segundo constatação de Holanda mencionada acima, dos índios eles adquiriram técnicas na construção das canoas e, ademais, na própria forma de navegar[21]. As canoas eram construídas levando-se em consideração as árvores do local, mas também adentrava-se a mata na busca de madeira específica para as embarcações. Com o tempo, e a região, as canoas se modificavam para um melhor desempenho na navegação e pelo propósito empregado na viagem.

Se procurarmos no dicionário o significado do termo "monção", perceberemos que mais de um sentido é atribuído a ele, e um em específico traz notação própria ao Brasil. Holanda historiou os sentidos de monção, e revelou que a seu significado primeiro, associou-se outro quando a palavra é trazida ao Brasil pelos portugueses que passaram pelo Oriente, adquirindo nova conotação aqui. Originariamente, monção é uma palavra árabe, que significava, entre os portugueses, ventos alternados propícios à navegação no Oceano Índico. Mesmo em Portugal, com o tempo, o termo foi empregado para designar os períodos desses ventos. Ao começar a ser usada no Brasil, monção também significou época favorável à navegação. Porém, os paulistas não conheciam a navegação à vela, que depende do vento, como faziam os portugueses no Índico, mas suas expedições partiam nas cheias dos rios. Esse momento era considerado mais viável por tornar a navegação menos difícil. Mas um ponto de semelhança ocorria no período ao qual as monções se referiam, tanto aqui, quanto no Oriente: os meses de março a abril. No entanto, o período de navegação, que no Oriente durava até cinco meses, no Brasil, esse era o prazo mínimo de uma expedição[22].

Em Holanda, localiza-se o questionamento mais significativo sobre a interação entre os rios e os homens. Os rios, vias das monções, não chegaram a produzir nos homens uma ligação afetiva. O ofício de navegar não gerou uma intimidade entre o homem e seu trabalho. Prova disso seriam os nomes atribuídos às canoas, que simplesmente indicavam nomes de madeira, nunca de objetos ou seres que lembrassem o cotidiano e coisas amadas dos navegantes.

[21]Idem, ibidem, p.19 e ss. A forma de se navegar, com o piloto, proeiro e remeiros em pé (p.75), era tomada da tradição indígena.
[22] HOLANDA, S. Op. Cit, 1946, pp.129-30.

> "A verdade é que as monções nunca chegaram a deixar, nos hábitos e na vida social do paulista, nenhuma dessas marcas de vivo colorido, que nascem de uma intimidade grata e quase lírica entre o homem e sua ocupação mais constante. Faltou-lhes a vida fluida, rica de formas, que brota do esforço livremente consentido e que floresce nas lendas, nos usos e nas tradições do povo. A psicologia de nossa gente rude não a acomodava aos rios, como não a acomodou verdadeiramente ao solo. Os próprios nomes que davam às canoas de monções, pelo menos os raros de que ainda há notícia, eram lamentavelmente prosaicos e não denunciavam certamente uma raça de navegantes. Alguns- *Perova*, *Ximbó*; nomes de árvores serviçais, não de mulheres, nem de flores, nem de santos- pretendiam tão-somente designar a qualidade da madeira de que eram feitas as embarcações"[23].

Novamente a prova de que as tradições lusas, especialmente a da arte da navegação pelos mares, ficou esquecida entre os paulistas, que não formaram uma "raça de navegantes". O Tietê, exaltado por Taunay, bem como os demais rios não foram, dos elementos da natureza, aqueles pelos quais os paulistas nutriram afeição, segundo Holanda. Apesar de muito utilizados nas monções, os rios serviram apenas como caminhos e nada além se criou a partir de seu contato[24]. Um fato pôde contribuir para essa situação: em certos casos, as expedições monçoeiras tiveram sua tripulação arregimentada entre prisioneiros e amotinadores, o que, certamente, por tratar-se de seleção forçada, não criava laços afetivos com o trabalho[25].

Apesar das monções não terem construído uma aproximação entre os navegantes e seu labor, elas provocaram sim uma alteração no comportamento humano. As jornadas fluviais exerceram "ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventuroso daqueles homens"[26]. Características particulares das monções incidiram sobre os mareantes de forma a torná-los mais resignados e, de certo modo, submissos. A estreiteza das canoas, a ausência de espaços ilimitados, as densas matas ciliares (que impedem a visão ao longe), a abdicação das vontades particulares, influíram

[23] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, p.69.
[24] Holanda afirmou que faltou "vida" entre os navegantes monçoeiros e seu labor, que, conseqüentemente, não resultou em lendas, tradições. No entanto, Taunay, ao narrar o movimento monçoeiro, sempre se referiu às lendas e ao imaginário que surge justamente nessa época. Como analisaremos em seguida, no item 3.2., Taunay se reportará a casos, como os de bilocação de padres que ajudam monçoeiros no momento da morte, sem contar as histórias de monstros do rio e canoas fantasmas, presentes nos relatos de viajantes, a partir dos quais mandou construir telas para a Sala das Monções, no Museu Paulista.
[25] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, pp.67-8.
[26] Idem, ibidem, p.72.

na mentalidade daqueles que se aventuraram pelo sertão. Esses aspectos, que modificaram atitudes e comportamentos, formaram, na realidade, para Holanda, a diferença primordial entre a primitiva bandeira e a monção de povoado[27].

A marca humana foi aquela que mais atraiu a atenção de Holanda na análise das monções. Apesar de discorrer longamente pelos capítulos a mencionar os elementos naturais, a traçar para o leitor, passo a passo, o percurso de uma monção pelos rios que navegava-se, cunhando-se para isso uma expressão ao se referir aos rios, "estradas móveis", a atenção voltada para as influências do meio físico, sobretudo num movimento em que os rios participaram ativamente da história, só teve sua função quando para analisar a sua relação com as atitudes humanas. Dos relatos monçoeiros, que Holanda julgou serem exímios a quem se dedique a compreender mais do que seus aspectos práticos, um chamou-lhe a atenção por revelar um traço mais sentimental.

> " 'Eu saí de Sorocaba com quatorze negros e três canoas minhas, perdi duas no caminho e cheguei com uma e com setecentas oitavas de empréstimo e gastos de mantimento que comprei pelo caminho: dos negros vendi seis meus, que tinha comprado fiado em Sorocaba, quatro de uns oito que tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívidas. Dos mais que me ficaram, morreram três, e só me ficou um único e o mesmo sucedeu a todos os que foram ao Cuiabá. Em fim, de vinte e três canoas que saímos de Sorocaba, chegamos só quatorze ao Cuiabá; as nove perderam-se e o mesmo sucedeu às mais tropas e sucede cada ano nesta viagem'"[28].

A passagem revela o teor humano buscado por Holanda, mas também a característica não-laudatória da análise que, pautada pelos documentos, salientou os naufrágios e perdas da era das monções.

[27] Idem, ibidem, pp.72-3.
[28] "Noticias Praticas do Cuyabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuyabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Soares o Capitão João Cabral Camelo sobre a Viagem que fez às Minas do Cuyabá no Anno de 1727". *RIHGB*, vol.IV, 2ª ed., p.500. Apud: HOLANDA, S. Op. Cit, 1990, pp.113-4.

Após a publicação de *Monções*[29], em 1945, Sérgio Buarque de Holanda foi convidado por políticos de Porto Feliz a opinar sobre a criação de uma "Semana das Monções". Sua aprovação auxiliou a constituição da Semana, que seria um momento de estudos sobre o tema, palestras e manifestações cívicas[30]. No entanto, a "I Semana das Monções" viria a acontecer somente em 1952, de 08 a 13 de outubro. O fato é interessante e revelador de como a obra, *Monções*, construiu uma prática social. A partir de 1961[31], idealizou-se a encenação de uma partida de monção. Desde então, todos os anos[32], a cidade realiza um desfile, em que a população portofelicense participa trajada com vestes que relembrariam as roupas do passado. Os atores percorrem as ruas da cidade e seguem ao Porto Geral, atual "Parque das Monções". O rio Tietê ali está, calmo ao menos nesse trecho, a esperar as personagens, que embarcando nas canoas, relembrarão o seu passado de palco inicial das expedições.

A perspectiva de Holanda se aproximou da de Taunay no tocante a duas questões: o papel da natureza e dos índios[33]. Nas obras desses autores, é claro o embate entre os homens e a natureza. Esta era um empecilho ao avanço pelo território. Mesmo quanto aos rios, pode-se visualizar a dificuldade enfrentada pelos navegantes para vencer os cursos d'água brasileiros. Sobre os índios, tidos como heróis pelos românticos, a mesma perspectiva referente à natureza se repetiu. A história narrada por Holanda e, sobretudo por Taunay, não partiu da ótica dos indígenas, mas da do colonizador. Os habitantes autóctones

---

[29] *Monções* deram visibilidade ao comércio fluvial entre São Paulo e Cuiabá, desenvolvimento no século XVIII, salientado a importância dos rios como vias e suas influências no comportamento dos homens. Entretanto, *O extremo Oeste* também poderia ter se consagrado como importante obra sobre os rios. Em várias passagens de seu texto, Holanda mencionou que abordaria os caminhos fluviais, o que não chegou a fazê-lo, interrompendo-o o falecimento.

[30] SILVA, Valderez A. da.

[31] SOUZA, Jonas Soares de. "O papel das monções na expansão geográfica: história e memória". In: D.O.E., 21 de abril de 1999, p.05.

[32] Em 2005, quando comemorou-se a 50ª Semana das Monções, houve a teatralização da expedição de Dom Rodrigo César de Menezes (ver anexo). No dia 07 de outubro, durante o início da Semana na Câmara Municipal, um cidadão portofelicense que fazia às vezes de Dom Rodrigo pronuncia a fala de abertura. Dia 08, a abertura da exposição sobre a "Semana das Monções", no Museu das Monções. E no dia 09, o desfile histórico sobre a expedição de D. Rodrigo, que embarcou em 1726, com cerca de trezentas canoas. A Semana contou, ainda, com outras atividades, como as de caráter esportivo e social (escolha da Miss Monções).

A Semana atrai muitas pessoas vindas de fora da cidade. É uma forma, atualmente, da cidade chamar a atenção para si através do turismo cultural.

[33] Mesmo em Holanda a perspectiva sendo diferente de autores como Taunay e Capistrano de Abreu. Para este assunto, ver: CORRÊA, Dora Shellard. "Os rios na formação territorial do Brasil. Considerações sobre a historiografia paulista". Disponível em http://143.106.158.7/anppas/encontro3/arquivos/TA563-01032006-162234.DOC, consultado em 06/01/2007.

foram caracterizados como "perigo"[34], "pesadelo dos monçoeiros"[35]. Taunay, de forma preconceituosa, afirmou mesmo que: "Se os índios não fossem destituídos de inteligência lançariam mão de recurso capaz de paralisar a marcha das monções"[36].

O contexto histórico, no qual viveu Taunay, apresentou características expressivas que nos auxiliam a melhor compreender a própria atuação e obra deste historiador. No início do século XX, o Estado de São Paulo despontou como grande potência, através do café e da incipiente industrialização. Até esse momento, o Rio de Janeiro fora o grande centro político, econômico e cultural. Ferreira lembrou que, além da imagem positiva do Rio de Janeiro, a Bahia também foi vista como "berço da cultura brasileira"[37]. Nesse sentido, a situação de desenvolvimento de São Paulo, forçou os paulistas a construírem uma identidade que os elevasse a uma condição mais digna frente a esses outros centros do país. Sobretudo em oposição ao Rio de Janeiro é que se buscou essa identidade, resultando, por vezes, em intensa oposição entre os dois Estados.

A história contada para engrandecer São Paulo, nesse período, partiu de um enfoque linear e evolutivo: o passado foi narrado como glorioso, pois assim se comprovava o progresso do Estado no início do século. No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do qual Taunay foi sócio e presidente honorário[38], o lema adotado foi: "a história de São Paulo é a própria história do Brasil"[39]. Dos estudos desenvolvidos pelos sócios do IHGSP, o tema das bandeiras foi o pioneiro, à essa época. Quem se beneficiou da construção desse mito bandeirante foram as famílias tradicionais do Estado, produtoras de café, pois eram as descendentes dos bandeirantes, o que as diferenciavam da burguesia industrial, formada pelos imigrantes. Nesse contexto, Taunay, em seu discurso de posse como presidente do IHGSP, não titubeou em comparar a história de São Franco à dos povos francos e afirmar que o Brasil construiu-se pela ação dos paulistas. "No Brasil, em

[34] Para Taunay, três eram os maiores perigos enfrentados pelos monçoeiros: a navegação dos rios, os elementos naturais de subsistência (raros em muitos pontos da viagem) e o encontro com os índios.
[35] TAUNAY, A. Op. Cit., 1975, p.165.
[36] Idem, ibidem, p.166.
[37] FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, pp.52-3.
[38] Taunay foi aclamado como um dos melhores historiadores do IHGSP, pois reunia em si as características esperadas: "o homem público, pesquisador sério, escritor de múltiplas habilidades e, além de tudo, dotado de uma bela oratória" (FERREIRA, C. Op. Cit., 2002, p.123).
[39] Esse lema inaugura o primeiro volume da *Revista do IHGSP*.

nossa Pátria, a paráfrase *[porque referiu-se à frase: Gesta Dei per Francos]* adaptável ao bandeirantismo é fácil: *Gesta Brasiliae per Paulistas*"[40].

O fato da independência do Brasil ter sido proclamada em solo paulista foi muito mencionado pelos estudiosos que entenderam a especialidade desse Estado. Era necessário, pois, dar visibilidade ao espaço onde fora anunciada a liberdade do país, que se localizava, justamente, no Ipiranga. O edifício-monumento do Museu Paulista, desde há algum tempo construído para celebrar esse fato, seria, a partir de 1917, dirigido por Taunay, que recebeu a incumbência de organizá-lo para o Centenário da Independência, a ser comemorado em 1922[41].

Sua ação como diretor desse museu foi uma forma de materializar suas idéias, presentes em seus textos históricos, sobretudo quanto à importância do movimento do bandeirismo, construindo símbolos que expressassem a nação brasileira:

> "À testa do Museu Paulista, coube-me a mais grata das missões- a de encontrar um ambiente majestoso sob todos os aspectos e despido de quaisquer atributos evocativos, qual o do admirável vestíbulo do palácio do Ipiranga. Assim, tive o ensejo de poder povoá-lo com os atributos simbólicos evocativos da construção de nossa patria, desde os dias da descoberta e do primeiro povoamento até aos da entrada do Brasil no rol das nações independentes"[42].

Pelas mãos de Taunay, a importância dos rios, em especial o Tietê, não se restringe apenas ao texto. Como diretor de um museu, Taunay representou a memória da nação também através de monumentos. Em seguida, analisaremos a iconografia que celebrizou o Tietê na composição da Sala das Monções. Posteriormente, veremos que a nação fez-se representar por um monumento aos rios: vasos com ânforas que contêm água dos principais rios dos Estados brasileiros ornam a escadaria do Museu Paulista. Desta forma, poderemos

[40] TAUNAY, A. "Discurso do Dr. Afonso Taunay". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1939, v.XXXVII, p.12.
[41] Sobre a administração de Taunay no Museu Paulista e a transformação que operou nesse museu, de museu de história natural para museu histórico, ver: BREFE, Ana C. F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.
[42] TAUNAY, A. "Discurso do Dr. Afonso Taunay". *Revista do IHGSP*, 1939, v.XXXVII, p.13.

perceber a vinculação entre arte e política: os elementos constitutivos do Museu Paulista expressam a possibilidade que teve Taunay de materializar suas idéias, presentes nos textos históricos, correspondentes a como visualizou a formação da nação.

3.2. Sala das Monções: a iconografia tieteana

A criação da Sala das Monções- inaugurada em 1929[43]-, onde encontra-se a celebração do rio Tietê pela iconografia monçoeira, parece girar em torno da tela *A Partida da Monção*, de Almeida Júnior (1850-1899). Em alguns momentos, Taunay referiu-se à Sala como "Sala das Monções Almeida Júnior"[44]. Na realidade, a tela do pintor ituano já pertencera ao Museu Paulista quando da aquisição feita à época de von Ihering, sendo posteriormente transferida para a Pinacoteca. Taunay conseguiu reavê-la para o museu[45], expondo-a na sala que narrará, de forma heróica, uma das fases da história paulista.

Neste item, trabalharemos as telas que retratam o rio Tietê e que foram expostas na Sala das Monções, à época da direção de Affonso Taunay no Museu Paulista[46].

[43] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1929*. APMP/ FMP, L.13, p.12. E ainda, no *Guia da Secção Historica do Museu Paulista* (São Paulo: Imprensa Official do Estado, 1937, pp.49-50), Taunay esclareceu: "No periodo presidencial do Dr. Julio Prestes de Albuquerque (1927-1930) accresceu-se a secção *[de história do museu]*, graças á abertura de duas novas salas, tendo em boa hora decidido o Presidente que se restituisse ao Museu a grande tela, obra prima de Almeida Junior, *A Partida da monção*. Desde longos annos lhe fora arrebatada com enorme damno do prestigio de seu acervo.

Fez-se então a inauguração da sala consagrada ás Monções".

[44] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1929*. APMP/ FMP, L.13, p.12. Segundo Pardim, Taunay pode ter visualizado a Sala das Monções antes da mudança da tela de Almeida Júnior da Pinacoteca para o Museu Paulista, quando recebe doações ao museu de um canoão e de uma âncora, objetos essenciais nas expedições monçoeiras (PARDIM, S. Op. Cit., p.204).

[45] A preocupação em readquirir a tela para o Museu Paulista não reside apenas na excelência da obra, mas também na do autor. Almeida Júnior, no momento do qual tratamos, é um pintor muito prestigiado. Nascido na cidade paulista de Itu, em 1850, faleceu de forma trágica em Piracicaba, no ano de 1899. Quando jovem, recebeu apoio financeiro de D. Pedro II para estudar na Escola de Belas Artes de Paris. Ao retornar para o Brasil, dedicou-se a pinturas que, entre outros assuntos, exaltaram a cultura e costumes caipiras, dos quais são exemplos: *Caipira picando fumo*, *Nhá Chica*, *Amolação interrompida*, *Cozinha caipira*. Em 29 de agosto de 1939, foi inaugurada no Museu Paulista a "Galeria Almeida Júnior", com a presença do presidente Getúlio Vargas. Sobre este assunto e para uma breve biografia do pintor ituano, consultar: TAUNAY, A. "Almeida Júnior". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XVIII, v.2, pp.261-69, 1942.

[46] TAUNAY, A. Op. Cit., 1937, pp.71-2. Não indicaremos ao leitor mudanças ocorridas após o momento que nos interessa explicar (como, por exemplo, a situação da Sala das Monções nos dias atuais, os quadros outrora expostos e que hoje encontram-se na reserva técnica do museu, como é o caso de *Benção dos canoões*, pintura de Aurélio Zimmermann). Ademais, a iconografia tieteana pertencente ao Museu Paulista excede em muito os

Analisaremos, ainda, duas telas que foram produzidas, a pedido do próprio Taunay, e que trabalharam o imaginário das navegações monçoeiras e do rio, mas que não compuseram a Sala das Monções em 1929. Esclarecemos que nosso intuito não será de analisar as telas de uma perspectiva da história da arte, porém de assinalar a presença da memória potamográfica na arte, instituída por Taunay.

Na tela de Almeida Júnior, do lado esquerdo daquele que a observa, inúmeras embarcações, com seus tripulantes a postos, preparam-se para a partida. Normalmente, as canoas deixavam o Porto de Araritaguaba entre os meses de março a maio ou junho, período das enchentes, por se tratar de momento mais propício à navegação. Outros, receosos das sezões e febres malignas, típicas desse período, procuravam partir entre junho e setembro[47]. Na tela, um escravo apressa-se para arrumar a bagagem simples e necessária para a viagem. Pelas vestimentas, percebe-se a distinção social entre os futuros mareantes que, sabe-se, não ocupavam as mesmas canoas[48]. Há ainda a presença da neblina, que encobre a vegetação ao fundo. A névoa, tão perigosa para a navegação, é característica sempre mencionada nos relatos de viagem pelos rios. Esta neblina, ou bruma, far-se-á presente em dois outros quadros, que analisaremos adiante, *Canoa fantasma* e *Monstro fluvial: Pirataraca*, por recomendação do próprio Taunay, que se lembra da névoa de *A Partida da Monção*.

No lado direito, a população se despede. Mulheres e crianças choram a ida e futura ausência de seus familiares, ao mesmo tempo em que outras pessoas rezam e o vigário

quadros aos quais nos referiremos. Afora as telas mencionadas neste item da presente dissertação, o Museu Paulista, por doações feitas ou mesmo encomendas de Taunay, conta com as seguintes obras celebrativas do rio Tietê: *Porto Feliz*, 1826 (Sílvio Alves); *Pirapora de Curuçá (Hoje Tietê)* (Zilda Pereira); *Desencalhe da canoa*, 1826 (Zilda Pereira); *Pouso de monção à margem do Tietê* (Zilda Pereira); *Porto de Góes: cachoeira abaixo do Salto de Itu* (Miguel Arcanjo Benício de Assunção Dutra); *Sítio do capitão José Manuel, abaixo de Porto Feliz (às margens do Tietê)* (Miguel Dutra); *Sítio do capitão José Manuel* (Sílvio Alves); *Salto de Itu: família do Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves em piquenique* (Almeida Júnior). Para análise profunda destas obras, ver: PARDIM, S. *Imagens de um rio*. Campinas, SP: [s.n.], 2005. Dissertação (Mestrado em Artes), Instituto de Artes, UNICAMP. E também: MAKINO, M., SOUZA, J. (orgs.). *Diário da Navegação – Teotônio José Juzarte.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp.450-60.

[47] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, p.76.

[48] FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948, p.57. Na descrição de Florence, temos que a primeira canoa que seguia viagem era composta pelo cônsul Langsdorff, por um guia, um ajudante do piloto, um proeiro e sete remadores. A segunda canoa, por um guia, um piloto, um proeiro e seis remadores. No batelão, onde Florence estava, iam um piloto, um proeiro e quatro remadores. Por fim, nos barcos menores, seguiam o resto da gente (caçadores, criados e escravos do cônsul).

A Partida da Monção (1897)
José Ferraz de Almeida Júnior
Óleo sobre tela- 390 x 640 m
Acervo do Museu Paulista da USP

benze as embarcações. Taunay afirma que as pessoas que compõem *A Partida da Monção* são familiares, amigos e patrícios de Almeida Júnior. Assim, por exemplo, o vigário é o padre de Itu, Miguel Correia Pacheco; nos canoões que sairão rumo a Cuiabá, estão seu pai, seu primo José Inocêncio do Amaral Campos e, inclusive, o presidente Campos Sales. Até mesmo o próprio pintor se faz representar na figura do rapaz com a espingarda (à direita), que se despede de sua namorada, chamada Maria Amélia[49].

Segundo Taunay, Almeida Júnior inspira-se no esboço de *Benção das canoas*, de Hércules Florence, a "mais valiosa peça de sua larga iconografia"[50]. Os desenhos de Hércules Florence, como veremos, serão matrizes da maior parte das telas que compõem a Sala das Monções, sobretudo aquelas que são feitas por encomenda de Taunay. Florence foi contratado como pintor da Expedição Langsdorff, que, apesar de uma expedição de cunho científico, percorreu o itinerário de uma monção: partiu de Porto Feliz e chegou a Cuiabá, tão procurada pelos sertanistas por suas minas de ouro. O objetivo da Expedição Langsdorff, iniciada em 1826, era seguir até o norte do Brasil, por um percurso idealizado pelo Barão de Langsdorff, e que não se realizou completamente, em virtude de seus problemas mentais. A escolha dos desenhos de Florence para fundamentar as telas que serão produzidas para a Sala das Monções não é, portanto, fortuita. Além do mais, Taunay conferiu a ele o título de "Patriarca da Iconografia Paulista"[51].

Há, além dos desenhos deixados pela Expedição Langsdorff, um substrato textual que embasa a criação dessa iconografia tieteana, que são os relatos de navegação. Florence era, em primeiro lugar, o desenhista da Expedição, mas legou-nos um diário da viagem que empreendeu seguindo o itinerário das monções, fornecendo, portanto, uma representação pictórica e textual de sua experiência. Taunay o considera o historiador da Expedição Langsdorff[52]. Todavia, diferente é o caso dos dois últimos quadros analisados aqui como também representativos do episódio das monções, *Canoa fantasma* e *Monstro fluvial:*

[49] TAUNAY, A. "Almeida Júnior". Op. Cit., pp.266-67.
[50] TAUNAY, A. "Iconografia das monções". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXII, v.2, 1943, p.420. Em *Relatos monçoeiros* (1954, p.42), a mesma afirmação de Taunay se repete: "A mais valiosa peça de sua *[Hércules Florence]* larga iconografia é a que se intitula *Benção das canoas*. (...)

Foi esta composição que inspirou a Almeida Júnior a idéia da sua famosa *Partida da Monção*, legítima obra-prima, como todos sabem".
[51] TAUNAY, A. "Iconografia das monções". Op. Cit., p.418. Em "A grande via secular do Oeste" (*Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXV, v.1, 1944, p.182), Taunay complementa: "patriarca da iconografia paulista e matogrossense".
[52] TAUNAY, A. "Iconografia das monções". Op. Cit., p.418.

Pirataraca, que não contam com esboços ou desenhos como os deixados por Florence, mas apenas com o texto de viagem (de Juzarte e Schmidel), que, por si só, desenvolve uma representação do mundo, podendo depois, ser apreendida e transformada em outra espécie de representação, a iconográfica.

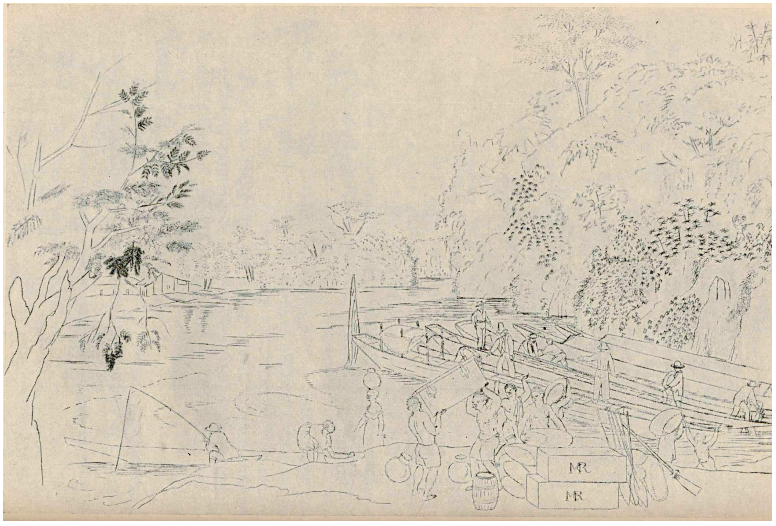
Carga de Canoas, produzida por Oscar Pereira da Silva (1867-1939)[53], é outra tela presente na Sala das Monções. Sua inspiração, ou seria melhor dizer cópia, tal a similitude, é o desenho *Expedição Mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*, de Florence. O rio Tietê reina no centro do quadro. A vegetação de mata fechada circunda o rio- exceto onde algumas casas aparecem- fazendo lembrar os relatos dos viajantes sobre a floresta densa, praticamente impenetrável, tendo-se o rio como único caminho possível. Na verdade, o Tietê, rio encachoeirado e caudaloso, nem sempre podia ser percorrido em toda sua extensão. Era preciso, logo, guiar-se pela margem, desmatando árvores e, assim que possível, retornar ao rio. A cena do quadro ilustra também os tipos de embarcação, além da movimentação para carregá-las. Aos escravos cabe o serviço de levar as cargas até as canoas, como faz o indivíduo que surge na mata, e os demais, levantando sacos, caixas e moringas. Uma das embarcações carrega a bandeira imperial do Brasil[54], talvez a modificação mais chamativa do quadro de Silva para o desenho de Florence, onde a bandeira é a russa[55].

[53] Oscar Pereira da Silva foi sócio do IHGSP.

[54] Os detalhes da bandeira na tela de Silva não são nítidos, porém, podemos observar o retângulo verde e o amarelo do losango que compunham a bandeira imperial do Brasil- que vigorou de 1822 a 1889- sendo que esses dois elementos e respectivas cores foram, posteriormente, preservados na bandeira republicana.

[55] No diário de Florence, lemos: "Cada canoa, com exceção das menores, tinha arvorada a bandeira da Rússia" (FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.57).

Carga de Canoas (1921)
Oscar Pereira da Silva
Óleo sobre tela - 140 x 110 cm
Acervo do Museu Paulista da USP



Expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá
Hércules Florence
Extraído de: FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*, 1948, p.56.

Na narrativa da história de uma expedição monçoeira, após a carga das canoas, segue-se a benção das mesmas para que a viagem se inicie. Temos, então, *Benção das Canoas*, de Aurélio Zimmermann. Florence teria um esboço com o mesmo título que, como já analisamos, teria inspirado Almeida Júnior. Sobre a tela de Zimmermann, o desenho-base é *Partida de uma Expedição Mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*.

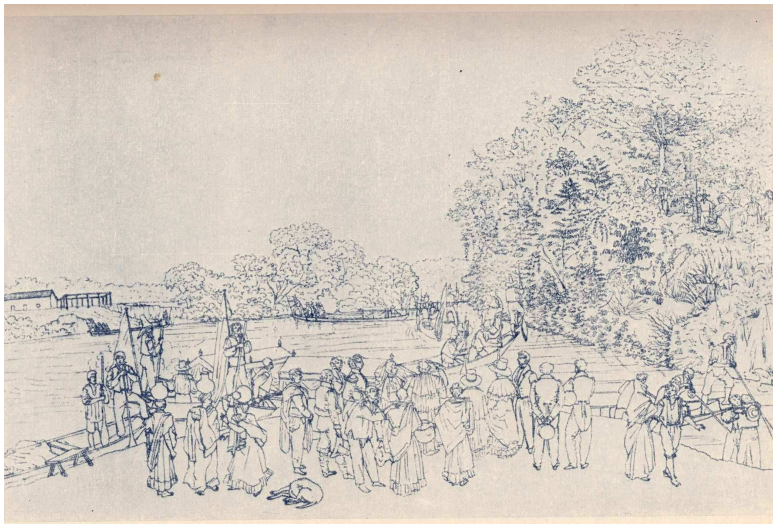
Se bem observarmos este quadro e o analisado anteriormente, perceberemos que o local retratado é o mesmo, o Porto da antiga Araritaguaba, e o mesmo se dá com o ângulo. A única diferença aqui é que o estreito que o rio forma está mais próximo do observador e o Tietê não está tão largo. Os outros elementos, as casas ao longe, a mata fechada, a claridade que existe no lado superior direito, são os mesmos. O pintor retratou pessoas bem vestidas[56], no instante em que se despedem e rezam pelos tripulantes da monção (se no relato de Florence, os expedicionários da Expedição Langsdorff). O padre os benze, com aspersão de água benta, para seguir curso tão penoso e poder contar com a proteção divina num trajeto em que ficariam meses sem participar de uma missa.

A imagem revela a forma de se navegar, ou seja, em pé, segundo costume herdado dos indígenas, como constatou Holanda. "Era regra, durante as viagens, ir o piloto de pé, no bico da proa, o proeiro da mesma forma e cinco ou seis remeiros, também de pé, distribuídos pelo espaço livre de carga, que media, junto à proa, pouco mais ou menos dois metros e meio. À popa, em espaço de tamanho correspondente a esse, amontoavam-se, mal abrigados, os passageiros"[57]. Na tela, as embarcações já iniciaram a partida. Saem em ordem, uma após a outra. A descrição de Florence casa bem com a imagem do quadro:

> "O guia, um ajudante de pilôto, um *proeiro* e sete remadores compunham a tripulação da embarcação do cônsul, a qual designarei pelo nome de *Perova*, corrução da palavra índia *iperova*, como chamam à arvore cujo tronco servia para sua construção. O ajudante do guia, um pilôto, um proeiro e seis remadores formavam a equipagem do segundo barco chamado *Chimbó*, modificação do legítimo vocábulo indígena *Chimboúva*.
>
> O pilôto, um proeiro e quatro remadores iam no batelão.
>
> O resto da gente, caçadores, criados e escravos do cônsul remavam nos batelões e canoinhas, em número todos êles de 36.

[56] De acordo com Taunay, o desenho de Florence é rico para um estudo da indumentária da época.
[57] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, p.75.

Benção das Canoas (Porto Feliz)
Aurélio Zimmermann
Óleo sobre tela- 135 x100 cm
Acervo do Museu Paulista da USP



Partida de uma expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá
Hércules Florence
Extraído de: FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.55.

> A ordem da marcha era a seguinte: na frente a canoa do cônsul; logo após o *Chimbó*; em seguida o batelão onde eu estava, depois os barcos menores, formando o todo uma *monção* de sete embarcações"[58].

O quadro de Zimmermann, encomendado por Taunay, é um decalque do desenho de Florence. Há que se notar, no entanto, que a bandeira russa é sempre substituída pela do império do Brasil, afinal, como sempre ensinou Taunay, o episódio das monções, no qual o Tietê talvez seja o protagonista, bem como o das bandeiras, conquistou um *Brasil* de proporções atuais. É, evidentemente, a nacionalidade a ser representada, exigindo-se, desta maneira, a troca das bandeiras.

Um quarto quadro a compor a Sala das Monções parece destoar da iconografia celebrativa do Tietê. Trata-se de *Pouso no Sertão (Rio Pardo)*, também de Zimmermann, baseado no desenho de Florence intitulado *Rio Pardo. Queimada nos campos*. Um céu escuro da queimada provocada. Os monçoeiros estancam a viagem e próximos a uma clareira, às margens do rio, criam um momento de repouso, lazer, refeição. A presença de homens que descansam em redes chama a atenção na composição da cena (a rede era de fato usada nos sertões para proteger de animais peçonhentos que pudessem passar pelo chão; por cima dela também usava-se o mosquiteiro) bem como outros dois que estão a cozinhar, preparando o jantar com peixes. No entanto, três outros homens, em pé, perto da margem, conversam. Parecem preocupados. Provavelmente são os chefes da expedição e um religioso: suas roupas e posicionamento diferentes dos demais o indicam.

Este quadro é outrossim conhecido como *A Queimada*. No relato de Florence, encontramos a narração dessa prática:

> "Muitas vêzes grandes áreas de terreno, colinas inteiras, apresentam um aspecto sombrio e negrejante: é que por ali passou uma chama devoradora, ateada pelo viajante. Os troncos ficam então despidos de fôlhas, requeimados pelo incêndio. Se,

[58] FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.57.

Pouso no Sertão (Rio Pardo)
Aurélio Zimmermann
Óleo sobre tela- 135 x 100 cm
Acervo do Museu Paulista da USP

Rio Pardo. Queimada nos campos
Hércules Florence
Extraído de: FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, sem pág.

porém, medeiam quinze dias ou um mês, arrebenta viçosa verdura naquele fundo lúgubre e acinzentado.

Quando a gente por desenfado atira fogo aos campos que cercam os acampamentos, o espetáculo à tarde se transforma, mas nem por isso é menos notável. As labaredas se alargam, formam linhas de compridas chamas que sôbre todos os objetos deitam claridade resplandecente, por tal modo intensa que se pode enxergar um alfinête caído no chão. Essa linha de fogo se afasta, estende-se em grandes círculos, sobe e transmonta por vêzes outeiros. Clarões vivos se desprendem, destacando-se de sombras opacas. Rolos de fumo enevoam os céus: o rio parece fogo, e as taquaras nos bosques estouram, dando violenta saída ao ar contido entre os nós e que se dilata com o calor repentino.

Não raramente gozávamos daquela esplêndida iluminação até ao depois da meia-noite"[59].

A passagem demonstra a relação do homem com a natureza. O desmatamento que provém da queimada, intencionalmente provocada, chega a extasiar, ao ponto de passarem horas admirando o espetáculo ocasionado pelo fogo. Por outro lado, pode-se entender esse trecho também como sugestiva degradação do meio pela ação do homem. No viés da destruição natural pelo agente humano, anterior e ainda nesse momento histórico, lembremo-nos que a construção de canoas para o comércio do Cuiabá exigia uma destruição "sistemática e progressiva" de árvores[60]. A construção das canoas não era feita de modo impensado, afinal, as embarcações deveriam ser resistentes para suportar a viagem, os entraves encontrados nos rios, bem como a carga que transportava. Por isso, a escolha da madeira utilizada era importante, obrigando aos construtores, conhecimento das árvores.

Há também outro aspecto que podemos inferir na relação homem-natureza nesse momento. A natureza que, por vezes, era destruída, podia, por meio do conhecimento de suas propriedades, ser benéfica ao homem, na cura de doenças contraídas na viagem. Era uma relação, pois, que exigia certa intimidade e observação das plantas. O caiapá, a salsaparrilha, a pimenta malagueta, o gengibre, eram utilizados como medicamentos e preventivos[61]. Animais caçados, sobretudo veados e antas, feitos caldo, eram também usados na dieta de doentes.

[59] Idem, ibidem, p.91.
[60] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, p.33.
[61] TAUNAY, A. Op. Cit., 1975, p.152.

A cena descrita e retratada por Florence acontece no rio Pardo[62]. Por que, então, Taunay teria encomendado um quadro que narra um evento ocorrido em outro rio que não o Tietê? Pardim, que estudou a iconografia tieteana do Museu Paulista, acredita que dois motivos podem nortear a escolha de Taunay. Em primeiro lugar, a cena foi descrita como prática de uma monção, o que a indica a integrar a iconografia monçoeira. Em segundo, a tela "poderia ser mais uma utilização simbólica e genérica de uma passagem de Florence"[63].

O mesmo problema acontece com *Encontro de monções no sertão*, de Oscar Pereira da Silva. Florence, quando vivencia esse encontro, já está bastante distante do Tietê. É o primeiro quadro que retrata fielmente as bandeiras: não houve porquê transformar as bandeiras russas em brasileiras se estas também figuram no encontro. Florence não fornece muitos detalhes sobre o encontro das monções, apenas que se tratava da expedição do tenente- coronel Jerônimo, que carregava a bandeira do Império do Brasil, e parou sua viagem por alguns minutos para conversar com os tripulantes da Expedição Langsdorff[64]. No quadro, a luminosidade incide sobre as embarcações e as autoridades reunidas em conversa. Em torno das figuras, inúmeros detalhes que enriquecem a história. Taunay relatou:

> "Estão as praias cheias de caixas, sacos, fardos. À esquerda e ao fundo há um grupo de remeiros e camaradas. No plano principal destacam-se os naturalistas da missão Langsdorff a conversar com os passageiros de categoria que vêm de Mato Grosso a S. Paulo. No primeiro plano um indivíduo esfola uma anta; outro, escama um grande peixe e uma mulher cozinha. À extrema esquerda um personagem desenha, sentado numa rede e outro faz observações com um sextante. À popa dos canoões tremulam as nossas bandeiras imperiais e as da Rússia"[65].

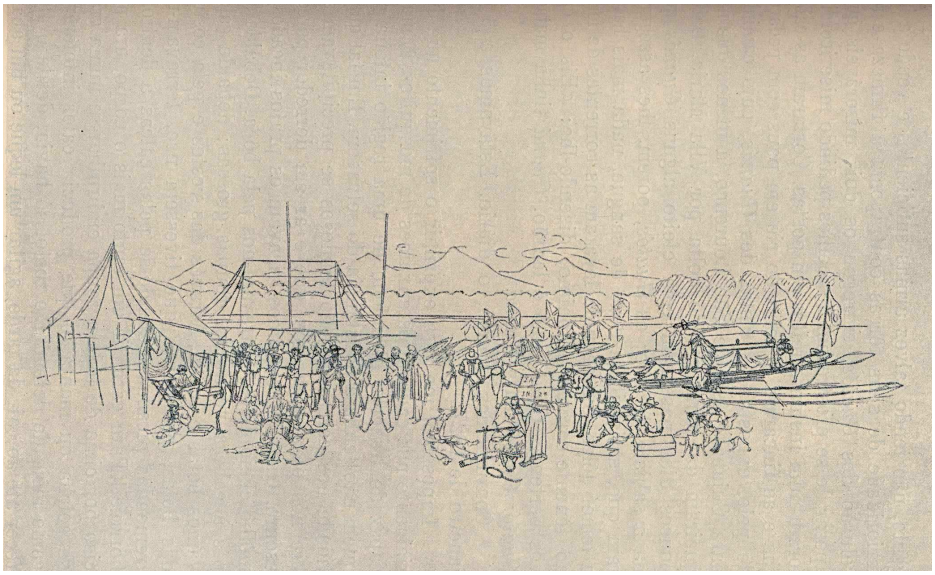
[62] Antes de narrar a queimada, Florence escreve: "Atingimos a embocadura do rio Pardo, célebre entre os paulistas, de um lado pelos perigos e canseiras que aí esperam o viajante ao querer vencer a fôrça de suas correntezas e transpor numerosas cachoeiras e duas quedas; de outro afamado pela beleza das campinas em que corre e que, oferecendo à vista, já farta da monotonia de ininterrompidos matos, vastas perspectivas cortadas de outeiros, riachos e capões, facilitam viagem terrestre, enquanto as canoas sobem, lenta e custosamente, o estreito e tortuoso curso. Pode então cessar o incômodo de estar-se obrigatòriamente sentado ou deitado numa barraca de quatro a cinco pés de largo". (Op. Cit., p.90).

[63] PARDIM, S. Op. Cit., 2005, p.216. Essa apropriação e reconstrução do conteúdo e referências das imagens por Taunay, fica clara também em *Pouso de uma monção à margem do Tietê* (Zilda Pereira), cujo desenho de Florence retrata o rio Pardo.

[64] FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.161.

[65] TAUNAY, A. Op. Cit., t.II, 1975, p.129.

Encontro de Monções no Sertão
Oscar Pereira da Silva
Óleo sobre tela- 172 x 95 cm
Acervo do Museu Paulista da USP



Encontro com uma expedição imperial
Hércules Florence
Extraído de: FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.159.

A imagem é deveras significativa para se compreender sobretudo o momento da alimentação em uma monção. Aproveitava-se, durante o percurso, dos animais de caça e pesca para se compor um repasto melhor, quando isso não era possível, deveriam todos contentarem-se com os alimentos trazidos pela própria monção, se ainda estivessem em boas condições. De forma geral, o feijão, a farinha e o toucinho constituíam os principais gêneros alimentares numa monção. Quando os viajantes encontram espaço apropriado para alojarem-se em terra firme, podiam preparar os alimentos, do contrário, deveriam ingeri-los frios[66].

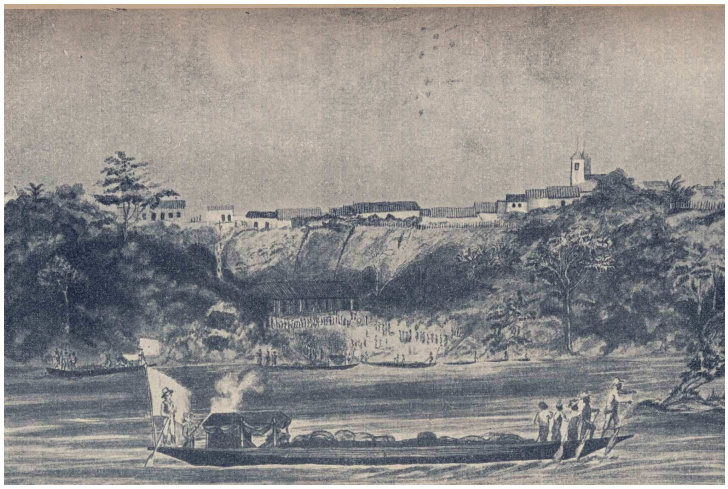
Quando a expedição do Barão de Langsdorff encontra-se com as embarcações imperiais, navegava-se já pelo rio São Lourenço. A passagem, afirma Florence, fora penosa principalmente pela presença dos mosquitos no trajeto do rio. Após o encontro, deixam o São Lourenço para adentrar o rio Cuiabá. Novamente não se trata do Tietê, mas de uma apropriação do relato e gravura de Florence.

Tanto esta tela, quanto a que analisamos anteriormente, levam-nos a recordar a interessante expressão atribuída por Taunay às monções: "via anfíbia". Enquanto todos os outros quadros revelam momentos de contato com o rio, o que prevalecia nas monções, estes dois últimos indicam o contato com a terra. Não se tratam de percursos travados pelos caminhos terrestres, mas de momentos de descanso e alimentação, que necessitavam da segurança proporcionada pela terra.

Outro quadro a figurar na Sala das Monções é *Partida de Porto Feliz*, pintura de Oscar Pereira da Silva, construído tendo como modelo *Partida de Porto Feliz para Cuiabá*, de Adriano Taunay. Este outro desenhista da Expedição Langsdorff foi tio-avô de Affonso Taunay e morreu afogado no rio Guaporé. Ao que se sabe até o momento, sua produção artística é ínfima se comparada à de Florence. Aqui, o Tietê é retratado sem nenhuma alteração do desenho de Adriano Taunay. Nota-se a grande embarcação no centro do rio, com os tripulantes em ordem para a navegação. Da direita para a esquerda, vai o proeiro em pé, seguido de quatro remeiros; na popa, mais dois tripulantes com os remos, sendo um

[66] HOLANDA, S. Op. Cit., 1990, pp. 105-10.

Partida de Porto Feliz (1920)
Oscar Pereira da Silva
Óleo sobre tela- 130 x 86 cm
Acervo do Museu Paulista da USP



Partida de Porto Feliz para Cuiabá
Adriano Taunay
Extraído de: FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.59.

deles o piloto. É a forma convencional de navegação, já citada acima[67], que observamos. O proeiro era figura especialmente importante numa monção: praticamente a vida de todos, como assinalou Holanda, estava nas mãos de um só, o proeiro. Ela era responsável por comandar e aquele que mais se arriscava na transposição das cachoeiras. Além disso, era a pessoa que detinha a chave dos caixões de carne salgada e da frasqueira.

Entre a proa e a popa, como mostra a tela, as cargas e a barraca dispostas. A embarcação porta a bandeira brasileira, diferentemente do desenho de Taunay, em que figura a russa. Ao fundo, vê-se o caminho que leva para o porto, local que hoje abriga o Parque das Monções. Acima, a cidade de Porto Feliz, inclusive as duas torres da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens.

O imaginário de monstros e canoas fantasmas presente no rio também foi pensado para compor o rol de quadros da Sala das Monções. Em duas telas, *Monstro fluvial: Pirataraca* e *Canoa fantasma*, o fantástico que permeia a mente dos mareantes e expressa seus medos fora representado sob o trabalho de Nair Opromolla de Araújo (1914-1982). Taunay, por suas intervenções em todos os trabalhos produzidos para o Museu Paulista, não apenas solicitou os quadros à artista, mas inclusive lhe forneceu todas as orientações:

> "Prezada D. Nair,
>
> Não sei se me fiz compreender a proposta do Bicho Grande do Poço de Pirataraca no Tietê de que falam os cronistas. Imagino o quadro assim:
>
> mata — mata
>
> ▭ ○
>
> canoão — o monstro
>
> mata — mata

[67] Ver página 87.

Monstro fluvial: Pirataraca
Nair Opromolla de Araújo
Óleo sobre tela- 43 x 29,2 cm
Acervo do Museu Paulista da USP

> Num ambiente muito enevoado (como o da 'Partida da Monção') os homens do canoão em atitude de susto, de pé, com a mão sobre a testa, procurando ver através da bruma olham para a aparição atônitos.
> Como representação do monstro pode a Snra. esboçar uma cobra de enorme tamanho muito grossa quase perpendicular sobre o plano das águas em que ela escancarando olhos enormes de acordo com o que (...) Ulrico Schmidel disse segundo lhe contavam os índios viver à margem do Tietê e era imensa"[68].

Como se vê, a pintora seguiu rigorosamente o esboço de Taunay. Chama a atenção no quadro os tons cinza, azul e branco, que, esfumaçados, criam a impressão da bruma (descrita pelo sargento-mor Juzarte) que confere um clima de mistério à cena. Em contrapartida, o canoão, seus tripulantes e a margem do lado inferior da tela, foram compostos de cores vivas, contrastando com o resto do quadro. A imensa cobra, habitante do fundo do rio, surge para amedrontar os navegantes que, perplexos, mãos à testa, buscam analisar aquilo que aparece em meio à bruma.

A cena descrita por este quadro, bem como a do próximo que analisaremos, não se pauta pelo relato de Hércules Florence, como as demais telas; e sim pelo que se encontra nos diários de Juzarte e Ulrico Schmidel, ambos europeus que vieram à América[69]. Juzarte assinalou a presença de densa neblina, que precisaria se dissipar para que a navegação continuasse, e ao passar pelo "poço de Pirataraca", lembrou-se da história de um "grande bicho" que por ali vivia[70]. Já Schmidel foi mais explícito ao narrar sobre o monstro, a grande cobra "Sche Eyba Tuescha".

> "En las tierras de esta nación hay un río llamado Uruguay, en el cual vimos muchas culebras y serpientes que en español se dicen 'Sche Eyba Tuescha', de catorce pasos de largo y dos brazas de grueso en el medio. Causan gran daño, pues si un hombre se baña en el río ou un animal quiere cruzarlo a nado, estas serpientes vienen y los envuelven

[68] Carta de Affonso Taunay a Nair Araújo (27/08/1943). Apud PARDIM, S. Op. Cit., 2005, pp.225-26.
[69] Teotônio José Juzarte legou um diário sobre a monção da qual fez parte, que partiu do Porto de Araritaguaba em 1769. Já Schmidel veio à América espanhola por volta do ano de 1534 e também deixou relato sobre sua experiência no Novo Mundo, narrando, contudo, os primeiros tempos da penetração espanhola na atual Argentina e Paraguai.
[70] MAKINO, M.; SOUZA, J. Op. Cit., 2000, p.43.

con su cola, luego los meten debajo del agua y se los comen. Por esto sacan siempre la cabeza fuera del agua, para ver si hay un hombre o un animal que poder atacar"[71].

O segundo quadro, *Canoa fantasma*, é baseado exclusivamente no diário de Juzarte. Conta-nos o autor do *Diário da navegação*, que um de seus companheiros de viagem, Francisco Pais, veio, afoito, avisar-lhe que vira na outra margem do rio, entre a névoa, uma embarcação escondida, a qual jurava ser composta de seis remeiros e outras pessoas assentadas. De posse dessa informação, saíram Juzarte e alguns de seus homens à procura da embarcação. Passadas vinte e quatro horas, nada encontraram e desistem da busca. Restavam apenas o mistério e as suposições: quem eram? Foragidos? Gente de Cuiabá? [72].

Para a composição dessa cena, escreveu Taunay a Nair Araújo:

"Um outro quadro em que a Sra. Podia passar para um croquis *(sic)* e que seria a réplica deste: num cenário como este representar outra cena das tradições do Tietê das Monções: a do canoão misterioso espécie de nau catarineta do rio.

Num estirão do rio enevoado dois canoões a distância

_____

_____

[71] SCHMIDEL, U. *Relatos de la conquista del Rio de la Plata y Paraguai, 1534-1554*. Madrid: Alianza, 1986, p.105. No princípio de seu relato, Schmidel se reportou à grande cobra e apontou que a história de que esse animal surgia das águas e matava quem nelas estava, provinha dos índios.

"Estando allí cuatro días detenidos, descubrimos en tierra una serpiente grandísima y monstruosa que medía veinticinco pies de largo y tenía el grosor de un hombre, con manchas negras y amarillas. La matamos de un disparo. Los indios que la vieron se admiraron, porque no habían visto nunca ninguna tan grande.

Decían que esta serpiente les había causado grandes daños, pues cuando se encontraban bañándose en el río, había envuelto con su cola a los hombres, y, hundiéndo-los en el agua, los había comido luego, de modo que a menudo no supieron a donde había ido a parar más de un indio. Yo mismo medí con mucho cuidado el largo y grueso de esta serpiente. Los indios la descuartizaron para llevarla a sus chozas y comérsela" (p.41).

[72] MAKINO, M.; SOUZA, J. Op. Cit., 2000, pp.44-5.

Canoa fantasma
Nair Opromolla de Araújo
Óleo sobre tela- 43 x 29,2 cm
Acervo do Museu Paulista da USP

no da frente vultos confusos de homens de costas, vestidos de branco, no de traz uma guarnição de remadores, remando todos a força e na proa um homem de pé soprando enorme buzina.

Na Sala das Monções do Museu a Sra. encontrará todos os documentos necessários à composição do croquis.

(...)

Affonso d. E. Taunay

Rio de Janeiro 27/VIII/ 1943"[73].

No mesmo estilo da tela anterior é composta a *Canoa fantasma*: a embarcação e a vegetação do lado inferior com cores vibrantes, em oposição à nau fantasma e outros elementos envoltos numa atmosfera plúmbea, o que gera uma sensação de distância no observador, estando este mais próximo dos tripulantes da embarcação, que também buscam compreender os vultos disformes que avistam.

Juzarte e Ulrico Schmidel, os dois autores dos documentos que servem de base para a construção das telas, foram homens que navegaram por rios da América, porém eram, antes de tudo, filhos da Europa. O primeiro, português, e o segundo, nascido em Straubing (Baviera). Da mentalidade européia, quanto não há na descrição desses monstros que assombram rios tropicais, assim como as criaturas do mar que amedrontavam os navegadores do Atlântico e do Índico? Todavia, nesses mareantes em questão, soma-se o imaginário europeu que carregam consigo o que encontram aqui na América (relatos novos que ouvem dizer) na constituição de novas criaturas. Pelo que nos revela Schmidel, sabe-se que a gigante cobra d'água que devora homens fazia parte do imaginário indígena, que o autor assimilou e reproduziu em seu relato.

O rio foi o espaço do desconhecido com o qual esses homens desbravadores, muitas vezes a serviço da Coroa, tiveram de operar. Mesmo de posse de um roteiro previamente traçado, quando se conhecia a região ou contava-se com relatos descritivos, toda navegação era um novo desafio. Esse espaço do desconhecido que atormentava os viajantes foi, por vezes, projetado como lugar do sinistro, morada de figuras malsãs. Embora quase sempre a própria navegação de rios, como o Tietê, encachoeirados, cheios de itaipavas, jupiás, já

[73] Continuação da carta de Taunay a Nair Araújo já citada anteriormente. Apud PARDIM, S. Op. Cit., 2000, pp.225-26.

fosse bastante trabalhosa, por si só, não necessitando, além disso, do fantasioso para atemorizar os navegantes.

Por outro lado, Taunay, em seus escritos[74], alertava que o lendário do rio, sobretudo do Tietê, e a história das monções, não dizia respeito apenas a monstros e fantasmas marinhos, mas também à hagiografia. Reportou-se a episódios documentados ou relatados oralmente de bilocação de clérigos, como frei Galvão, que, estando a rezar missa (e mantendo-se no mesmo lugar), teve a capacidade de se transportar para outra região e realizar confissão de monçoeiros moribundos[75]. Portanto, as histórias acerca do sobrenatural e do impossível permeiam o imaginário sobre o rio, conferindo-lhe significativo papel nas tradições e no folclore.

As duas telas analisadas acima, que não são meras ilustrações frente aos outros quadros componentes da Sala das Monções, expressam o interesse de Taunay pela questão do imaginário. O diretor do Museu Paulista também foi autor de *Zoologia fantástica do Brasil* e *Monstros e monstrengos do Brasil*[76]. Especialmente neste último trabalho, analisou o autor, relatos dos cronistas que descreveram monstros marinhos: as serpentes d'água, os peixes monstruosos mencionados como existentes tanto na América quanto na Europa. Descobriu Taunay que havia inclusive um "monstro do Caminho do Mar". Segundo o relato anônimo analisado[77], tratava-se de um gigante, cheio de pêlos pelo corpo, olhos e umbigos vermelhos, que atacava caçadores entre São Paulo e Santos. Não obstante o interesse de Taunay pelo imaginário relativo à fauna brasileira, é interessante notar que o autor trabalhava as descrições com certo desdém, referindo-se a elas como "invencionices fantasiosas"[78].

---

[74] Ver, por exemplo: TAUNAY, A. Op. Cit., t.II, 1975, pp.169-74.

[75] Várias dessas histórias mencionadas por Taunay serão, anos após, aproveitadas por Mello Nóbrega em seu livro que celebra o rio paulista, *História do rio Tietê*.

[76] *Zoologia fantástica do Brasil* é de 1934 e *Monstros e monstrengos do Brasil*, de 1937. Taunay afirmava que a sugestão para trabalhar a zoologia fantástica veio de seu amigo argentino Aníbal Cardoso, autor de *La ornitologia fantástica de los conquistadores*. Já Del Priori acrescenta que a isso deve-se somar a tradução para o português, realizada por Taunay, das obras de Edgard Alan Poe, *Histórias esquisitas* e *Novelas extraordinárias*, e de E.T.A. Hoffmann, *Contos fantásticos*. (TAUNAY, A. *Monstros e monstrengos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.20)

[77] Idem, ibidem, p.257.

[78] Há uma série de passagens em que Taunay revelava que não apresentava posição neutra frente às descrições dos relatos de animais que estudou. Em *Monstros e monstrengos* (1998), podemos encontrar: "Como vemos, em matéria de zoologia fantástica brasileira pouco nos fornece o bom franciscano *[frei Cláudio d'Abbville]*, o que aliás é um título a favor de sua inteligência e da veracidade de seus informes, pois com certeza muitas e muitas coisas estrambólicas lhe inculcaram os índios e outros depoentes das particularidades do Brasil"

Das telas que compõem a Sala das Monções, preparada por Taunay, percebemos uma pedagogia histórica que instrui o visitante do museu sobre as diversas etapas de uma expedição monçoeira: as cenas dos quadros narram a trajetória de uma viagem que é apreendida pelo visitante por meio do olhar, talvez, a forma mais eficaz de se produzir um efeito de aprendizagem sobre o passado. No entanto, são quadros que celebram a Expedição Langsdorff ao serem compostos em sua maioria dos esboços legados por Florence, e que contam com um substrato textual, o próprio diário de viagem do desenhista. Esse aspecto é deveras importante, porque revela o modo pelo qual Taunay se relacionou com as fontes iconográficas. Dois princípios eram-lhe fundamentais: a relação da iconografia com as fontes textuais, e as "qualidades plásticas" da obra, o desenho preciso, detalhado, realista[79]. Da partida de uma monção aos monstros que assombram navegantes, o rio se faz presente em todas as telas. O Tietê vê-se exaltado pela iconografia monçoeira, já que foi o palco de uma das fases da história paulista e do Brasil, como sempre salientou Taunay. Porém, as homenagens rendidas ao rio não findam aí, sua monumentalização ainda está por se realizar, como estudaremos em seguida.

Os quadros que analisamos revelaram traços da materialidade de uma monção e, muitas vezes, aspectos da vivência e da mentalidade dos navegantes. O rio, além de caminho principal nesse movimento, era fonte de vida, pois permitia a pesca quando os mantimentos carregados findavam ou se estragavam, mas também local de morte se precauções não fossem tomadas para evitar seus perigos. Os monstros e lendas também compuseram a história das monções, oferecendo um dado mais humano, indicador dos medos e crenças dos homens antigos. As monções forçaram, como observou Holanda, uma modificação entre os homens que, presos aos limites de uma canoa, tiveram de refrear os ânimos de antigos bandeirantes, acostumados à maior liberdade oferecida pelos caminhos terrestres. Mas qual terá sido a relação entre os paulistas e o Tietê, que Taunay tanto exaltou, no século XX, momento em que a poluição do rio atinge seu extremo?

(p.92). "Terra como o Maranhão, abundante de cigarras, não havia. Faziam estes ortópteros pavorosa algazarra. Do fenômeno acústico de sua cantoria dá-nos frei Ivo *[d'Evreux]* curiosa explicação e de duvidoso cientificismo, é bom que o lembremos..." (p.103). E ainda: "Já, assaz extensamente, demos notícia das inúmeras crendices e abusões, muitas delas grosseiras, e grosseiríssimas até, reinantes no público luso-brasileiro setecentista" (p.241).

[79] CHRISTO, Maraliz de C. V. "Bandeirantes na contramão da história: um estudo iconográfico". In: *Projeto História*. São Paulo, jun. 2002, nº 24, p. 311.

A crescente industrialização utilizou o rio como fonte de energia hidrelétrica. O próprio Taunay, no momento em que escrevia sobre o Tietê, indicava-lhe um novo uso. O Tietê que, no passado, dificultou a ação dos homens, por sua geografia repleta de cachoeiras, saltos, agora, por essas mesmas características, oferecia ao indivíduo moderno, a possibilidade de gerar a energia que provém da água. "É como si *[afirmou Taunay]* o deus hellenico do rio se haja rebellado contra quem lhe percorria os dominios, mas deixa hoje, afinal, domado, que os mesquinhos humanos se aproveitem de sua força enorme!"[80]. Mas a incipiente industrialização também acelerou o processo de poluição do rio.

Ainda hoje, o Tietê é lembrado em algumas manifestações culturais. Mencionamos, anteriormente, a "Semana das Monções", em Porto Feliz, onde realiza-se uma encenação, no trecho do Tietê, palco das expedições monçoeiras. Por sua vez, os paulistas da cidade de Tietê[81], por exemplo, navegam por seu rio na época da Festa do Divino (ver anexo). Pelas águas barrentas de um rio tão consagrado na historiografia paulista, como vimos por Taunay, há, no dia 31 de dezembro, o encontro das canoas em ação de graças ao Divino Espírito Santo, ao qual atribui-se a salvação dos fiéis num momento doloroso em que a cidade fora assolada pela febre amarela. A religiosidade parece ser, atualmente, o único traço de maior contato dos homens com o rio. Mesmo assim, não é intensa o suficiente para evitar sua degradação.

3.3. Monumento aos rios, monumento à nacionalidade

A data de 26 de abril de 1920 foi festiva para Porto Feliz, a antiga Araritaguaba. Muitas inaugurações e personagens ilustres se encontravam na cidade, em comemoração à implantação do ramal férreo da Sorocabana, entre Boituva e Porto Feliz. No trem, que partiu de Sorocaba, realizou escala em Boituva e seguiu para Porto Feliz, fizeram-se representar Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo; Cândido Motta, secretário da Agricultura; Luiz Fructuoso Ferreira da Costa, da Comissão Geográfica do Estado;

[80] TAUNAY, A. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926, pp.96-7.
[81] A cidade de Piracicaba, cujo rio deságua no Tietê, também realiza sua Festa do Divino (ver anexo).

Affonso d'Escragnole Taunay, diretor do Museu Paulista; entre outros[82]. Em agradecimento à construção da estrada de ferro, os portofelicenses ordenaram erigir uma herma em homenagem a Cândido Motta, natural daquela terra, que se esforçava desde longa data para a concretização do ramal Boituva- Porto Feliz.

Realizado o desembarque, a comitiva e o povo caminharam para o Paredão (ou Porto Geral), atualmente "Parque das Monções", para inauguração do monumento comemorativo das monções. Tratava-se de uma coluna rostral em mármore róseo, com uma esfera armilar (instrumento náutico) na parte superior, e, em sua base, a representação, em baixo relevo, de três importantes obras referentes às monções, que constituíram-se também em homenagem aos seus autores que legaram testemunho do movimento monçoeiro e engrandeceram-no com sua arte: "Partida das monções", de Almeida Júnior; "Benção das canoas", de Hércules Florence; e "Largada de Porto Feliz", de Adriano Taunay (já analisadas anteriormente). Esse monumento foi executado por Amadeu Zani, porém quem o idealizou foi Taunay.

Posteriormente a essa inauguração que rememora as monções, Vicente Themudo Lessa, sócio efetivo do IHGSP, escreveu um breve artigo que foi publicado na revista do Instituto, em que reportou-se ao monumento às monções. Suas palavras merecem citação pela evocação sentimental que exprimem, advinda do cumprimento do dever cívico, que o autor localizou em suas passagens a Porto Feliz, berço de uma das maiores fases da história paulista.

> "Pela terceira vez visitei Porto Feliz a longos intervalos 1917, 1922, 1931.
>
> Como das outras duas vezes, um dos meus primeiros cuidados foi descer ao porto geral, cumprindo um dever cívico. Era a hora do crepusculo, que convidava a meditar. E meditei na epopéa do século XVII traçada pelos paulistas de antanho, quando dali se abalavam a devassar os sertões de Mato-Grosso. Iam em busca de aventuras e de ouro e diamantes. Eram as monções célebres que o pintor Almeida Junior immortalizou na tela. Eram também expedições commerciaes, partindo as caravanas em diversos batelões que desciam pelo grande rio paulista até a sua foz. Levavam comsigo os productos do mundo civilizado que permutavam por metaes preciosos.
>
> Do Tietê deslisavam para o caudaloso Paraná e dahi embicavam pelo rio Pardo até o varadouro de Camapuan, de onde faziam baldeação para o Coxim e o Taquary, deste

[82] *São Paulo Illustrado*. Sábado, 5 de junho de 1920.

Monumento às monções

Detalhe da base do monumento:
representações das obras de Almeida Jr, H. Florence
e A. Taunay

> ultimo iam ter pelo Paraguay ao São Lourenço e por fim ao Cuyabá, até a localidade deste nome"[83].

Lessa permite-nos entrever a vinculação estreita e eficaz entre a política e os sentimentos. O escritor teve o "cuidado", segundo suas próprias palavras, de visitar a cidade e exercer seu dever patriótico. Os monumentos ali expostos, a coluna comemorativa, o fragmento de um batelão (ao qual o autor se referiu em seguida no seu texto), e, como não poderia deixar de ser, o veículo principal das monções, o rio, conduziram-no a rememorar como teriam sido as monções. Os objetos e elementos do local revelam uma identidade ao autor pela historicidade que carregam. Mesmo Lessa não tendo participado dessa história, aprendeu a amá-la e sentir-se parte dela. Taunay e os políticos presentes em Porto Feliz, em 26 de abril de 1920, se ouviram ou leram o artigo de Lessa, devem ter se orgulhado em notar que os monumentos que inauguraram provocaram num cidadão o sentimento e a identidade desejados.

O próprio Taunay também proferiu um discurso no momento de inauguração da coluna rostral, historiando aos ouvintes a significação das bandeiras e do movimento monçoeiro, no mesmo local de onde partiam os antigos batelões. Em seu discurso, posteriormente publicado sob o título de *À glória das monções*, Taunay advertia a importância histórica do rio Tietê como via privilegiada para o adentramento ao sertão e conseqüente configuração territorial do país[84]:

> "No conjuncto das vias de penetração do Brasil selvagem e desconhecido, nenhuma tem a significação historica que siquer de longe se approxime da que empresta ao Tietê tão notável realce. Está o nome do grande rio de São Paulo indestructivelmente ligado á historia da construcção territorial do Brasil"[85].

[83] LESSA, Vicente T. "Reminiscencias de Porto Feliz". *Revista do IHGSP*, v.XXIX, 1932, p.77.
[84] Este intróito sobre o rio Tietê se repete em outros artigos de Taunay, como, por exemplo em: TAUNAY, A. "A grande via secular do Oeste". *Mensário do Jornal do Commercio*, t. XXV, v. I, pp.177 e ss., 1944. E: TAUNAY, A.Op. Cit., 1975,t. II, p.107.
[85] TAUNAY, A. *À glória das monções*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1920, p.06.

Da grandeza do Tietê não se deve duvidar. Seu nome está vinculado à história do Brasil muito além de qualquer outra via fluvial. O rio paulista, entretanto, não oferecia amenidades àqueles que o navegaram. Ao contrário, suas muitas dificuldades são relatadas por viajantes que legaram diários ou anotações de suas navegações. Para Taunay, esses percalços tinham uma finalidade, consentida pela Providência, que rege a história dos homens: o grande rio quisera provar a heroicidade de seus mareantes. Afinal, os heróis só o são por vencerem os desafios.

> "Inçado o seu curso de difficuldades e perigos de todos os momentos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento da navegação dilatada, para manter exercitadas as qualidades de resistencia e a capacidade de soffrimento dos seus navegadores rudes"[86].

Prosseguiu Taunay, ainda, a comparar o Tietê aos demais rios brasileiros, sempre a demonstrar a superioridade do primeiro. Rio que corre em direção ao mar, direcionou os que ultrapassavam seus perigos ao sertão, terra de novas possibilidades e conquistas.

> "Nelle *[Tietê]* não se nota a placidez lacustre das águas amazônicas, permittindo a entrada das esquadras, por milhares de kilometros, a dentro do Continente, nem os enormes trechos livres do S. Francisco, do Uruguay e do Paraguay, nem a navegabilidade absoluta do Itapicuru ou do Parnahyba. A cada passo barrado pelas itaipavas e as corredeiras, obstruído pelos grandes saltos intransponíveis ás embarcações, defendeu o Tietê o seu sertão e os mysterios do centro Sul americano, com toda a energia das suas águas quase sempre escachoantes. Era o adversário digno de ser vencido por aquelles que o dominaram"[87].

Os principais rios do território brasileiro são mencionados na passagem acima. Nenhum deles, segundo Taunay, apresenta as dificuldades oferecidas pelo Tietê na

[86] Idem, ibidem, p.06.
[87] Idem, ibidem, pp.06- 07.

navegação. Se a placidez do Amazonas, as zonas livres do São Francisco, Uruguai e Paraguai, a navegabilidade do Itapicuru e Parnaíba, o Tietê não apresenta, é ele, porém, que transporta as expedições rumo ao sertão, permitindo aos paulistas a anexação de "milhões de kilometros quadrados"[88] ao Brasil. Desde D. Luis de Céspedes Xeria, que esteve em São Paulo no ano de 1628, até as frotas monçoeiras, passando pelo uso do rio que os indígenas faziam anteriormente aos portugueses, prova o Tietê sua importância histórica. Um rio dessa expressividade mereceria ser honrado por um monumento. Foi justamente essa a sugestão de Taunay, quando das palavras finais de seu discurso.

O autor encontrou a fundamentação da sua proposta na Antigüidade, no Palácio de Persépolis. Para os historiadores dessa época (Antigüidade), dentre as maravilhas que o Palácio apresentava, nenhuma suplantava a simplicidade e simbologia de uma sala em que, em cada um de seus quatro cantos, havia um pedestal encimado por ânforas de mármore cheias de água. Eram águas do Nilo, Danúbio, Indo e Eufrates.

> "Aquellas simples amphoras, depositarias daquelles líquidos, symbolisavam do modo mais vehemente, forçando a necessidade de uma *evocação synthetica* tão rápida quanto completa, a vastidão da monarchia construída pelos Achemenidas"[89].

Os quatros rios representados naquelas ânforas, os maiores da região, não apenas em extensão, mas sobretudo em significação histórica, eram "evocação sintética", simbologia metonímica do amplo império aquemênida. Desta forma, de acordo com Taunay, também no Brasil poderia se construir um monumento ao rio que possibilitou ao país, a partir de uma grande raça que enfrentou sua geografia, ser maior do que a linha de Tordesilhas impunha.

[88] Idem, ibidem, p.05.
[89] Idem, ibidem, p.40. (grifo nosso)

> "Assim, senhores! Quando á gratidão brasileira se impuzer, como saldamento imperioso de uma divida enorme, a necessidade da erecção de um monumento destinado a rememorar os feitos daquelles que alargaram o Brasil pela América do Sul a dentro- e no dia em que um monumento nacional como este que se vai erigir aos homens da nossa Independência se erguer e estes filhos de S. Paulo, portadores das quinas ao coração do continente e doadores ao Brasil, de milhões de Kilometros quadrados de territórios admiráveis, fiquemos certos de que a tal monumento não póde faltar o logar para amphora d'água do rio das bandeiras paulistas!"[90].

A ânfora do Tietê seria símbolo de São Paulo e dos paulistas, o que equivale a dizer, símbolo do próprio Brasil, pois, como discutido anteriormente, na história escrita por Taunay, o país se forma por meio da ação dos bandeirantes paulistas. Quando, anos mais tarde, a idéia da ânfora deixa de ser discurso e torna-se materialidade no Museu Paulista, as águas do Tietê são colhidas exatamente no trecho do rio em Porto Feliz. Ao que parece, esse discurso, proferido por Taunay em 1920, foi o discurso-fundador da idéia de se construir ânforas que portem água dos rios brasileiros, pois, a sugestão da criação da ânfora do rio Tietê se expande para outros rios brasileiros.

Até hoje, quem realiza uma visita ao Museu Paulista, percebe a imponência de um "monumento aos rios"[91] logo na escadaria. Estas ânforas compõem espaços outrora vazios nas pilastras da escadaria ou, então, preenchidos por vasos de flores, como mera decoração. Taunay, formado engenheiro e provavelmente atento a esses vazios, soube aproveitá-los e compô-los de forma a tornar mais aprazível a ornamentação do *hall* principal. Contudo, o monumento aos rios não trata apenas de evocação estética, há, sustentando esta proposta, um significado político e histórico óbvio de representação da vastidão territorial do Brasil. E ainda: tem "isto em vista não só evocar a vastidão de nossa Patria como sobretudo, o aspero combate dado, pelo Brasil em construcção, ao deserto, ao Sertão e á corôa de Espanha, para que o nosso territorio, mutilado pelo tratado de Tordesilha e alargado pelas bandeiras pudesse abranger as regiões onde correm quasi todos estes grandes caudaes"[92].

[90] Idem, ibidem, pp.40-1.
[91] Este é o termo utilizado por Taunay para se referir aos vasos de bronze que sustêm as ânforas com água dos rios.
[92] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1928*, APMP/ FMP, L.12, p.14.

Escadaria do Museu Paulista
antes de colocadas as ânforas
(vasos de plantas como ornamentação)
Acervo Museu Paulista / USP

Escadaria após a colocação
das ânforas
Acervo Museu Paulista/ USP

Através de uma proposição de Mattos[93], podemos visualizar que há ainda outra possibilidade, que se soma à própria proposta de Taunay, para o monumento aos rios: a confecção do *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas* (ver anexo). Ao desenvolver essa carta, antes mesmo de 1922, Taunay possivelmente expandiria a compreensão da importância dos rios e seu simbolismo na construção da nação. "Esse mapa, que representava justamente os rios que ajudaram no avanço dos bandeirantes para dentro do território, assim como os focos de colonização no interior do País, forneceu a 'metáfora' ideal que permitiria falar da formação do Brasil, projetando São Paulo como o principal responsável pela grandeza do território e pelo surgimento da Nação"[94]. De fato, no *Ensaio*, muitos dos caminhos dos bandeirantes se sobrepõem a rios, o que pode ter amadurecido a idéia, em Taunay, de, a partir da ânfora celebrativa do Tietê, sugerida em 1920, expandi-la a outros rios.

Nota-se, inclusive, a ampliação da idéia das ânforas por meio dos Relatórios de Atividades apresentados ao Secretário do Interior, anualmente. Em 1923[95] já se anuncia a intenção de fundir vasos de bronze para conter recipientes de cristal em que se pusesse água dos maiores rios. Todavia, por falta de verba, somente em 1928 e 1930, Taunay conseguiu inaugurar as diversas ânforas na escadaria do museu. Todos os Estados brasileiros estavam representados pelos rios. A saber: os Estados do Amazonas e Pará foram recordados pelas águas do rio Amazonas, e as bacias ao sul e norte deste mesmo rio, que se estendem do Amazonas ao Mato Grosso, pelos rios Madeira e Negro. Novamente o Pará e também Goiás e Maranhão, pelo Tocantins. São Paulo, Mato Grosso e Paraná, pela ânfora do rio Paraná. O rio Paraguai cuidou de representar mais uma vez o Mato Grosso e a imensa bacia central do interior do continente. O Uruguai relembrou os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aos quais serve de fronteira. Ao São Francisco coube a síntese de cinco Estados: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Ainda a ânfora do rio Doce para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; a do Paraíba para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; a do Assu, Paraíba e Rio Grande do Norte; a do Jaguaribe para o

[93] MATTOS, C. "Da palavra à imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista". *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Nova série, n. 07. São Paulo, 2003, pp.123-48.
[94] Idem, ibidem, p.143.
[95] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1923*. APMP/ FMP, L.7, p.09.

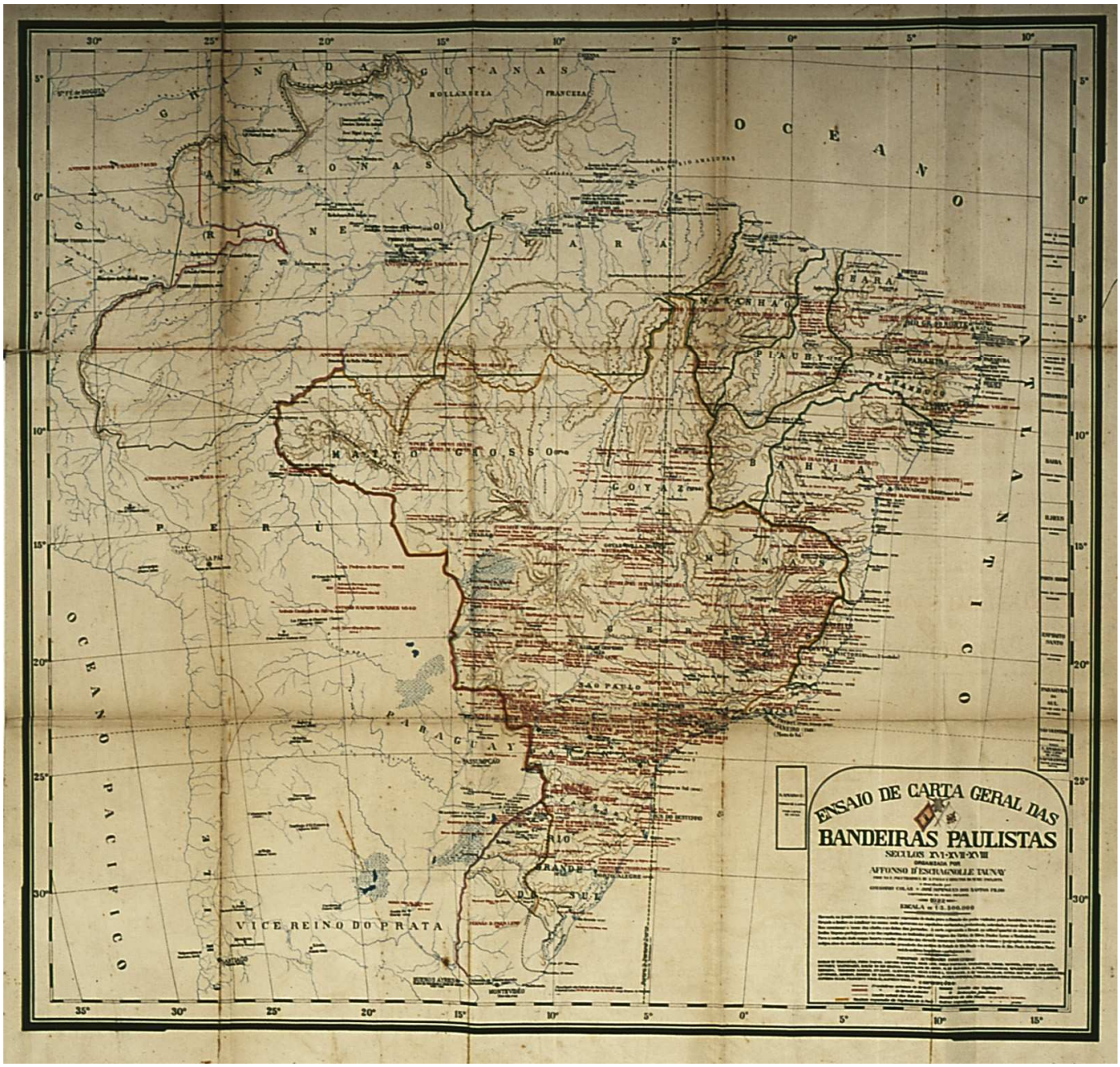


FIGURA 3- *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas- séculos XVI, XVII, XVIII*
Acervo Museu Paulista/USP
Fotografia colorida ampliada. (foto de Hélio Nobre)

Ceará; o Parnaíba simbolizava Piauí e Maranhão; o Javari, o Acre; e inclusive uma ânfora para o rio da Federação, o Carioca[96].

A simbologia maior dessas ânforas, entretanto, estava em duas delas, que misturaram águas do Oiapoque e Chuí, e Javari e Capiberibe, expressando, respectivamente, a unidade do território pela junção das águas de seus rios mais extremos: os do Norte-Sul e Leste-Oeste. Esses dois vasos alocados no centro da escadaria expressam por si mesmos a simbologia metonímica criada por Taunay através do monumento aos rios. Ao levar a natureza, expressa pelas águas, para dentro do museu, intencionando, desta maneira, simbolizar a nação, construiu um projeto das partes (os rios) pelo todo (a nação). É interessante recordar que a projeção dos rios pela nacionalidade figurara ademais na Exposição Universal de Paris, no ano de 1889. Dentro da perspectiva de uma Exposição Universal, cada país fez-se representar por aquilo que expressava de mais peculiar, e nos ornamentos do pavilhão externo do Brasil, estavam seis figuras de índios, que simbolizavam seis rios brasileiros: Amazonas, São Francisco, Tietê, Paraná, Paraíba e Tocantins[97].

A concepção dos suportes de bronze dos vasos que carregam as ânforas foi de responsabilidade de Adrien-Henri-Vital Van Emelen[98], mas o escultor foi Elio de Giusto. Taunay fez questão de recolher as águas de cada rio *in loco*. Para isso, contou com a colaboração de vários representantes de Estados brasileiros e particulares, amigos seus, que realizaram a coleta das águas e remeteram-nas ao Museu Paulista[99]. Preocupou-se Taunay, além disso, em fazer representar, nos vasos das ânforas, a fauna e a flora características da região por onde os rios corriam. O interesse de Taunay com a história natural é instigante. Vimos anteriormente que o diretor do Museu Paulista desenvolveu pesquisa sobre a

---

[96] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1930*. APMP/ FMP, L. 14, pp. 19-20.

[97] BARBUY, Heloísa. "O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal". *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Nova Série, v.4, São Paulo, 1996, pp.221, 245-48.

[98]MAKINO, Myioko. "Ornamentação do Museu Paulista para o primeiro centenário: construção de identidade nacional na década de 1920". *Anais do Museu Paulista. História e Cultura* Material. Nova Série, n.11. São Paulo, p. 173.

[99] *"A água do Chuy recebi-a graças a gentileza e obsequiosidade do illustre amigo o Snr. General A. Malan d'Angrogne, do Oyapok, por intermedio do distinctissimo demarcador de nossas fronteiras o Commandante Braz Dias de Aguiar. A do Capiberibe obtive-o graças á gentileza do Dr. Edgard Teixeira Leite actual Secretario da Agricultura do Governo Provisório de Pernambuco. E o de Javary mandou-a ao Museu o então Presidente do Amazonas, Dr. Ephigenio de Salles"*. (TAUNAY, A. *Relatório referente ao ano de 1930*, APMP/ FMP,L.14, p.19). As águas dos rios serão trocadas em 1990, por estarem em estado putrefato. Mas novamente coletadas *in loco* com auxílio da Varig (ver fichas referentes às ânforas-Setor de Objetos-MP).

zoologia fantástica, abordando textos dos viajantes em que as mais esdrúxulas criaturas criaram vida. Quando herdou a direção do Museu Paulista, após a chefia de von Ihering, não aboliu a publicação, tampouco alterou o perfil da *Revista do Museu Paulista*, cujos artigos continuaram a ser de história natural, mesmo sendo ele responsável pela transformação do museu em um museu histórico, segundo confirmou Brefe[100]. As ânforas que portam água dos rios brasileiros e os motivos florais e faunísticos que foram estampados nos vasos endossam o interesse pela natureza-agora transportada para o interior de um museu histórico- na constituição da nacionalidade.

Para os rios do Norte do país, por exemplo, Taunay escolheu a cigana[101], ave de vistosa plumagem e tipicamente amazônica, para figurar no vaso das ânforas. Entretanto, percebeu que essa ave, com suas pernas curtas, e pela reprodução dos vasos serem monocromáticas (em bronze), não traria equilíbrio de proporções aos vasos. Em reflexão com Elio de Giusto, adotaram o jacamim como símbolo dos rios do Norte. Para a flora ribeirinha, a canoa e a canarana[102]. Uma segunda série de vasos utilizariam as colhereiras, socós e garças. Os vasos dos rios do Sul, e especialmente o confeccionado para o rio Tietê, contariam em sua ornamentação com a anhuma, ave cuja abundância foi muito ressaltada pelos viajantes.

A escolha da anhuma para representar o rio Tietê envolve uma intensa discussão etimológica sobre o vocábulo "Tietê". Segundo recordou Nóbrega[103], Taunay acreditava que o nome do rio paulista provinha do significado atribuído a "Anhemby" por D. Luis Céspedes Xeria, ou seja, "rio de unas aves añumas". Xeria teria sido o primeiro navegante do Tietê a legar um esboço cartográfico onde o rio fora representado. Tendo ele vivido de 1628 a 1657 entre os índios do Paraguai, possuiria autoridade em guarani para afirmar o significado do termo. Por esta razão, tem-se estampada no vaso do Tietê e demais rios do Sul, a ave anhuma.

---

[100] BREFE, A. Op. Cit., 2005.

[101] A vinculação dos elementos naturais (rio, fauna, flora) parece ter um grande poder evocativo. Euclides da Cunha, em *À margem da história*, ao descrever o rio Amazonas, considerado por ele o "menos brasileiro de todos os rios", referiu-se à cigana como ave típica do Norte. Escreveu o autor: "E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animaes que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples élos da escala evolutiva. A *cigana* desprezível, por ex.: que se empoleira nos galhos flexíveis das oiranas, trazendo ainda na aza do vôo curto a garra do réptil..." (1922, p.07).

[102] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1928*. APMP/ FMP, L.12, p.14.

[103] NÓBREGA, Mello. *História do rio Tietê*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.36.

Apesar disso, Taunay sabia do debate travado sobre o real sentido da palavra. Momento houve em que o rio apresentou dois nomes: Tietê e "Anhemby", representando dois trechos do mesmo rio. Da nascente ao Salto de Itu recebia a denominação de Tietê. "Anhemby" seguia para o trecho a jusante deste salto até sua foz. Ademais, os tupinólogos e estudiosos da língua em geral muito polemizaram sobre a forma correta de se escrever e pronunciar o nome do rio paulista[104].

Dácio Pires Correia produziu um artigo em que suscitou debate sobre a escrita e pronúncia do rio paulista: Tietê ou Tieté? Seu texto foi um esforço para uniformizar tanto a grafia quanto a pronúncia para Tietê. Apesar de alguns estudiosos de tupi acreditarem que o correto seria Tieté, Correia defendeu que o acento circunflexo deveria prevalecer, pois assim falavam os piratininganos, os descendentes dos tupis e muitos daqueles contemporâneos seus, estudiosos da língua indígena. Ademais, significando *Ti*, água, rio, e *etê*, legítimo, grande; de onde se obtém "Rio Grande", só este poderia ser o verdadeiro sentido do rio paulista[105]. "Abandonemos *[conclui o autor]* para sempre esse impróprio accento agudo, substituindo-o pelo suave e doce circumflexo que é o real, o legitimo, o verdadeiro, e o único que exprime fielmente a pronuncia generalizada da tupínica palavra-Tietê"[106]. A problemática sobre a etimologia de Tietê ou Tieté não é mera discussão de especialistas, revela todo o debate sobre como foi pensada a nacionalidade no momento em questão, sobretudo, nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo[107]. E nada mais propício para muitos que optar e defender o sentido do nome que engrandece o rio, o mais importante dos caminhos fluviais para aqueles que compreendiam que a pátria Brasil formara-se pela ação dos paulistas.

O significado atribuído por Xeria a "Anhemby" (rio das aves anhumas), deve ser, segundo Taunay, o aceito. Para ressaltar sua opinião, outros navegantes também registraram a grande quantidade das aves anhumas no curso do Tietê. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, cuja expedição partiu de Araritaguaba em 1784, reportou-se a uma ave,

[104] TAUNAY, A. *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, pp.16-17.
[105] Tieté, por sua vez, significaria "rio de águas salobras".
[106] CORREIA, Dácio. "Tietê ou Tieté?". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.XXIII, 1925, p.300.
[107] O problema sobre a grafia do nome do rio inseria-se no debate sobre as contribuições indígenas à civilização paulista e brasileira. Ver: FERREIRA, Antonio Celso. Op. Cit., 2002, pp.142-3.

Ânfora com água do rio Tietê.
Acervo Museu Paulista/USP
(foto Hélio Nobre)

Ânfora com água do rio S. Francisco
Acervo Museu Paulista/USP
(foto Hélio Nobre)

Ânfora com água do rio Amazonas
Acervo Museu Paulista/USP
(foto Hélio Nobre)

Integração nacional: ânfora dos rios
Javari e Capiberibe
Acervo Museu Paulista/USP
(foto Hélio Nobre)

Os vasos de bronze estampam a flora e fauna das áreas ribeirinhas

chamada anhuma e parecida com um peru, abundante às margens do Tietê e muito procurada pelas pessoas daquele caminho, devido aos ferrões e unicórnio que essa ave portava, ao qual lhes atribuíam poder de contraveneno[108]. A descrição feita por Florence, em 1826, após mais de um mês de viagem pelo Tietê, aproximava-se em certa medida da de Lara e Ordonhes:

> "Achamos a cabeça e o pescoço de uma *anhuma*, pássaro do tamanho de uma perua e que tem um chifre comprido no alto da cabeça. *(...) [A]* anhuma, pássaro raro e notável, como dissemos atrás, pela excrescência córnea e fina, e de três e meia polegadas de comprido, que lhe nasce da cabeça. Tem também no encontro das asas dois esporões que, como armas defensivas, podem causar ferimentos graves. A plumagem é branca e preta, sarapintada na cabeça, preta e parda ao redor dos olhos, escura no resto do corpo, com exceção da barriga que é branca"[109].

Outro ponto interessante a se notar sobre os vasos e ânforas dos rios, diz respeito à sua disposição no museu. Foram eles alocados, como já afirmamos, na escadaria do museu. Mesmo aproveitando-se de espaços outrora vazios sob as pilastras da escadaria, a colocação dos vasos nesse exato local insere-se em meio a uma história que é contada, em que se recorda o bandeirismo. A escadaria é dominada pela estátua de D. Pedro I. Para a composição dos pedestais que ladeiam a estátua, Taunay escolheu a imagem de alguns dos principais bandeirantes, aos quais a nação brasileira devia a maior parte de seu território.

> "Ao nivel do pedestal da estatua de D. Pedro I. deixou o architecto seis outros pedestaes menores, dominando a caixa da escadaria.
>
> Resolvi consagrar estes espaços a recordar o bandeirismo, facto culminante da historia nacional, representando a expansão brasileira para Oeste e sem a qual seria o nosso território um terço do que é. Sobre os pedestaes, pois, coloquei seis bandeirantes celebres como a montar guarda ao proclamador da Independência brasileira e aproveitando o facto de que são seis estas estatuas achei que cada uma dellas podias

[108] TAUNAY, A. "Carta de um passageiro de monção". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXVI, v.2, 1944, p.296.
[109] FLORENCE, H. Op. Cit., 1948, p.83.

> *[sic]* symbolisar uma das unidades da Federação que foram territorio de S. Paulo. Assim, escolhi as seguintes figuras: capitães e symbolicas do bandeirismo de S. Paulo: Manoel de Borba Gato (Minas Gerais); Paschoal Moreira Cabral (Mato Grosso); Bartholomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (Goyaz); Manoel Preto (Paraná); Francisco Dias Velho (Santa Catharina) e Francisco de Brito Peixoto (Rio Grande do Sul). Em cada pedestal se inscrevem o nome do Estado e a data de sua separação de S. Paulo"[110].

Ainda entre as estátuas dos bandeirantes e do imperador, quatro painéis referentes a fases da história nacional: "O ciclo da caça ao índio", "Criadores de gado", "Ouro" e "Tomada de posse da Amazônia por Pedro Teixeira". Foram postos também óculos com nove brasões das mais antigas cidades do Estado de São Paulo: São Vicente, Santos, Itanhaem, São Paulo, Parnaíba, Itu, Taubaté, Sorocaba e Porto Feliz.

Cada detalhe dessa ornamentação do *hall* e escadaria do museu[111], realizada pelas mãos de Taunay, reforça a vinculação entre a história escrita por Taunay e sua prática de museógrafo no interior do Museu Paulista e em outros espaços em que colaborou para a construção de monumentos, tal como se operou com a coluna rostral comemorativa às monções. No Museu Paulista, portanto, Taunay pôde transformar em materialidade muitas de suas concepções históricas, todavia, seus trabalhos históricos também tenham sido realizados conjuntamente com sua atuação administrativa, de forma a haver uma complementarização das atividades.

Quando Taunay fora escolhido para dirigir o Museu Paulista, recebeu uma missão: findar a decoração do museu para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922. No Salão de Honra, encontrava-se a famosa tela de Pedro Américo, *Independência ou Morte!*, que retrata o momento do brado da Independência dado pelo imperador às margens do Ipiranga. O riacho corre a alguns metros abaixo do museu, sendo este próprio um edifício-monumento, criado justamente no local onde se passara a cena retratada pelos pincéis de Pedro Américo[112]. Com a incumbência da inauguração do museu para o Centenário, o *hall* visava sintetizar a integração nacional:

---

[110] TAUNAY, A. *Revista do Museu Paulista*, 1923, p.731.

[111] Para sermos exatos, podemos visualizar esta ligação entre o trabalho de historiador e a prática de museógrafo por todo o museu, embora, neste capítulo enfoquemos apenas a decoração do *hall* e da escadaria.

[112] Sobre a construção do Museu Paulista, a referência de um elemento natural na proclamação da independência e a importância do Tietê, Taunay escreveu:

> "Em summa, o que a decoração symbolica do grande *hall* do Museu procura synthetisar é a unidade nacional, pela recordação das grandes phases da construcção territorial brasileira, desde os annos da descoberta e os do primeiro povoamento até 1822, em que o Brasil se constituiu em Nação, tendo-se em vista que o edifício do Museu Paulista foi especialmente construído para commemorar o grande acontecimento de 7 de setembro de 1822, como a architectura, a cada passo, no *hall*, o recorda"[113].

Se no interior desse projeto de integração nacional, na escadaria do *hall*, foram transportadas águas dos maiores rios brasileiros, representando cada qual uma parte da Federação, nota-se, porém, que dentre os rios representados, não figura o Tietê. Onde estaria o maior dos rios, aquele a partir do qual surge a idéia de se compor as ânforas? Desde o princípio, Taunay projetara um local de destaque para o rio paulista que foge para o sertão. Em 1923, declarava que em "frente á escadaria no eixo do edifício a meia distancia entre as estatuas de Raposo Tavares e Fernão Dias Paes eu collocaria uma pequena columna rostral consagrada ao Tietê, encimada também por uma amphora, com a água do rio das monções, o rio paulista por excellencia"[114].

Os bandeirantes Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes Leme foram considerados por Taunay como verdadeiros heróis. Taunay inclusive realizou uma biografia desses personagens, figuras máximas de dois grandes ciclos das bandeiras: o ciclo da caça ao índio e o do ouro. Sobre Raposo Tavares, salientou a pouca documentação existente, o que retardou em parte seu estudo, além disso, em virtude da homonímia, muitos erros foram cometidos sobre um dos maiores bandeirantes. Tavares percorreu grande parte do

---

"De um momento para outro adquiriu aquelle modestíssimo e feio trecho de charneca *[refere-se à região do Ipiranga]* o mais extraordinário prestigio, desde que, pelas 4 e ½ da tarde de 7 de setembro de 1822, clamou o Príncipe Regente, á face dos povos, que o Brasil se desligava de Portugal.

Para identifical-o era preciso recorrer a um padrão natural e este só poderia ser um: o riacho do Ypiranga, correndo a uns trezentos e cincoenta metros do lugar onde o Príncipe soltara o seu brado de revolta e esperança. E desde ahi associou-se á da existência do riacho, modesto affluente do Tamanduatehy e, portanto, confluente do Tietê.

Já servira muito a água do rio de 7 de setembro para avolumar o caudal, que sustivera as quilhas das canoas das monções. Graças a ella se auxiliara a penetração para Oeste desse Brasil mutilado pelos tratados e dilatado pelas bandeiras á custa dos castelhanos...

Humilde componente do grande systema do velho rio das entradas, ia-lhe o nome, de um momento para outro, adquirir a mais prestigiosa reputação, tornando-se familiar e venerando a todos os filhos da terra brasileira". (TAUNAY, A. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937, pp.07-08).

[113] Idem, ibidem, p.62.

[114] TAUNAY, A. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1923*, APMP/ FMP, L.7, p.09.

país, da região Sul até o Norte, na foz do Amazonas. Segundo Taunay, esse "homem de ferro"[115], foi um dos símbolos da integração brasileira. Já sobre Fernão Dias Paes, Taunay realizou biografia mais extensa e ressaltou, inclusive, seus "sentimentos humanitários": o "governador das esmeraldas" fora um espírito conciliador entre famílias rivais da sua época (Pires e Camargos), além de aproximar a Câmara e o vigário Domingos Gomes Albernaz, como verdadeiro "anjo da paz"[116]. Muito generoso, Fernão Dias também apressou e colaborou na construção do mosteiro de São Bento, da cidade de São Paulo. Além disso, Taunay atribuiu a esses bandeirantes uma consciência que, segundo visto em Holanda[117], não lhes fora possível ter: a intenção de alargar as fronteiras do país.

Esses dois bandeirantes apareceram, inclusive, como figuras emblemáticas num filme produzido por Humberto Mauro, *Bandeirantes* (1940)[118], que contou com a coordenação histórica de Taunay e colaboração de Roquette Pinto. O filme se inicia com a figura de Affonso Taunay, apresentado como "o grande historiador das bandeiras paulistas". A história que é contada narra a divisão do Brasil pelo Tratado de Tordesilhas, depois em capitanias hereditárias, o surgimento e desenvolvimento de São Paulo, a figura de Anchieta na catequização dos índios, e o início do bandeirantismo a partir de São Paulo, momento a partir do qual aborda-se a trajetória de Raposo Tavares[119] e Fernão Dias. A importância desse filme foi reproduzir, de forma pedagógica e instrutiva para a população, o movimento das bandeiras, em tom heróico (como Taunay o fez), mesmo que alguns problemas quanto à abordagem dos temas tenham surgido entre Taunay e Roquette Pinto, por exemplo. O principal ponto de divergência entre os dois, segundo assinalou Brefe[120],

[115] TAUNAY, A. Op. Cit., 1926, p.14.
[116] Idem, ibidem, p.32.
[117] HOLANDA, S. Op. Cit., 1986. O autor afirma:
"A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área da colonização lusitana" (p.28).
[118] O filme foi produzido com respaldo do INCE, mas a Cinemateca Brasileira detém uma cópia da obra de Mauro.
[119] No momento em o filme aborda a atuação de Raposo Tavares, há uma cena muito interessante: no avanço dos bandeirantes, árvores são derrubadas, rios ultrapassados, índios expulsos. A natureza, quando obstrui a ação dos homens, é sistematicamente destruída.
[120] BREFE, A. Op. Cit., 2005, p.205. A autora debate o pressuposto de "arianização" que Taunay propôs e ao qual Roquette Ponto combateu.
Ainda sobre o filme e as diferentes perspectivas envolvidas em sua abordagem, ver: MORETTIN, Eduardo Victorio. "Quadros em movimento: o uso das fontes iconográficas no filme *Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998, v.18, n.35.

residia no fato de que para Roquette Pinto, a questão primordial das bandeiras estava nas raças e, para Taunay, no território (a "conquista do Brasil pelos brasileiros").

Personagens tão ilustres de nossa história, segundo Taunay, só poderiam mesmo serem dignificadas, e assim o foram através de suas imensas estátuas presentes no Museu Paulista. São monumentos em homenagem a dois heróis que sintetizam duas fases máximas do bandeirismo, como já explicitamos. "Está Antonio Raposo caracterisado num gesto de devassador de terras com o braço alçado ao nivel dos olhos como quem explora o horizonte e Fernão Dias Paes examina um mineral"[121].

Acompanhando a obra historiográfica de Taunay, mas oferecendo maior sustento a ela, pois transfiguraram palavras em materialidade, os bandeirantes retratados no Museu Paulista, seja através de monumentos, seja por pinturas, sempre o foram de forma heróica. Isso se concretizou porque Taunay, na condição de diretor do museu, nunca deixou de recomendar aos artistas como desejava que uma obra fosse produzida, para que essa estivesse sempre em consonância com sua visão sobre o papel dos bandeirantes na história[122]. Christo[123] analisou que esta posição de interferência constante de Taunay gerou conflitos entre ele e alguns pintores, que recusaram-se a ignorar seus próprios pressupostos para atender os de Taunay.

A correspondência de Taunay permite avaliar o seu grau de intervenção nos trabalhos para o museu. Foi através das cartas de Taunay, Henrique Bernadelli e Rodolpho Amoedo, que Christo realizou estudo sobre a tensão de concepções sobre as figuras dos bandeirantes e índios nas telas produzidas para o Museu Paulista. A autora demonstrou que Bernadelli e Amoêdo estavam muito mais ligados a uma concepção provinda do Romantismo, em que o índio fora construído como herói nacional, e os brancos criticados por sua crueldade com os habitantes nativos do Brasil. Diante dessa postura, foi-lhes complicado atender a todas as exigências de Taunay, que minimizou a influência indígena na descendência dos paulistas e colaborou para a construção do bandeirante como vencedor[124]. As posturas, gestos, sobreposição de uma figura a outra, permitem entrever, nas telas que esses artistas produziram, que nem sempre adotaram a opinião de Taunay e

[121] TAUNAY, A. *Revista do Museu Paulista*, 1923, p.730.
[122] E também pela forma como Taunay pensava a fonte iconográfica, tal como discutimos no item 3.2.
[123] CHRISTO, M. Op. Cit., 2002, pp.307-335.
[124] Idem, ibidem, pp.325 e 320.

não diminuíram o indígena frente ao branco (bandeirante). Essa problemática suscitada pela autora é bastante significativa para esta pesquisa, pois revela que a formação da nação é compreendida de maneiras distintas dentro de um mesmo período histórico, resultando em embate de idéias, sobretudo quando se busca representar esta nação em torno de símbolos, além de mostrar como por meio da arte, as discussões de cunho político se fazem presentes.

Como afirmamos acima, entre as estátuas de dois dos mais ilustres bandeirantes, Raposo Tavares e Fernão Dias Paes, pensou Taunay em colocar a ânfora do rio Tietê. O Tietê simbolizaria nessa posição uma via primordial das bandeiras, o que, para muitos historiadores, não o foi. No entanto, essa idéia esboçada por Taunay não se realiza, pois a ânfora do Tietê foi, posteriormente, alocada na Sala das Monções. Em face da tela *A Partida da Monção* e no mesmo espaço da iconografia que celebrizou o rio paulista, esteve exposta a ânfora do Tietê[125], cujas águas, como já observamos, foram colhidas no trecho do rio, em Porto Feliz, retratado na tela de Almeida Júnior. Nada ficou sem justificativa nos atos de Taunay. O maior rio da história paulista e nacional não poderia ocupar lugar entre os demais rios, na escadaria do museu. A ele, Taunay sempre reservou local de destaque no museu, bem como em seus textos de história.

As ânforas criadas por Taunay para ornamentar a escadaria do Museu Paulista são o ponto nevrálgico desta pesquisa: monumentos aos rios, monumento à nacionalidade. Exprimiram elas a síntese da nacionalidade através dos rios. Taunay foi o responsável, em sua atuação no Museu Paulista, pela construção de monumentos para a memória pátria. Claro esteve, como pudemos analisar, que a partir do Tietê surgiu a intenção de um monumento que celebrizasse a nação pelos rios, e a preponderância deste rio sempre se fez notar: transformando a representação da nação pelos rios em monumento, o maior de todos os rios, segundo Taunay, sempre teve um local de destaque no Museu Paulista.

Nosso objetivo nesta pesquisa foi mapear, através de consagradas obras, da literatura e da história, o papel que os rios representaram e como serviram para explicar a nacionalidade, construída e reconstruída o tempo todo. No entanto, a expressiva significação dos caminhos fluviais ocorreu justamente com as ânforas com água dos principais rios brasileiros, em que a nação feita rio, deixa o texto para tornar-se materialidade, tendo Taunay como o mentor de um projeto de patrimonialização dos rios.

[125] Atualmente, a ânfora do Tietê não se encontra em exposição no Museu Paulista.

Nas dependências de um museu de história, localizado às margens de um riacho de onde partiu-se o brado de independência do Brasil, um elemento natural, o rio, tem suas águas retiradas de seu local de origem e, aprisionado o fluxo natural, deixando de ser as “estradas móveis”, como caracterizou Holanda, foram transportadas para o interior do museu, buscando, desta forma, expressar-se as partes constituintes de uma nação chamada Brasil.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou demonstrar a construção de concepções de nacionalidade através das representações dos rios em textos literários, historiográficos e da construção da memória na arte e monumentos, tal como ocorreu no Museu Paulista. Pela força das imagens alencarianas, percebemos os rios como personagens que influem no desfecho do romance, já assinalando a presença do meio como determinante na ação das personagens. No discurso histórico, contemplamos a obra de Capistrano de Abreu, cujo principal papel atribuído aos rios foi de facilitadores da ação humana no desbravamento do país. Claro que em vários trechos, o autor observou que as vias fluviais foram antes de tudo empecilho, porém não foi esse o papel assumido pelos rios, sobretudo em comparação a outros elementos naturais, como as matas virgens. Já Taunay parece seguir a sugestão do mestre Capistrano, associando os rios às vias de penetração do território, especialmente com as monções, muito embora ele não apresente as características diferenciadoras marcantes entre este movimento e o das bandeiras, como o fez Sérgio Buarque de Holanda.

Observamos, além disso, que alguns autores elegeram determinados rios como prediletos. Este fato, segundo nossa análise, não advém de puro bairrismo pela escolha de rios de suas próprias regiões. Mas está intimamente ligado à concepção de onde localizam a grande questão da história nacional. Para Capistrano, cujo rio de predileção era o São Francisco, pelas características da história que se desenvolveu às suas margens, tinha como principal tema a ser investigado a zona de povoamento justamente entre as margens do São Francisco e do Parnaíba, vendo no tema do sertão, avesso ao litoral, o *locus* de formação da nacionalidade. Por sua vez, Taunay considerou o Tietê o maior rio de todos: tanto em seus textos de história, quanto em sua atuação como diretor do Museu Paulista, onde criou representações dos rios pela iconografia e monumentos, procurou este historiador contemplar o Tietê e reservar a ele lugar de destaque. Sua concepção de história, ligada à do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, qual seja, a de que escrever a história de São Paulo era contar a própria história do Brasil, justifica sua escolha do rio paulista como síntese da nação. A nacionalidade, como podemos depreender, entre os diferentes autores, de diferentes contextos históricos, transfigura-se a cada nova geração. Nossa intenção foi

justamente trabalhar nesta perspectiva que observa a nacionalidade como construção, passível de mudança e reformulações ao longo do tempo. Desta forma, a nacionalidade pode ser associada ao mito de Penélope, que tece fios durante o dia e os desfaz à noite, necessitando serem novamente tecidos.

O IHGB e IHGSP participaram da associação da nacionalidade brasileira aos rios, como vimos pela participação que Alencar, Capistrano e Taunay exerceram nesses institutos. Para Gnerre[1], essa associação foi uma herança de textos produzidos pela Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720. O discurso do IHGB, especificamente, sobre a exuberante natureza do Brasil, teria antecedentes, portanto. Porém, muito antes dos séculos XVIII e XIX, a terra que viria a ser nomeada Brasil, já fora associada ao poder de suas muitas águas. O documento tido como a "certidão de nascimento" do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha- que, não encontrando ouro nem prata por aqui- foi categórica em afirmar que as "Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela *[na terra]* tudo; por causa das águas que tem!". Logo, já no início da escrita de nossa história pelos conquistadores europeus, a natureza tropical, em específico suas águas, os encantaram por sua singularidade.

[1]GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. "Navegar é preciso, pelos rios do Brasil". In: *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. Campinas, 2006. Tese (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, pp.137-8.

Fontes:

ABREU, Capistrano de. “Noções de história do Brasil até 1800”. In: *O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Brasil, 1907, v.1.

_____. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975. (Coleção Octalles Marcondes Ferreira, v.3)

_____. “Sobre o Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaios e estudos*. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O descobrimento do Brasil: seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. –(Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ALENCAR, José de. “Benção paterna”. In: *Sonhos d’ouro: romance brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

_____. *O Guarani*. In: Ficção completa e outros escritos- volume II. Romance histórico: O Guarani. As minas de prata. Guerra dos mascates. Lendas indianistas: Iracema. Ubirajara. Rio de Janeiro, GB, Companhia Aguilar Editôra, 1964.

TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. *À glória das monções*. São Paulo: Casa Editora “O livro”, 1920.

_____. “Martyrios de Iguatemy”. In: *Na era das bandeiras*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

_____. *Collectanea de documentos da antiga cartographia paulista*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

_____. *Revista do Museu Paulista*. 1923.

_____. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.

_____. *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926.

_____. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937.

_____. "Velhas vias de penetração". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.IV, v.1, 1938, pp.269-74.

_____. "Notícias de Mato Grosso e das monções". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.X, v.2, 1940, pp.199-203.

_____. "História de um filme". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XI, v.3, 1940, pp.645-49.

_____. "Uma monografia do maior relevo: o rio Paraná no roteiro da marcha para o Oeste". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XVI, v.1, 1941, pp.47-52.

_____. "Do Inhomirim às margens do Paraíba". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XVI, v.2, 1941, pp.281-85.

_____. "Das margens do Paraíba a Matias Barbosa". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XVI, v.2, 1941, pp.327-31.

_____. "Almeida Junior". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XVIII, v.2, 1942, pp.261-69.

_____. "Da mina de Abaeté à margem do São Francisco". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXI, v.3, 1943, pp.507-512.

_____. "Iconografia das monções". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXII, v.2, 1943, pp.417-21.

_____. "Viagem pelo Jequitinhonha". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXIII, v.3, 1943, pp.493-96.

_____. "A grande via secular do Oeste". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXV, v.1, 1944, pp.177-83.

_____. "Ainda as monções". *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXVI, v.1, 1944, pp.109-112.

_____. “Navegando para Cuiabá”. *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXVI, v.1, 1944, pp.163-66.

_____. “Cartas de um passageiro de monção”. *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXVI, v.2, 1944, pp.293-301.

_____. “Iconografia e cartografia paulistas vetustas”. *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXX, v.3, 1945, pp.483-86.

_____. “De Belém a Manaus (1878)”. *Mensário do Jornal do Commercio*, t.XXXI, v.1, 1945, pp.97-100.

_____. “Memórias de Hércules Florence”. *Mensário do Jornal do Commercio*, v.1, 1946, pp.177-85.

_____. (introdução, coletânea e notas). *Relatos monçoeiros*. Biblioteca Histórica Paulista, vol. IX. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

_____. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, t.II.

_____. *Monstros e monstrengos do Brasil: ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Zoologia fantástica do Brasil (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

Arquivo permanente do Museu Paulista-

Fundo Museu Paulista (APMP/ FMP)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1946*, APMP/ FMP, L.30.

ROBBE, J.A.J. *Relatório de Atividades referente ao ano de 1946*, APMP/ FMP, L.29.

TAUNAY, A. de. *Relatório de atividades referente ao ano de 1923*, APMP/ FMP, L7.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1924*, APMP/ FMP, L8.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1925*, APMP/ FMP, L9.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1926*, APMP/ FMP, L10.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1927*, APMP/ FMP, L11.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1928*, APMP/ FMP, L12.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1929*, APMP/ FMP, L13.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1930*, APMP/ FMP, L14.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1931*, APMP/ FMP, L15.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1932*, APMP/ FMP, L16.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1933*, APMP/ FMP, L17.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1934*, APMP/ FMP, L18.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1935*, APMP/ FMP, L19.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1936*, APMP/ FMP, L20.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1937*, APMP/ FMP, L21.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1938*, APMP/ FMP, L22.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1939*, APMP/ FMP, L23.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1940*, APMP/ FMP, L24.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1941*, APMP/ FMP, L25.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1942*, APMP/ FMP, L26.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1943*, APMP/ FMP, L27.

_____. *Relatório de atividades referente ao ano de 1944*, APMP/ FMP, L28.

***Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (*Revista do IHGB*)**

MESQUITA, Elpidio de. "História do rio São Francisco". In: *Revista do IHGB*, 1927, v. V, t. especial.

SAMPAIO, Teodoro. "O sertão antes da conquista". In: *Revista do IHGB*, v. V, 1899-1900.

***Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (*Revista do IHGSP*)**

LESSA, Vicente T. "Reminiscencias de Porto Feliz". *Revista do IHGSP*, v.XXIX, 1932.

LIMA, Oliveira. "A conquista do Brasil". In: *Revista do IHGSP*, 1912, v.XVII.

TAUNAY, Affonso. "Discurso do Dr. Afonso Taunay". *Revista do IHGSP*, 1939, v.XXXVII.

Jornal

São Paulo Illustrado. Sábado, 5 de junho de 1920.

Filmografia:

Bandeirantes. Humberto Mauro, INCE,1940.

A terceira margem do rio. Nelson Pereira dos Santos, BRA, 1994.

Do Tejo ao Tietê. Jonas Soares de Souza, Prefeitura Municipal de Porto Feliz, Diretoria de Educação e Cultura, 1999.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Flávio & VASCONCELOS, Sandra. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e literário*. Editora Xamã, 1997.

BALDUS, Herbert. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia da Editora Nacional, 1937.

BARBUY, Heloísa. "O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Nova série, vol. 4, São Paulo, pp.211-64, 1996.

BARRIER, Philippe. *La mémoire des fleuves de France*. Paris: Bartillat, 1990.

BOSI, Alfredo. "Imagens do Romantismo no Brasil". In: GUINSBURG, J. (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTMANN, Denise. *Padrões explicativos na historiografia brasileira*. Campinas, SP: [s.n.], 1985. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

_____. *A propósito de Capistrano*. 2ª edição. Primeira Versão. IFCH/ UNICAMP, nº3, 1990.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. “Identidades nacionais: uma questão sensível” (1ª parte). In*: O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. Campinas, SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2002. (Tese de titulação).

BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1997.

BURKE, Peter. “História como alegoria”. *Estudos Avançados*, v.9, n.25, 1995, pp. 197-212.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1964.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. ª Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

CASANOVA, Pascale. *A República mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLO, José Aderaldo (org.). *A polêmica sobre “A confederação dos Tamoios”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Secção de Publicações, 1953.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

CHATEAUBRIAND, François-René de. *Atala- René*. Argentina: Ediciones Nuevo Siglo S. A., 1995.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (orgs.). *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figures, cores, números*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

CHIAPPINI, Lígia, BRESCIANI, Maria Stella (orgs). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. "Bandeirantes na contramão da história: um estudo iconográfico". In: *Projeto História*, Revista PUC-SP, n.24, jun. 2002.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Dora Shellard. "Os rios na formação territorial do Brasil. Considerações sobre a historiografia paulista". Disponível em

http://143.106.158.7/anppas/encontro3/arquivos/TA563-01032006-162234.DOC, consultado em 06/01/2007.

CUNHA, Euclydes da. *Á marjem da Historia.* Porto: Chardon, 1922.

_____. *Os Sertões*: *campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

DE DECCA, Edgar, LEMAIRE, Ria (orgs). *Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura*. Campinas, Porto Alegre: Editora da UNICAMP, Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.

DE DECCA, Edgar. "Decifra-me ou te devoro: as metáforas em *Raízes do Brasil*". In*: Rivista di Studi portoghesi e brasiliani*. Finazzi Agrò, Ettore (org). Pisa, Roma: Istituti Editoriali e poligrafici internazionali, 2000.

_____. "*Os Sertões* e sua cena original". In: *Civilização e exclusão: visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro.* Aguiar, F. e Chiappini, L. (orgs), Editempo Editorial, 2001.

_____. "Teoria e método históricos em *Raízes do Brasil*". In: *Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Pesavento, S. J. (org.). Editora da Universidade- UFRGS, 1999.

_____. "A sociedade rústica como modelo sociológico e território literário". In: DÉLOYE, Yves e HAROCHE, Claudine (orgs). *Maurice Halbawchs.*

Espaces, mémoires, psychologie collective: la permanence d'interrogations cruciales. Publicacion de la Sorbonne, 2003.

_____. "Memória e cidadania". In*: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: O Departamento, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FEVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

FRYE, Northrop. *Fábulas de identidade: estudos de mitologia poética*. Tradução de Sandra Vasconcelos. Nova Alexandria, 1999.

_____. *O código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. São Paulo: Boitempo, 2004.

GAMA, Basílio da. *O Uraguai*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1976.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINSBURG, Carlo. "Ekphrasis e citação". In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 1989.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. "Navegar é preciso, pelos rios do Brasil". In: *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante*. Campinas, 2006. Tese (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. "Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides". *Estudos Avançados*, v.10, n.26, 1996, pp.293-310.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. *A época colonial*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, tomo I.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____. *Monções*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JOUTARD, Philippe. *L'invention du mont Blanc*. Paris: Gallimard/ Julliard, 1986.

JUZARTE, Teotônio José. *Diário da navegação*. Organizado por Jonas Soares de Souza. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Centro de Memória- UNICAMP, 1999.

KARNAL, Leandro; FREITAS NETO, José Alves (orgs.). *A escrita da memória: interpretação e análises documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jacques. "Memória". In: *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher e C', Rio de Janeiro, 1834. Tomo I. Reimpressão: Rio de Janeiro: Serviço de Museus da Cidade do Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1941.

MAKINO, Miyoko. "Pintura no Museu Paulista". In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (coordenadora). *Museu Paulista: novas leituras*. São Paulo: Museu Paulista/ USP, 1995, pp.38-57.

_____. "Ornamentação do Museu Paulista para o primeiro centenário: construção de identidade nacional na década de 1920". *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Nova Série, n.11. São Paulo, pp.167-98, 2003.

MAKINO, Miyoko, SOUZA, Jonas Soares. (orgs.). *Diário da Navegação – Teotônio José Juzarte.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil-perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1977. v.1 (Série Ensaios)

MATTOS, Cláudia Valladão de. “Da palavra à imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista”. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Nova série, n.07. São Paulo, pp.123-48, 2003.

MELLO NÓBREGA. *História do rio Tietê*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

MENESES, Adélia Bezerra. “Matéria vertente:“Grande Sertão Veredas” de Guimarães Rosa e o Rio São Francisco”. In: *Remate de Males*, Campinas, nº 22, 2002, pp.09-23.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Museu Paulista”, *Estudos Avançados*, v.8, nº22, 1994, pp.573-578.

_____.”O salão nobre do Museu Paulista e o teatro da história” . In: *Às margens do Ipiranga: 1890-1990*. São Paulo. Museu Paulista- USP, 1990, pp. 20-21.

MEYER, Augusto. “Nota preliminar”. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Aguilar, 1958.

MICHELET, Jules. *La montagne*. Paris: Calmann-Lévy Editeurs, 1867.

MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Rio São Francisco: patrimônio cultural e natural*. Texto e fotos de Márcio Santos. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2003.

MOI, Cláudia. *Explorações do olhar: ciência e arte nas fotografias da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*. Campinas, SP: [s.n.], 2005. Dissertação (Mestrado em Artes), Instituto de Artes, UNICAMP.

MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Editora Globo, 1939.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ratzel: geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES PINTO, Maria Cecília de. *A vida selvagem: paralelo entre Chateaubriand e Alencar*. São Paulo: Annablume, 1995.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e originalidade. A formação da literatura no pensamento crítico do romantismo*. Porto Alegre, 1989. Tese (Doutoramento em Letras), Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MORETTIN, Eduardo Victorio. “Quadros em movimento: o uso das fontes iconográficas no filme *Os Bandeirantes* (1940), de Humberto Mauro”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1998, v.18, n.35.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre campo e cidade: olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas, 1999. Tese (História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire: la republique*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. *Les lieux de mémoire: la nation*. Paris: Gallimard, 1986.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. *Paquequer e Paraíba: as imagens do rio na construção da identidade nacional*. Monografia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

ORTIZ, Renato. “*O Guarani*: um mito de fundação da brasilidade”, *in*: *Ciência e Cultura*, vol. 40, nº3, março/ 1988, pp.261-9.

PARDIM, Sônia Chamon. *Imagens de um rio: um olhar sobre a iconografia do rio Tietê*. Campinas, SP: [s.n.], 2005. Dissertação (Mestrado em Artes), Instituto de Artes, UNICAMP.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimentos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: PUC, 2002. Tese (Doutorado em História), Departamento de História

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. Rio de Janeiro: Editôra Paulo de Azevedo, 1960.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL, 1954. v.I.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: INL, 1954. v.III.

ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história: contribuição à crítica da cultura do ensaísmo latino-americano através da leitura de Euclides da Cunha e Octavio Paz*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ROSA, João Guimarães. *Grande-sertão: veredas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

_____. "A terceira margem do rio". In: *Ficção completa*, em dois volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. volume II

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

SANTANA, José Carlos Barreto de. "Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*". Disponível em www.portifolium.com.br/artigo_zecarlos.htm, consultado em 24/06/2005.

_____. "Os engenheiros Euclides da Cunha e Teodoro Sampaio". Conferências da 89ª Semana Euclidiana. Casa de Cultura de Euclides da Cunha. Disponível em www.casaeuclidiana.org.br, consultado em 24/06/2005.

SANTOS, Márcio. "Campanha reafirma unidade do rio São Francisco". In: *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte, 2002, v.34.

_____. "A campanha rio São Francisco patrimônio mundial e a expedição Engenheiro Halfeld". In: *Jornal Manuelzão*. Belo Horizonte, 2002, n.18.

_____. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDEL, Ulrico. *Relatos de la conquista del Rio de la Plata y Paraguai, 1534-1554*. Madrid: Alianza, 1986.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Campinas, SP: [s.n.], 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

SEVCENKO, Nicolau. "Euclides da Cunha e o círculo dos sábios". In: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Valderez Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

SOUZA, Jonas Soares de. "O papel das monções na expansão geográfica: história e memória". In: *D. O. E.*, 21 de abril de 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *O Brasil não é longe daqui: o narrador a viagem.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas e debates, 2000.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec: USP, 1997.

VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. (Ministério da Educação e Cultura- Serviço de Documentação)

VIDAL e SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

VOLOBUEF, Karin. *Frestas e Arestas: a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

WEHLING, Arno. *De Varnhagen a Capistrano: historismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: 1992. Tese (em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.

WHITE, Hayden. "Teoria literária e escrita da história". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. v.7, n.13, 1999, pp. 21-48.

_____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

Anexos I

Rio Paquequer – Parque Nacional Serra dos Órgãos
Teresópolis - RJ

50ª Semana das Monções - Porto Feliz- SP
Abertura da Semana na Câmara Municipal de Porto Feliz
Dia 07 de outubro de 2005

Dom Rodrigo César de Menezes pronuncia a fala
de abertura

50ª Semana das Monções - Porto Feliz- SP
Fotos: Desfile Histórico "A partida de D. Rodrigo César de Menezes" e encenação teatral às margens do rio Tietê
Dia 09 de outubro de 2005

Mirantes do rio Tietê- Estrada Itu/ Cabreúva- SP

Festa do Divino- Tietê- SP
Dia 31 de dezembro de 2005: Encontro das bandeiras no rio Tietê

Festa do Divino- Tietê- SP
Dia 31 de dezembro de 2005: Procissão

Festa do Divino- Piracicaba- SP
180 anos de tradição
Dia 09 de julho de 2006: Benção de barcos no rio Piracicaba

Festa do Divino- Piracicaba- SP
180 anos de tradição
Dia 15 de julho de 2006: Encontro das bandeiras no rio

Anexo II

Diário da navegação pelo rio Amazonas

Quando Lucien Febvre recebeu da SOGÉNAL[1], um banco de Estrasburgo, um convite para escrever a história do rio Reno, foi-lhe oferecida, por este mesmo banco, uma viagem pelo Reno. Certamente, o historiador francês, ao navegar pelas águas de seu objeto de pesquisa, adquiriu nova sensibilidade para tratar o tema[2]. Torna-se muito complicado abordar elementos geográficos sem ao menos tê-los visto. Essa recomendação já nos fora legada por Rousseau, que ensinou que estudar a geografia era ir até o objeto, contemplá-lo com os próprios olhos[3].

A viagem pelo rio Amazonas proporcionou-nos novas inquietações sobre o tema de estudo. Foi-nos extremamente importante tomar contato com uma região que, além de ser privilegiada por ter o maior rio do mundo, ser ainda um espaço que depende diretamente das vias fluviais: quer seja como fonte de vida (o que não é diferente para nenhuma outra região), quer como via de transporte, quer como sentido da vida. As pessoas dessas regiões ribeirinhas, ainda mais da Amazônia, transfiguram-se no próprio rio. Para muitos, o

---

[1] Societé génnérale alsacienne de banque.

[2] Em carta endereçada a Henri Pirenne, Febvre relatou parte de suas impressões da viagem pelo rio e suas margens, e como elas repercutiram naquele a quem foi incumbida a escrita da história de um rio tão complexo, como todos os outros, e palco de intensos conflitos. A carta revelou também como o contato direto com o rio trouxe à tona imagens adormecidas.

"Tive a oportunidade de descer todo o rio de barco, de Mayença e Rotterdã, em excelentes condições, com uma curta passagem pelo Ruhr no meio do trajeto. Trouxe imagens muito marcantes, historicamente falando. Como debruçar-se sem temor sobre esse caldeirão de feiticeiras onde fervilha a estranha, a incompreensível mistura de três ou quatro Alemanhas contraditórias que fazem a Alemanha- mas qual Alemanha?- e de onde, perturbadores e temíveis, não cessam de escapar vapores de embriaguez, de ambição e cobiça dos quais conhecemos muito bem as conseqüências. Em Amsterdã, diante dos Rembrandt, e na paz dessa Holanda toda florida de tulipas e rosas, estaríamos prontos para rir desses alarmes- se não medíssemos, logo e com rigor, de que egoísmo total esta paz é o prêmio. Que fronteira entre Rosendaele e Antuérpia, e que lição dos fatos para um historiador". (FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.19).

[3] A recomendação ilustrada do aprendizado sobre a natureza legado por Rousseau encontra-se em sua obra *Emílio ou Da Educação*.

"Quereis ensinar-lhe a geografia e ides procurar globos, esferas, mapas: quanta estória! Por que todas essas representações? Por que não começais mostrando-lhe o próprio objeto, a fim de que ele saiba, ao menos, de que lhe falais?" (Apud SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.77).

No entanto, a perspectiva de nossa pesquisa é justamente a de trabalhar com as representações, no caso, do rio: explorar as imagens que os textos construíram sobre as vias fluviais e a nacionalidade. Mesmo sendo o texto, nosso material por excelência de pesquisa, as viagens empreendidas para tomar contato direto com a natureza, foram de suma importância para atentar-nos a novas questões.

Amazonas é extensão de sua própria habitação, senão a habitação. As muitas palafitas observadas ao longo da viagem demonstraram isso.

Optaremos por discorrer sobre nossa viagem conforme os dias, ou seja, descrevendo um pequeno diário de navegação. Nossa perspectiva de narração é de alguém que se situa no meio do rio: sofre a fúria de suas águas ou a calmaria de uma navegação tranqüila, observa o que se encontra em suas margens, não podendo, contudo, decifrar o que acontece além, no interior das matas.

A embarcação que utilizamos para a viagem chamava-se "Navio Mercante Santarém". Ela era toda de ferro e oferecia três tipos de acomodação: redes (em ambiente com ar condicionado e sem ar), camarotes duplos e suítes. Estabelecemo-nos em um camarote. A embarcação não era um transporte para turismo (apesar da presença de muitos turistas), mas um navio de linha regular para transporte de pessoas e mercadorias. Havia a bordo um restaurante, em que as refeições eram feitas separadamente, de acordo com as acomodações e também por haver grande número de passageiros. A embarcação partia de Belém com destino a Manaus, podendo-se tomá-la também do ponto final para o inicial, com escalas em várias cidades ribeirinhas para carga e descarga. Na metade do trecho, há a cidade de Santarém, onde se faz uma parada mais demorada. O comandante de bordo era o senhor Ramidez.

Dia 28 de fevereiro: partimos de Belém por volta das 18:30 horas. Navegamos pela Baia de Guajará e, mais tarde, pela de Marajó. Antes de adentrarmos a Baia de Marajó, o comandante do navio decidiu atracar a embarcação, prendendo-a em algumas árvores da margem, para esperar a maré se acalmar[4]. Eram 22:30 horas. Permanecemos nessa situação por uma hora, quando foi resolvido seguir adiante. Foi uma grande tormenta: por cerca de uma hora, quando atravessávamos a Baia de Marajó, o navio balançou muito, os passageiros sentiram-se mal e desesperaram-se. Felizmente, foi o único problema que vivenciamos na viagem, que tornou-se calma até o destino final.

Dia primeiro de março: a partir deste dia foi possível tomar contato com as características físicas da região, visto que tivemos o dia todo para observar, detalhadamente, as margens do rio. No trecho percorrido em primeiro de março, navegamos pelo rio Pará. Este foi um dos trechos mais ricos em se tratando da diversidade

[4] A maré, reportou-me o comandante, sobe duas vezes ao dia, com um intervalo de aproximadamente doze horas.

natural e humana. Sempre que o navio passava próximo a uma região habitada, as pessoas, e é importante salientar, as mulheres e as crianças (nunca os homens), entravam em suas embarcações e vinham remando até o navio à espera de donativos que os passageiros ofereciam a eles.

Dia houve em que meninos tomaram suas embarcações, amarraram-nas no navio e adentraram para vender produtos aos passageiros. Mais um caso interessante de contato e

comércio entre as pessoas que vivem numa região de rio. A sociabilidade acontece sobre a via fluvial.

Neste mesmo dia, passamos por diversos furos, entre eles o de Breves.

Dia 02 de março: neste dia, ao cair da noite, iniciamos navegação pelo imenso rio Amazonas, tão citado na literatura de viagens. Vínhamos navegando por um estreito, quando, repentinamente, caímos no Amazonas: largo, com suas margens a perder de vista, uma imensidão de águas. Suas águas eram da mesma tonalidade do rio Pará, barrentas. Ao encontrarmos com o rio-mar, a impressão que vem à mente são as páginas dos autores inspirados pela "estética do sublime": a imensidão que assombra e maravilha ao mesmo tempo.

A navegação pelo Amazonas sempre foi calma, a lembrar o que afirmava Affonso Taunay: as águas plácidas do rio-mar a recordar um imenso lago[5]. Apenas enormes troncos de árvores boiando no rio, poderiam atrapalhar a navegação caso não se atentasse a eles.

Paramos nos portos das cidades de Almeirim, Prainha e Monte Alegre, para carga e descarga.

[5] TAUNAY, Affonso. *À glória das monções*. São Paulo: Casa Editora "O Livro", 1920, pp.06-7.

"Nelle *[Tietê]* não se nota a placidez lacustre das águas amazônicas, permittindo a entrada das esquadras, por milhares de kilometros, a dentro do Continente (...)".

No percurso, chamou-nos a atenção a grande presença de igrejas protestantes sempre que havia um povoado nas margens do rio. Outro fato a se ressaltar era que toda habitação, em terra, ou sobre as águas (as palafitas), apresentavam uma antena parabólica que significava que nas condições de vida daquelas pessoas, cercadas unicamente pelas águas e matas, onde a vida é essencialmente a natureza, havia um contato com um outro mundo construído pela mídia.

Dia 03 de março: neste dia, pudemos visualizar o encontro das águas dos rios Amazonas (barrentas) com as do rio Tapajós (verdes). Após isso, desembarcamos em Santarém, considerada a segunda capital do Estado do Pará. Em Santarém, fomos guiados a Alter do Chão, uma vila balneária, onde iniciou-se um projeto de desenvolvimento turístico para a região. Segundo relatos da população local, o Carnaval em Alter do Chão torna-se cada vez mais popular e conhecido. É representada na região, em setembro, a Festa de Çairé, um evento de cunho folclórico e religioso. A festa era, originariamente, um festejo

indígena que, aos poucos, através da influência das missões católicas, foi adquirindo novos elementos. Como acontece em Parintins, com a disputa dos bois Caprichoso e Garantido, na Festa de Çairé, há a disputa dos grupos Boto Tucuxi e Boto Cor de Rosa. O boto é um animal muito comum nas águas dos rios da região. Muitas lendas criaram-se em torno de sua figura. Este é um exemplo de como o rio e tudo o que o cerca faz parte da vida das pessoas, transfigurando-se em suas representações culturais.

Na época em que conhecemos Alter do Chão, a região estava completamente tomada pelas águas. Os quiosques para atender os turistas estavam envoltos pelo rio. Era o período do inverno. Pessoas nos relataram que na região Norte, existem apenas duas estações: o inverno, época das chuvas, e o verão, época da seca.

Região alagada em Alter do Chão

Praça em Alter do Chão

À noite, presenciamos um ato de solidariedade no meio do rio. Nossa embarcação deparou-se com outro navio encalhado. Os responsáveis pelo "Navio Mercante Santarém" auxiliaram a dar movimento ao navio para que pudesse prosseguir viagem. Chovia muito e o apoio prolongou-se um pouco.

Dia 04 de março: continuamos a navegação pelo Amazonas. Fizemos paradas em Óbidos, Juruti (onde houve grande descarga de mercadorias). As cidades, como Almeirim (no Pará), apresentam considerável desenvolvimento econômico, mas outras como Juruti são bem carentes. Percebe-se seus problemas pela situação de seus portos, crianças pequenas que disputam com os colegas na venda de mercadorias caseiras (doces, alimentos).

A navegação pelo Amazonas não apresentou grande diversidade com relação à vegetação, o que era mais atrativo enquanto estávamos no rio Pará. Foi possível observar a depredação da natureza pelo homem. Alguns turistas que estavam no navio e fizeram a viagem, pela primeira vez, há alguns anos, contaram-nos que percebiam a diferença na vegetação e a diminuição do número de botos que apareciam ao longo do trajeto.

Dia 05 de março: passamos pela cidade de Itacoatiara, último ponto antes de chegarmos a Manaus, também uma povoação muito carente. O navio, já bastante atrasado, chegou somente à noite em Manaus, não sendo possível apreciar o encontro das águas do Solimões com o rio Negro.

Em Manaus, mais uma manifestação cultural tendo como base os rios: em uma das salas do belo Teatro Amazonas, o chão era composto por dois tipos diversos de madeiras: a mais clara representava o rio Solimões e a mais escura, o rio Negro. Simbologia do encontro das águas.

Piso do Teatro Amazonas: simbologia do encontro das águas

Próximo ao teatro, localizado na Praça São Sebastião, estava o Monumento à Abertura dos Portos. Nesta praça do monumento, o calçamento também simbolizava o encontro das águas. Eram pequenas pedras, dispostas em forma de ondas, sendo algumas brancas (rio Solimões) e outras pretas (rio Negro). Este tipo de calçamento é comum

inclusive no Estado de São Paulo, mas, segundo informações que recebemos em Manaus, ele foi primeiramente implantado ali na cidade para representar o encontro das águas e, depois, copiado em outras localidades.

Monumento à abertura dos portos e calçamento representando o encontro das águas dos rios Negro e Solimões

A viagem pelo rio Amazonas[6], o maior do mundo, trouxe-nos uma importante vivência para melhor compreender a utilidade do rio, mas, sobretudo, a ligação das pessoas da região com as suas águas. Seria impossível prosseguir uma pesquisa cujo tema é os rios

[6] Consideramos que uma viagem pelo rio São Francisco seria igualmente fantástica. No entanto, ela se apresentou inviável pela falta de recursos financeiros (levando-nos a optar por uma ou outra viagem) e pela escassez de tempo, visto que nossa pesquisa de mestrado ruma ao seu fim. Contudo, buscamos compensar esta lacuna através de documentários sobre o aclamado "rio da unidade nacional", e também por meio de textos, como o relatório da Expedição Engenheiro Halfeld. Esta expedição percorreu, nos anos de 2001 e 2002, o São Francisco em toda sua extensão, para elencar as construções arquitetônicas, as belezas naturais, a cultura imaterial, como exigência da UNESCO para elevação deste rio como patrimônio cultural e natural da humanidade.

Ver: MINAS GERAIS, Assembléia Legislativa. *Rio São Francisco: patrimônio cultural e natural*. Texto e fotos de Márcio Santos. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2003.

e a nacionalidade sem viver esta experiência. Por mais que possamos encontrar manifestações, mesmo no Estado de São Paulo, sobre a relação homens-rios, nada se iguala ao caso de regiões, como a Amazônia, em que o rio é a expressão maior de vida, em todos os seus sentidos.